



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

LEI Nº 3.340, DE 02 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015 a 2024 e da outras providencias.

A **Prefeita Municipal de Vila Maria**, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Municipal, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Vila Maria – RS, para o decênio de 2015 a 2024, constantes no documento anexo.

Parágrafo único. O documento anexo, onde constam as diretrizes, objetivos e metas do Plano Municipal de Educação é parte integrante dessa Lei.

Art. 2.º São diretrizes do Plano Municipal de Educação 2015 à 2024

I – Erradicação analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar;

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – Melhoria da qualidade de educação;

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação;

VII – Promoção humanística científica cultural e tecnológica do país;

VIII – Estabelecimento de meta da educação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto – PIB que assegure o atendimento as necessidades de expansão, como padrão de qualidade e equidade.

IX – Valorização dos (as) profissionais da educação;

X – Promoção dos princípios dos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Art. 3.º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Lazer – SMECL



PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

Rua Irmãos Busato, n.º 450

Vila Maria - RS

99155-000

- Conselho Municipal de Educação – CME
- Conselhos Escolares de Educação – CEE
- Associação de Pais e Mestres das Escolas – APME

Art. 4º. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência dessa lei e as demais a cada 2 (dois) anos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer e o Conselho Municipal de Educação com a participação dos entes públicos e da sociedade civil.

Art.5º. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentárias do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Art.6º. Os poderes Executivo e Legislativo Municipal, bem como o sistema Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Lazer e do Conselho Municipal de Educação incumbir-se-ão da divulgação do Plano Municipal de Educação para que toda a comunidade de Vila Maria o conheça amplamente e acompanhe a sua implementação.

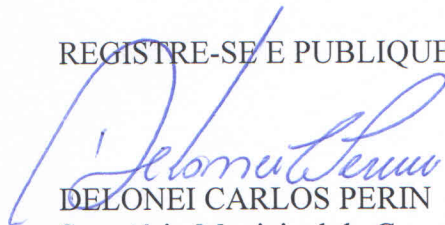
Art.7º. As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art.8º. Revogadas a disposições em contrário esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Maria - RS, 02 de junho de 2015.


NEURA LORINI MATT
Prefeita Municipal de Vila Maria

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE


DELONEI CARLOS PERIN
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER



VILA MARIA - RS

2015

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10 ANOS

(2015-2024)

NEURA LORINI MATT

Prefeita

HÉLIO ANTÔNIO BARRO

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Lazer

ANARDETE LORINI

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Vila Maria

Rua Irmãos Busato, 450 – (54) 3359-1200

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer

Rua General Flores da Cunha, 234 – (54) 3359-1880

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE: Sala de Atendimento Educacional Especializado
APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM: Associação de Pais e Mestres
CAE: Conselho de Alimentação Escolar
CE: Conselho Escolar
CF: Constituição Federal
CFE: Conselho Federal de Educação
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho
CME: Conselho Municipal de Educação
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CTG: Centro de Tradições Gaúchas
EEVIMA: Escola Estadual de Ensino Médio Vila Maria
EI: Educação Infantil
EF: Ensino Fundamental
EJA: Educação de Jovens e Adultos
EEI: Educação Especial e Inclusiva
EM: Ensino Médio
EMATER: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ES: Ensino Superior
EAD: Educação à Distância
FEICOVIMA: Feira de Indústria, Comércio e Agropecuária de Vila Maria
FNDE: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IES: Instituições de Ensino Superior
Km: quilômetro
km²: quilômetros quadrados
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOM: Lei Orgânica Municipal

m: metros

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC: Ministério da Educação e Cultura

ODM: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PCD: Pessoas com Deficiência

PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais

PEE: Plano Estadual de Educação

PIB: Produto Interno Bruto

PME: Plano Municipal de Educação

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE: Plano Nacional de Educação

PNTE: Programa Nacional do Transporte Escolar

PPP: Projeto Político Pedagógico

RCN: Referenciais Curriculares Nacionais

SME: Sistema Municipal de Ensino

SMECL: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer de Vila Maria

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

Parecer CME nº 01/2015.....	7
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO	15
1.1 Aspectos Históricos.....	15
1.2 Dados geográficos	16
1.2.1 Vegetação.....	17
1.2.2 Hidrografia.....	17
1.2.3 Clima.....	17
1.2.4 Demografia	17
1.3 Aspectos econômicos	18
1.4 Aspectos culturais	18
1.5 Aspectos educacionais	20
1.5.1 Sistema municipal de ensino	20
1.5.2 Concepção pedagógica	21
1.5.3 Dados educacionais do último decênio	22
2 NÍVEIS DE ENSINO	25
2.1 Educação Básica	25
2.1.1 Educação Infantil.....	25
2.1.1.1 Diretrizes	25
2.1.1.2 Objetivos e metas	26
2.1.2 Ensino Fundamental	32
2.1.2.1 Diretrizes	33
2.1.2.2 Objetivos e metas	35
2.1.3 Educação de Jovens e Adultos.....	41
2.1.3.1 Diretrizes	41
2.1.3.2 Objetivos e metas	42
2.1.4 Educação Especial	43
2.1.4.1 Objetivos e metas	45
2.1.5 Ensino Médio	48
2.1.5.1 Diretrizes	48
2.1.5.2 Objetivos e metas	48

2.1.6 Ensino Superior	49
2.1.6.1 Diretrizes	50
2.1.6.2 Objetivos e metas	50
3 COMUNIDADE ESCOLAR	53
3.1 Professores e funcionários	53
3.1.1 Diretrizes	55
3.1.2 Objetivos e metas	56
3.2 Gestão e financiamento	57
3.2.1 Diretrizes	57
3.2.2 Objetivos e metas	58
3.3 Financiamentos da educação	59
3.3.1 Diretrizes	61
3.3.2 Objetivos e metas	62
4 DIAGNÓSTICOS	64
4.1 Alunos	64
4.1.1 EEVIMA.....	64
4.1.1.1 Ensino Fundamental séries finais	64
4.1.1.2 Ensino Médio diurno	68
4.1.1.3 Ensino Médio noturno	72
4.1.2 Escola Carmela Dutra	76
4.1.2.1 EF séries finais manhã.....	76
4.1.2.2 EF séries finais tarde	80
4.2 Pais	85
4.2.1 Escola Sementinha do Saber.....	85
4.2.2 EEVIMA.....	95
4.2.3 Escola Carmela Dutra	106
4.3 Funcionários.....	117
4.3.1 Escola Sementinha do Saber.....	117
4.3.2 EEVIMA.....	127
4.3.3 Escola Carmela Dutra	137
4.4 Professores.....	148
4.4.1 Escola Sementinha do Saber.....	149
4.4.2 EEVIMA.....	158
4.4.3 Escola Carmela Dutra	167

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	180
ANEXO A - Questionários aplicados.....	181
ANEXO B - Decreto nº. 1568, de 13 de maio de 2014	187
ANEXO C - Lei de aprovação do PME	190

Parecer CME nº 01/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação de Vila Maria.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer (SMECL) encaminhou a este Conselho, através do ofício nº053 /2015, o Plano Municipal de Educação, para emissão de parecer, em observância ao estabelecido no decreto nº. 1.568, de 13 de maio de 2014.

(I) Aprovar:

a) O Plano Municipal da Educação, nos termos da legislação vigente.”

2. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, embora não fixando prazos, estabelece que estados e municípios construam Planos Decenais de Educação até 24 de junho de 2015.

3. Por ser um plano decenal, com força de lei, o Plano Municipal de Educação define metas e possibilita o planejamento de políticas de médio e longo prazo, contribuindo para o enfrentamento da descontinuidade das políticas públicas.

4. O Plano Municipal de Educação é um plano do município e não da rede ou do Sistema Municipal de Ensino e deve prover formas de colaboração entre município, estado e união.

5. O Plano Municipal de Educação de Vila Maria compõe-se de apresentação, introdução, aspectos do município, níveis de ensino, modalidades de ensino, disposições gerais, acompanhamento, avaliação e anexos.

5.1 Na introdução foi feita uma apresentação do Plano com relato da trajetória e da organização que o definiu como uma construção processual e democrática.

5.2 Com relação aos aspectos do município foram apresentados os dados históricos, geográficos, demográficos, econômicos, culturais, educacionais, conceitualização do Sistema Municipal de Ensino, da concepção pedagógica da SMECL e apresentação dos dados educacionais do último decênio (2006-2015) das redes de educação no município.

5.3 Em todos os níveis de ensino e modalidades foram elencadas diretrizes gerais, objetivos e metas, os recursos materiais e financeiros, a sistematização e organização escolar e a valorização profissional.

5.4 No que se refere à educação infantil, o Plano Municipal de Educação atenta para a necessidade de uma abordagem pedagógica que privilegie a ludicidade. Recomenda-se que, quanto à obrigatoriedade do ingresso aos quatro anos, e oferecimento de vagas a 50% das crianças do município de zero a três anos, assegurando o pleno desenvolvimento infantil, evitando-se ambientes de educação formal, o que caracterizaria um processo de escolarização.

5.5 O Ensino Fundamental viabiliza um movimento de discussões em vários níveis sobre o currículo na gestão democrática e na participação de ações que envolvem o fazer pedagógico, resultando na reorganização das propostas pedagógicas das escolas.

5.6. As modalidades de ensino contemplam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial e a Educação à Distância.

5.6.1 Com relação à EJA, o plano refere-se a uma clientela que não teve acesso na idade própria, razão pela qual foi pensada e criada a EJA no Brasil. Entendemos, porém, que é de fundamental importância pensar o fenômeno da juvenilização, esta demanda emergente de jovens que procuram a EJA, oriundos do Ensino Fundamental regular que, por muitas vezes, não tem garantido a permanência e o sucesso dos mesmos. É preciso reestruturar esta modalidade em um projeto político pedagógico que contemple esta especificidade.

5.6.2 Quanto à Educação Especial, o plano contempla a legislação no que tange ao direito de todos à educação e à política nacional da educação, especialmente na perspectiva da inclusão.

5.6.3 Com relação à Educação à Distância, o plano remete à utilização das mesmas como formas de suplência à formação.

5.7 Quanto ao Ensino Médio – responsabilidade do estado – está contemplado no plano a necessidade de promover uma aproximação entre estado e município para uma efetiva parceria na educação básica, provendo a necessária definição da continuidade, de seus fins e terminalidades.

5.8 Na Educação Superior destaca-se também, nos objetivos e metas, a previsão de parcerias, em especial para a formação dos profissionais da educação.

5.9 Sobre a Gestão e Financiamento – de responsabilidade da União, do estado e do município - refere-se também nas metas, nos objetivos e diretrizes para uma educação continuada para os educadores, salários compatíveis com a sua formação, acesso às novas tecnologias, gerando, assim, uma melhoria da qualidade de ensino.

6. Nas disposições gerais ressalta-se a instituição escola como lugar de saberes e vivências, que precisa reinventar relações éticas e plurais na comunidade onde se insere, salientando que o aluno é o motivo da existência da rede escolar de ensino.

7. O acompanhamento do plano acontecerá de forma sistemática e a avaliação deverá ocorrer no prazo de três anos a partir de sua aprovação e as demais a cada dois anos. A sistematicidade da avaliação deverá ser regrada pela SMECL, que disciplina a realização de congressos municipais em Vila Maria. Recomenda-se a análise dos dados do movimento migratório dos alunos, do fluxo de recursos financeiros e outros que possam contribuir e/ou influenciar a avaliação de objetivos e metas do plano.

8. O plano apresenta uma listagem de leis e normas da educação que compõem a legislação educacional brasileira em vigor.

9. Em anexo ao PME constam os questionários utilizados na pesquisa diagnóstica, o regimento interno do Congresso do PME e a identificação dos participantes (listagem de nomes) do processo de construção do mesmo.

10. Salientamos que o atual PNE – Lei nº. 13.005/2014 – encerra sua vigência em 2015 e um novo Plano Nacional para os próximos 10 anos já está sendo gestado. Desta forma, é necessário que no primeiro momento de avaliação deste PME sejam levadas em consideração as metas do novo PNE que estiver em vigor, para que se possa acompanhar e estar em consonância com o projeto nacional e estadual de educação.

11. O Conselho Municipal de educação, através deste parecer, aprova o Plano Municipal de Educação e solicita que seja encaminhado à Câmara de Vereadores para os trâmites e aprovação do mesmo através de lei. Sugere-se que o legislativo estabeleça na lei exigência jurídica para a construção de novos planos municipais de educação, a cada 10 anos, com a participação das escolas, comunidades e diferentes setores da sociedade, mantendo viva a institucionalidade participativa e de controle social, conectada com a força das diversas formas de organização da sociedade.

Aprovado em sessão plenária, por unanimidade dos presentes, nesta data.

Vila Maria, 23 de abril de 2015.

AnardeteSolimanLorini
Presidente do CME

APRESENTAÇÃO

O Poder Público Municipal de Vila Maria assumiu o desafio e o compromisso de garantir a educação como um direito de todos, fator de desenvolvimento social e econômico, bem como instrumento de inclusão social e de combate à pobreza, na perspectiva de uma educação cidadã nos termos da Legislação vigente e com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Partindo da política nacional de educação como prevê a Constituição Federal (CF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Metas e Compromisso “Todos pela Educação”, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer (SMECL) e o Conselho Municipal de Educação, em atendimento à legislação vigente prevê o Plano Municipal de Educação (PME).

No mês de maio do ano de 2014, na realização da plenária, as comissões foram constituídas com um propósito de elaborar propostas de objetivos, metas e diretrizes, organizadas por eixos:

- a) Educação Infantil (EI);
- b) Ensino Fundamental (EF);
- c) Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- d) Educação Especial e Inclusiva (EEI);
- e) Ensino Médio (EM), Ensino Superior (ES) e Educação à Distância (EAD);
- f) Comissão de Financiamento e Gestão.

Sendo assim, a Prefeitura Municipal de Vila Maria veio através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação (CME), convocar toda a sociedade para realização de um pacto municipal, visando atender as metas estabelecidas pelo PNE, Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, Plano Estadual de Educação (PEE), e pelo Compromisso Todos Pela Educação e dados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), de forma integrada e articulada com um sistema de ensino a qualidade de educação oferecida pelas instituições públicas do país.

A defesa da educação pública de qualidade para a totalidade da população, baseados em princípios políticos e éticos voltados à busca e consolidação do bem comum, da igualdade, da solidariedade e justiça social são, notadamente, os alicerces que deram origem a elaboração desse documento.

O PME de Vila Maria consiste num documento de planejamento e orientações das políticas públicas para educação do município. Com elaboração para uma trajetória de dez anos, as diretrizes, objetivos, metas programáticas e metas específicas consolidadas nesse documento, têm como base estudos diagnósticos que traçam perfis realistas e concretos da educação pública local. Seu caráter, propositivo e articulador, assume o compromisso com a educação dos seus munícipes e aponta para uma vinculação estreita entre as políticas públicas para educação e as necessidades sociais do município.

Este plano municipal legitima-se tanto pelo modo democrático como foi construído, quanto pelos princípios que advoga, uma vez que se define como instrumento técnico e político em função das medidas da educação que se objetivam complementar e da condição legal que o ampara. A construção cognitiva e o conjunto de metas aqui exposto constituem mais que um rol de intenções programáticas, haja vista que se procurou conceder um pilar tecnicamente qualificado e politicamente democrático para o planejamento e execução das ações e metas necessárias à efetivação dos programas e políticas educacionais, enraizadas em princípios democráticos e inclusivos que a sociedade contemporânea exige. Tais princípios, contudo, só ganham avanços ousados quando as políticas que os expressam são efetivamente implementadas e quando seus resultados, enfim, se fazem presentes e mudam os indicadores sociais. Desta maneira, destaca-se como elemento primordial a responsabilidade social do município e dos setores organizados da sociedade civil como condição essencial para as conquistas dos avanços que este documento propõe.

Este plano é o resultado de uma discussão realizada pelo CME, diretores, professores, estudantes, funcionários, pais das instituições de ensino de todos os níveis (Infantil, Fundamental e Médio) e modalidades das redes públicas (estadual e municipal), SMECL, comissões que elaboraram o Plano conforme o decreto 1.568, de 03 de maio de 2014, coordenação geral e representantes da sociedade civil. Através da participação desses, formaram-se grupos de trabalho, para leituras, discussões, com posterior estabelecimento de diretrizes, objetivos, metas e estratégias de educação para o Sistema Municipal de Ensino (SME).

O PME a ser aprovado em última instância pelo Legislativo Municipal estabelece a concepção de planejamento em longo prazo, a possibilidade de continuidade das políticas educacionais do município e institui o compromisso do Poder Público Municipal para a realização das aspirações da sociedade. Salienta-se, assim, que esse plano tem características peculiares, em primeiro lugar, porque é um plano do município (território) e não de governo; por ser aprovado por Lei, tem assegurada sua execução que é resultado de um debate

democrático, tem força de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e, por fim, está vinculado ao PNE e ao PEE, em conformidade com os princípios emanados pela Carta Magna do país. Dessa forma, o PME, hora apresentado, é um elemento fundamental para o enfrentamento dos difíceis temas que vivemos no setor educacional e constitui-se como o momento do planejamento com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, partindo da prerrogativa de responder as necessidades sociais da comunidade vilamariense como um todo.

Portanto, urge a participação da sociedade organizada para garantir a sua efetivação, não só no planejamento, mas através do acompanhamento permanente e avaliação das propostas acordadas coletivamente, para que as ideias que nortearam a sua elaboração tenham como principal função não só apontar os problemas, mas avaliar se as ações e metas propostas estão sendo alcançadas, como vistas a retro alimentá-lo e conferir a qualidade em educação que Vila Maria merece, precisa e quer.

Vila Maria, 12 de maio de 2015.

Neura Lorini Matt
Prefeita Municipal

Hélio Antônio Barro
Secretário Municipal da
Educação, Cultura e Lazer

INTRODUÇÃO

A partir da CF de 1934, na qual, pela primeira vez, foi explicitada a atribuição federal de fixar o PNE, ficou reconhecida a necessidade do planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento da educação no País. Essa ideia vinha sendo cultivada desde 1932, com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que reivindicava a elaboração de um plano amplo e contextualizado, voltado à promoção do desenvolvimento da educação nacional.

Somente quase três décadas depois, sob vigência da então LDB, que surgiu o primeiro PNE, no ano de 1962, elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE). No período dos Planos Nacionais de Desenvolvimento foram elaborados planos setoriais de educação, cultura e desporto, mas sem a participação dos municípios. Somente em 1980 houve a participação dos Estados, o que possibilitou a criação de um plano mais aberto, com prioridades regionais, mas aos municípios, ainda, não fora dada essa prerrogativa de participação.

Em 1988 o país chega à atual CF, que reforça a ideia de um plano, instituído por Lei, estabelecendo o prazo de duração, as finalidades de articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e além da integração das três esferas governamentais. Nos anos de 1993 e 1994 em função dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial de Educação, o MEC liderou a elaboração do plano decenal de Educação Para todos, mas apenas para o EF, gerando planos municipais, estaduais e finalmente, o Plano Nacional.

Este Plano veio para assegurar a continuidade das políticas educacionais e a articulação dos municípios com o seu Estado e com a União; preservar a flexibilidade necessária para fazer face às contínuas transformações sociais; concretizar os objetivos e as metas consagradas nos planos nacional e estadual de educação; estabelecer prioridades que contemplem a diminuição das desigualdades sociais e regionais; garantir a universalização da formação escolar mínima e assegurar a elevação do nível de Escolaridade da população.

Neste contexto, o presente documento apresenta e indica as perspectivas do PME para um prazo de 10 anos - 2015 a 2024 -, cujos temas e conteúdos específicos da sua organização foram construídos e discutidos com a participação da sociedade civil organizada, sob a coordenação da SMECL. Este plano retrata, portanto, o resultado do esforço conjunto de todos que dele participaram, bem como a aspiração da sociedade na efetivação de diretrizes que subsidiem políticas de educação para os próximos 10 anos.

Após encaminhamento para a Câmara Municipal de Vereadores pela Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, e com a sua aprovação pela Câmara, a SMECL assumirá a publicação final deste plano que, juntamente com os diversos segmentos da comunidade de Vila Maria, empenhar-se-á para sua divulgação e progressiva realização de objetivos e metas.

Assim, este plano tem força de Lei. Representa a conquista de uma luta histórica dos educadores e da sociedade para a promoção de uma educação de qualidade, que garanta aos indivíduos as aprendizagens essenciais para atuar com competência, dignidade, ética e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas.

É fundamental ressaltar que a educação efetivamente acontece nos municípios, visto que nestes estão sediadas as instituições educacionais, onde atuam e integram os três sistemas de ensino: nacional, estadual e municipal. Não obstante as competências de cada um estarem claramente definidas, é de suma responsabilidade da SMECL a tarefa de articular todos eles, para que os planos das três esferas sejam efetivamente executados e se alcancem as metas estabelecidas para a educação nacional.

1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1.1 Aspectos Históricos

No início do século XX, os imigrantes italianos e seus familiares foram se introduzindo no interior do município de Guaporé, vindos de Bento Gonçalves, Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha e outros municípios. Próximo ao rio Guaporé, a aproximadamente 70 Km da sede do município que tem o mesmo nome, morava um posseiro chamado Sebastião Nunes, que vivia da agricultura.

Em 1904 o mesmo vendeu sua terra para o Senhor Constante Lótici que se estabeleceu como comerciante com loja e casa de pasto. Outros colonos foram comprando terras nas proximidades e aos poucos se formou uma comunidade que prosperou rapidamente. Em 1917, o Senhor Constante Lótici vendeu tudo o que possuía para a Sra. Maria Busato, viúva e mãe de muitos filhos, que vinda da cidade de Casca se estabeleceu também com loja e pousada. Por se chamar Maria, a localidade passou a se chamar Vila Maria. Esta Senhora, no início dos anos de 1930, ofertou um hectare de terra à Igreja Católica para construção de uma Capela, que foi construída pelos moradores, que já eram em um bom número. Mais tarde, em 1933, em 13 de setembro, foi criada a Paróquia Nossa Senhora da Saúde, sendo seu primeiro vigário o Padre Dom Josué Bardin, imigrante italiano.

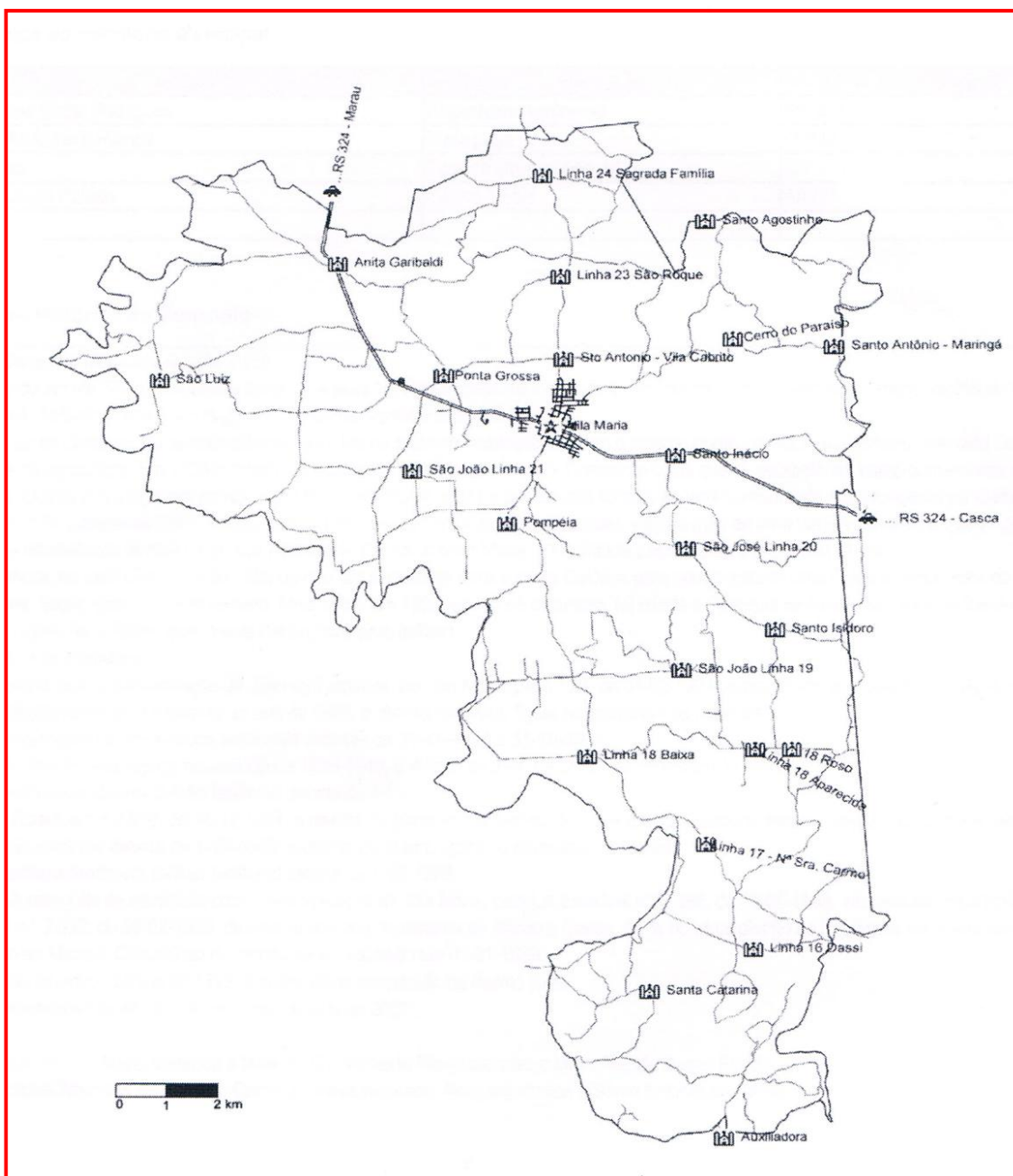
A maior parte dos habitantes de Vila Maria era formada de agricultores que plantavam e colhiam para criarem seus animais que eram ocupados nos trabalhos da família e para sua alimentação. Aos poucos, outros ofícios foram se estabelecendo, como: ferreiros, alfaiates, pedreiros, escrivão distrital, marceneiros, comerciantes e outros que transformaram o pequeno povoado em próspera Vila que em 1924 foi elevada a sétimo distrito de Guaporé. E em 1938, foi nomeado como vigário da Paróquia o Cônego Guilherme Maschio. Padre dinâmico que se preocupava com o progresso espiritual e também material de seu povo. Construiu nova Igreja, uma bela gruta de Nossa Senhora de Lourdes, um santuário de Nossa Senhora da Salette num morro próximo a Vila e noutro morro ao lado mandou construir a imagem de Cristo Redentor.

Hoje estes pontos de oração são também atrações turísticas junto a outras belezas naturais que atraem visitantes. Em 1957, Vila Maria passou a pertencer ao município de Marau e posteriormente em 09 de maio de 1988, a pequena comunidade conquista o status de município, hoje também conhecida como "Capital Regional do Ecoturismo".

1.2 Dados geográficos

Vila Maria situa-se na Encosta Superior do Nordeste, na região da produção, a 260 km de Porto Alegre, a capital. Possui altitude média de 580 metros (m) acima do nível do mar. Faz divisa com os municípios de Marau, Camargo, Nova Alvorada, Montauri, Casca e Santo Antônio da Palma. O município é formado por 25 comunidades rurais e área urbana, conforme Figura 1.

Figura 1 - Mapa do município



Fonte: Arquivo Pessoal Professora AnardeteSolimanLorini, 2015.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área do município é de 181,40 km², sua população é de 4.385 habitantes, com um crescimento anual da população (2000 – 2010) de 0,11%. O número de eleitores é de 3.540, destes 1.802 do gênero masculino e 1.738 feminino. O número de analfabetos estimado é de 79, destes, são menores de idade, 31. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,761 (conforme senso de 2010), já, o Índice de Gení é de 0,407 (2010), a expectativa de vida gira em torno dos 75,33 anos (2010), e a taxa de urbanização é de 53,28%, com a composição étnica de 95% de descendentes italianos, 5% restante de alemães, negros, poloneses, outros (IBGE, 2014 conforme senso 2012).

1.2.1 Vegetação

A vegetação do município é constituída de partes de matas, dividida em Mata Subtropical e Mata dos Pinhais ou Araucária, Matas Ciliares e campos que foram sendo substituído pelo plantio de soja.

1.2.2 Hidrografia

O município de Vila Maria é bem drenado por vários arroios e rios, alguns nem nome têm, mas temos os principais que são o Arroio Porongo, Arroio Tarimba, Arroio Jordão, Rio Guaporé que se situa no limite entre Camargo. Todos os rios fazem parte da Bacia Hidrográfica do Jacuí.

1.2.3 Clima

O clima do município de Vila Maria é subtropical caracterizado por verões quentes e invernos muito frios, chuvas bem distribuídas durante todo o ano.

1.2.4 Demografia

Pelo último Censo do IBGE, realizado em 2010, o município tinha uma população de 4.221 habitantes. A densidade demográfica é de 23,26 habitantes por km². A maioria da

população é urbana, são 2.249 habitantes e rural 1.972 habitantes, sendo homens 2.116 (IBGE, senso 2010) e mulheres 2.105 (IBGE, senso 2010), conforme Figura 2 e 3.

Figura 2 - População total do município

População do município		Total	Urbana	%	Rural	%
Nº habitantes	1970	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Nº habitantes	1980	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Nº habitantes	1991	4059	1067	26,29	2992	73,71
Nº habitantes	2000	4173	1638	39,25	2535	60,75
Nº habitantes	2010	4221	2249	53,28	1972	46,72
Total		12453	4954		7499	

Fonte: Disponível no planilhão da Gerência de Planejamento (GPL).

Fonte: IBGE, 2014.

Figura 3 - População do município por faixa etária

Categoria	Total		Homem		Mulher	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Crianças	264	405	133	202	131	203
Jovens	408	590	219	308	189	282
Adultos	912	914	490	441	422	473
Idoso	390	342	168	155	222	187
Total	1974	2251	1010	1106	964	1145

Fonte: Disponível no planilhão da Gerência de Planejamento (GPL).

Fonte: IBGE, 2014.

1.3 Aspectos econômicos

Desde o princípio da colonização até o presente, o traço mais característico da população foi a dedicação ao trabalho. A fonte de renda vem da agricultura, do comércio e da indústria. Estão instaladas no município, neste momento, 46 indústrias, 143 comércios com alvarás registrados. O Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 101 540, 559 milhões.

1.4 Aspectos culturais

A maior parte do povo vilamariense é de origem italiana. Não vinham diretamente da Itália, pertenciam, em sua maioria, a grupos de migração interna, dentro do estado se estabelecendo em regiões da Serra Gaúcha pelo seu clima e geografia. Devastaram o solo e construía suas casas e galpões com pinheiro araucária.

Os costumes do povo de origem italiana e alguns alemães até hoje se conservam no dia a dia dos marienses, como as tradicionais festas religiosas dos padroeiros da sede, e das capelas. Também se tem Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Francisco Vitor Maroni que realiza jantares dançantes com apresentações artísticas. O Grupo Artístico do CTG Francisco Vitor Maroni é mantido pela SMECL.

Vila Maria também se destaca no mês de maio quando comemora o aniversário do município com os seguintes eventos:

- a) Filó Italiano, na Capela de São José;
- b) O Gaitaço, na Comunidade Linha 18 Aparecida;
- c) Feira de Indústria, Comércio e Agropecuária de Vila Maria (FEICOVIMA), a cada dois anos;
- d) Encontro de suinocultores;
- e) Olimpíadas municipais, a cada dois anos;
- f) Encontro de Corais;
- g) Festival do Costelão e do Porco Assado, na comunidade de Santo Inácio;
- h) Festa Junina da Comunidade de São João da Linha 19;
- i) Também durante o ano têm-se outros eventos: O Dia da Criança, O Natal, Encenação da Mystika (Banda Bem e Grupo de Teatro Caravana da Ilusão); Encontro sobre atividade leiteira, plantio e distribuição de mudas no dia da árvore em parceria com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e escolas; Outubro Rosa; Festa dos Motoristas; Encenação da Paixão e Morte de Cristo no Morro do Cristo; Café colonial; Almoço em comemoração ao dia do Gaúcho no CTG Francisco Vitor Maroni; Mostra de talentos locais; Show final do ano do Projeto Arte e Expressão; Baile de final de ano do Clube União Mariense; Campeonatos de futsal e futebol de campo, entre outros.

O município dispõe de um Auditório Municipal onde ocorrem diversos eventos culturais, palestras, apresentações artísticas, seminários e cursos. O esporte também é muito valorizado, por isso o município dispõe de dois ginásios municipais de esportes e um em fase de construção, uma escolinha de futsal com quatro categorias que hoje possui 80 alunos.

Dentre os espaços culturais, destaca-se também a Biblioteca Pública Municipal que atende as escolas públicas e dois telecentros que atendem a comunidade em geral, além de oficinas como o Projeto Arte e Expressão (Balé) que possui 59 alunas, o Coral Infantil Ágape da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carmela Dutra com 25 alunos, Coral Municipal com 20 componentes, Grupo de Dança GliEredi, Grupo Italiano Scapoli, Banda Bem, com 22

alunos. Ainda, Banda Marcial com 20 componentes, Grupo de Teatro Caravana da Ilusão com 16 alunos e por fim cursos de instrumentos musicais com 68 alunos (Teclado, Violão e Gaita).

1.5 Aspectos educacionais

O município possui três escolas municipais, sendo uma de EI e duas de EF, uma localizada na zona urbana e outra na zona rural. Uma completa equipe multidisciplinar profissional com fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga e pedagoga faz o atendimento a estas escolas.

O sistema educacional é equipado ainda com Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que hoje oferece atendimento para oito alunos, consultório dentário e amplo sistema de inclusão para alunos portadores de necessidades especiais, oferecendo também transporte (ônibus adequado recebido do Governo do Estado) para os alunos que frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que atualmente são em número de 16.

Tabela 1 - Situação educacional atual da rede municipal

MUNICÍPIO DE VILA MARIA – RS					
Total de Matrículas – 2015 – Educação Infantil – Ensino Fundamental – Ensino Médio					
Rede	Educação Infantil	Pré - Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total
Estadual	X	X	144	123	267
Municipal	63	59	238	X	360
Total	63	59	382	123	627

Fonte: Dados fornecidos pelas escolas no mês de março de 2015, 2015.

1.5.1 Sistema municipal de ensino

A CF, ao estabelecer no seu artigo 18 que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, cada ente com sua responsabilidade na garantia do acesso a educação de qualidade nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, s/p) considera o município como ente jurídico da Federação e não apenas como unidade administrativa. Antes da Constituição de 1988, a legislação previa a existência do sistema federal e dos sistemas estaduais de ensino, sendo que as redes de escolas públicas municipais e particulares estavam vinculadas aos sistemas estaduais.

A organização do SME é parte das políticas, das ações descentralizadoras, no processo de construção da democracia, alicerçado nos princípios da gestão democrática. É a descentralização com poder decisório, planejando com autonomia a partir da realidade local, utilizando a possibilidade que a Lei oferece para adequá-la à realidade político-pedagógica do município, podendo contemplar nas suas normas os avanços e a caminhada que este percorreu com a sua comunidade escolar e educacional.

O SME significa maior autonomia para o órgão normatizador, o CME, possibilitando a criação de normas próprias de acordo com as construções sociais e culturais do município. Além disso, contribui para que o município tenha mais autonomia e acompanhamento na prática educacional junto às escolas pertencentes ao sistema garantindo assim a efetivação da qualidade na educação. Significa também maior grau de autonomia para o órgão administrador e executivo do sistema - a SMECL, que irá executar e aplicar essas normas. Em Vila Maria, o SME foi organizado através da Lei nº 2.853, de 02 de agosto de 2011.

Originariamente, o CME apresentou as seguintes funções: consultiva, quando o mesmo trata de responder consultas sobre questões a ele encaminhadas; propositiva, em que ele toma a iniciativa e emite a opinião ou oferece sugestões; mobilizadora, com o papel de estimular a participação da sociedade civil; deliberativa, desempenhada em matérias sobre as quais tem poder de decisão; a de acompanhamento e controle social que se refere ao acompanhamento da execução das políticas públicas do município. Com a criação do SME, o Conselho passou a agregar a função normativa, que compete na elaboração de normas complementares para o SME, e a fiscalizadora, referindo-se à verificação do cumprimento da legislação.

O CME é o principal alicerce para o SME, como órgão de articulação e integração das políticas de educação e ação social, como órgão de deliberação coletiva, composta pela representação dos diferentes segmentos sociais, envolvidos com o processo educacional. O CME é o responsável pela intermediação entre o Poder Público e a sociedade civil.

1.5.2 Concepção pedagógica

A SMECL, por meio da socialização das formações continuadas e da multiplicidade de ações que norteiam o trabalho do sistema, ou sistema, tem como concepção de educação um processo amplo, progressista, libertador, direcionado para atingir todas as dimensões da pessoa, considerando o tempo e o espaço em que ela está inserida e tendo como instrumentos legitimadores os princípios constitucionais e a legislação vigente.

Crê-se que a valorização do educando, que sua socialização com o outro e com o saber científico devam possibilitar a construção de um currículo flexível, múltiplo, processual, emancipatório e articulado com as diversas áreas do conhecimento. Por ser a escola uma instituição social, que exerce intervenção na realidade, ela deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade e com os movimentos de defesa da inclusão social e do respeito à diversidade étnica e cultural, contribuindo assim para que a sociedade seja ambientalmente sustentável e socialmente justa.

1.5.3 Dados educacionais do último decênio

As Tabelas 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 apresentam os dados dos últimos censos escolares, ou seja, do último decênio, identificando o total de matrículas dos últimos dez anos por escolas do município desde a EI ao EF. Os referidos números evidenciam a realidade de um município que depende da industrialização e nosso compromisso é de suprir as necessidades da rede pública de educação. Apontam-se, ainda, dados referentes ao transporte escolar (Tabela 8).

Tabela 2 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EI e P, 2006-2009

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria									
EDUCAÇÃO INFANTIL (EI) – PRÉ-ESCOLA (P) – ESTADUAL – MUNICIPAL									
Período 2006 – 2009									
Ano		2006		2007		2008		2009	
		EI	P	EI	P	EI	P	EI	P
EI: 0 – 3 anos	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
P: 4 – 5 anos	Estadual	-	28	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	94	-	61	-	73	-	77
Total	EI	-		-		-		-	
	P	122		61		73		77	
	Anual	122		61		73		77	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 3 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EI e P, 2010-2013

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria									
EDUCAÇÃO INFANTIL (EI) – PRÉ-ESCOLA (P) - ESTADUAL - MUNICIPAL									
Período 2010 – 2013									
Ano		2010		2011		2012		2013	
		EI	P	EI	P	EI	P	EI	P
EI: 0 – 3 anos	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	-	20	-	26	-	27	-
P: 4 – 5 anos	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	78	-	75	-	69	-	64
Total	EI	-		20		26		27	
	P	78		75		69		64	
	Anual	78		95		95		91	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 4 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EI e P, 2014-2015

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria					
EDUCAÇÃO INFANTIL (EI) – PRÉ-ESCOLA (P) - ESTADUAL - MUNICIPAL					
Período 2014 – 2015					
Ano		2014		2015	
		EI	P	EI	P
EI: 0 – 3 anos	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	36	-	63	-
P: 4 – 5 anos	Estadual	-	-	-	-
	Municipal	-	62	-	59
Total	EI	36		63	
	P	62		59	
	Anual	98		122	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 5 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EF, 2006-2009

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria									
ENSINO FUNDAMENTAL (EF) – ESTADUAL – MUNICIPAL									
Período 2006 – 2009									
Ano		2006		2007		2008		2009	
Séries Iniciais (SI)		SI	SF	SI	SF	SI	SF	SI	SF
Séries Finais (SF)									
EF: 8 anos	Estadual	67	138	73	124	60	100	52	82
	Municipal	106	137	112	147	79	147	59	152
EF: 9 anos	Estadual	-	-	-	-	20	-	39	-
	Municipal	-	-	15	-	34	-	70	-
Total	SI	173		200		193		220	
	SF	275		271		247		234	
	Anual	448		471		440		454	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 6 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EF, 2010-2013

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria									
ENSINO FUNDAMENTAL (EF) – ESTADUAL – MUNICIPAL									
Período 2010 – 2013									
Ano		2010		2011		2012		2013	
Séries Iniciais (SI)		SI	SF	SI	SF	SI	SF	SI	SF
Séries Finais (SF)									
EF: 8 anos	Estadual	38	91	-	86	-	46	-	30
	Municipal	29	145	-	136	-	103	-	64
EF: 9 anos	Estadual	60	-	78	-	90	-	82	29
	Municipal	102	-	141	-	152	35	136	68
Total	SI	229		219		242		218	
	SF	236		222		184		191	
	Anual	465		441		426		409	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 7 - Matrícula inicial da rede de ensino de Vila Maria para EF, 2014-2015

Matrícula Inicial da Rede de Ensino do Município de Vila Maria					
ENSINO FUNDAMENTAL (EF) – ESTADUAL – MUNICIPAL					
Período 2014 – 2015					
Ano		2014		2015	
Séries Iniciais (SI)		SI	SF	SI	SF
Séries Finais (SF)					
EF: 8 anos	Estadual	-	16	-	-
	Municipal	-	31	-	-
EF: 9 anos	Estadual	82	47	81	63
	Municipal	119	96	113	125
Total	SI	201		194	
	SF	190		188	
	Anual	391		382	

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

Tabela 8 - Escolas e escolares usuários do transporte escolar rural, 2014

Escolas (nº)			Escolares (nº)			
Escolas	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Municipais	2	1	350	347	03	350
Estadual	1	0	264	264	0	264
Transporte Escolar Rural (diariamente)	3	1	3	0	222	222

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2014.

2 NÍVEIS DE ENSINO

2.1 Educação Básica

2.1.1 Educação Infantil

Para a EI, é meta estabelecida pelo PNE:

PNE/META 1 - Universalizar, até 2016, a educação Infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, s/p).

2.1.1.1 Diretrizes

A modalidade de EI é a primeira etapa da Educação Básica. É nela que se dá a formação do sujeito aprendiz, realizada em um ambiente não doméstico e ocorre em instituições públicas ou privadas. Ao Poder Público cabe, periodicamente, realizar em regime de colaboração, de levantamento da demanda por creche como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta. Em especial, neste momento, ordenar e organizar essa oferta, bem como garantir a qualidade da formação dessas crianças, em um equilíbrio entre saúde e educação.

Até o final do ano de 2015, objetiva estabelecer normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches. É necessário estabelecer propósitos de aliar família e escola, pois ambos contribuem para o crescimento e aprendizagem da criança em diferentes formas e espaços, porém com o mesmo fim – o de desenvolvimento da mesma.

A função do lúdico, do brincar, do construir símbolos e desenvolver a linguagem com o mundo que habita deverá constituir o motivo principal do fazer pedagógico. Para projetar o adulto que cria, pensa, que agirá sobre a conservação do planeta e dos seres que compõem a nossa diversidade - etnia, raça, credo - precisamos promover o mundo da ludicidade, do faz de conta nos currículos e nas práticas de todos que sobre a criança realizam intervenções.

2.1.1.2 Objetivos e metas

a) Do currículo

01. Proporcionar à criança um período de adaptação, respeitando o tempo e o ritmo que cada uma necessita para sentir-se segura e acolhida no espaço Escolar.

I – garantia do período da adaptação em todas as escolas.

II – Reunião de pais para o início do ano letivo.

02. Definir como serão exploradas as linguagens em cada faixa etária, unificando e estabelecendo uma continuidade nos níveis da EI.

I - Definição das linguagens e sua prática em cada nível no primeiro ano de vigência desse Plano.

03. Assegurar que a criança, ao ingressar no primeiro ano do EF, tenha contemplado, no currículo, a ludicidade, respeitando, assim, sua trajetória.

I – Promover estratégias que assegurem a articulação e qualificação das ações entre as escolas de EI e de EF.

II- Encaminhamento e socialização entre as escolas dos pareceres da Pré-Escola para o EF.

III- Implantação da avaliação da EI, a ser realizada a cada dois anos, com base em parâmetros de qualidade iniciando em 2016.

04. Garantir um currículo flexível, dinâmico, que proponha a ludicidade.

I – Formação do conceito de práxis, em um currículo flexível e lúdico, que caracterize a EI através de estudos permanentes.

05. Assegurar que as instituições de EI, públicas e privadas, elaborem e/ou reformulem suas propostas pedagógicas à luz das diretrizes dos Referenciais Curriculares Nacionais (RCN), com a participação efetiva de toda a comunidade Escolar, respeitando as normas previstas.

I - Construção da Proposta Pedagógica, com base nos RCN-EI e legislação vigente, garantindo a participação de toda a comunidade escolar.

II- Realização e publicação de levantamento da demanda manifestada pela EI em creches e pré-escolas como forma de verificar o atendimento. Isso será feito anualmente pela direção da escola, SMECL e Secretaria Municipal de Saúde.

06. Desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade, considerando a criança em sua totalidade, observando suas especificidades, suas diferenças e sua forma de conhecer o mundo por meio do brincar. Com esse objetivo, promover atividades que estimulem a capacidade de pensar, sentir e ser criança, ampliando suas hipóteses sobre o mundo e a compreensão da realidade, através da construção da proposta pedagógica, comprometida com a qualidade da EI.

I - Realização de projetos, estudos sistemáticos e formação continuada com apoio de referencial teórico, dentro da concepção de educação de qualidade, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Infantil.

07. Possibilitar que o currículo seja construído de acordo com a vivência da criança, de seus interesses e de suas necessidades, levando em conta o meio em que ela está inserida.

I – Promoção de estudos sistemáticos de formação continuada de profissionais a partir do primeiro ano do plano.

II – Reuniões preferencialmente bimestrais para a formação continuada dos professores.

08. Contemplar as diferentes linguagens, propiciando a integração com o outro e facilitando a mediação com a cultura e com os conhecimentos, de acordo com os RCN-EI, a saber: formação pessoal e social (identidade, autonomia, o brincar, movimento e conhecimento de si e do outro), conhecimento do mundo (diferentes formas de linguagem e expressão, artes, música, linguagem oral, escrita e matemática) e conhecimento da natureza e da sociedade.

I – Estimulação de brincadeiras, jogos e oficinas.

II – Estudo aprofundado dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da EI para que os professores possam, na sua ação didático-pedagógica, desenvolver um trabalho que venha ao encontro dos Parâmetros, devendo estes constar na proposta pedagógica em todas as Escolas de EI.

III – Estimulação contínua que leve o educador ao estudo, a fim de multiplicar novas vivências no dia a dia da criança.

b) Dos recursos materiais e financeiros

01. Assegurar os padrões mínimos para o funcionamento das instituições de EI, privadas e públicas, garantindo o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo.

I- Padronização e o cumprimento da legislação vigente para o seu funcionamento no prazo de 02 (dois) anos.

02. Assegurar que, no mínimo, **15%** dos recursos totais da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) sejam aplicados na EI.

I- Melhoria dos recursos materiais e humanos da EI.

c) Da sistematização e organização escolar

01. Garantir uma assessoria pedagógica da SMECL de forma que esta fiscalize e assessorie as escolas da rede pública e comunitária.

I – Organização de uma assessoria pedagógica da SMECL em todas as escolas de EI, no decorrer do segundo ano da vigência do Plano.

02. Assegurar que as escolas de EI tenham um profissional capacitado para realizar a orientação pedagógica e que este, preferencialmente, seja do corpo docente da escola, até o final de 2016.

I- Orientação da mantenedora para a escolha do profissional, para que no segundo ano esta seja efetiva.

03. Viabilizar mensalmente duas horas de planejamento para os educadores.

I- A direção escolar terá autonomia para elaborar e organizar o planejamento de estudo para os educadores.

04. Garantir atendimento terapêutico de saúde mental às crianças das escolas de EI.

I - Efetivação do atendimento à saúde mental das crianças de todas as escolas infantis, trabalhando, preventivamente, a partir de 02 (dois) anos após implantação do PME.

05. Reunir as escolas pertencentes ao sistema para socialização de experiências e construção de uma política municipal na área da EI.

I- Criar um fórum entre as escolas de EI, para estudos, fundamentação da política de inclusão no sistema municipal de EF, anualmente, a partir de 2 (dois) anos da implantação do plano.

06. Unificar a nomenclatura das turmas das etapas da EI pertencentes ao sistema, favorecendo a sua identificação na municipalidade no atendimento de cada estabelecimento.

I- Criação de uma norma que determine a nomenclatura das etapas da creche e EI, a partir da implantação do PME.

07. Promover a oferta periódica de eventos aos pais dos alunos atendidos nas instituições de EI, como forma de integrá-los ao processo educacional.

I- Realização de eventos integrados entre a família e a escola, por meio de festividades, palestras, passeios, entre outros, com a participação de toda a comunidade escolar, promovendo o diálogo.

08. Assegurar que as escolas municipais de EI tenham autonomia no gerenciamento de suas vagas, sendo garantida a permanência efetiva da comissão interna ao longo do ano.

I- Organização de comissão anual para acompanhamento e gerenciamento de vagas nas escolas.

09. Ampliar a oferta de vagas na EI, de acordo com a demanda, em consonância com a legislação vigente.

10. Instituir mecanismos de trabalho em colaboração entre os setores da educação, da saúde e assistência social, para assegurar um atendimento de qualidade a crianças de zero a cinco anos e onze meses.

I- Criações de projetos e programas da Secretaria de Saúde e Assistência Social, que atendam às crianças de zero a cinco anos e onze meses, em parceria com instituições e as escolas, atendendo às suas necessidades.

11. Implantar conselhos escolares e/ou outras formas de participação da comunidade escolar nas instituições públicas e comunitárias, garantindo a gestão democrática.

I- Criação de espaços de participação da comunidade escolar para discussões, reuniões, visando à qualidade do trabalho da instituição.

12. Instituir e garantir, no calendário escolar, preferencialmente duas semanas para organização administrativa e pedagógica no início de cada ano.

I- Garantia de formação profissional pedagógica, no início do ano letivo, para organização do trabalho a ser desenvolvido, promovendo a qualificação dos profissionais da instituição e proporcionando momentos de estudo, organizações e informações para o início do ano letivo.

13. Garantir que todas as escolas de EI, públicas e comunitárias, possam participar, com as municipais, das formações regionais da SMECL.

I- Ampliação da participação das escolas nas formações regionais realizadas pela SMECL para dois representantes de cada instituição, bem como as escolas comunitárias.

II- Instituição de momentos de formação continuada em seus calendários.

14. Manter visitas periódicas do CME em todas as escolas do SME, de forma a fiscalizar o bom funcionamento das atuais escolas e das novas, permitindo a liberação para funcionamento somente a partir dos parâmetros legais.

I- Provimento ao CME com estrutura física, recursos humanos e materiais, a fim de que possa realizar visitas de acompanhamento e fiscalização da educação do sistema municipal.

15. Garantir que toda e qualquer escola de EI só obtenha liberação de funcionamento (alvará) mediante visita prévia e autorização do CME.

I- Inspeção dos espaços previstos para instalação de escolas de EI, pelo CME, para alvará de autorização de funcionamento.

II- Expedição de um documento, pelo CME, de liberação para a concessão do alvará de funcionamento.

16. Tornar público aos funcionários responsáveis como vigilância sanitária, arquitetura, engenharia civil, e também à comunidade o documento legal em que constarão os padrões mínimos de infraestrutura de EI do município, efetivando e legitimando os mesmos.

I- Realização de seminário sobre as legislações pertinentes à EI quanto à estrutura física interna e externa, bem como funcionamento das instituições de EI, para os profissionais envolvidos com a criação dessas.

II- Fornecimento de cópias das leis que definem os padrões mínimos de infraestrutura para os estabelecimentos de EI.

d) Da valorização profissional

01. Garantir um assessoramento especial aos educadores em relação à inclusão, visando a buscar recursos e instrumentos para a aquisição de conhecimentos, a fim de atingir o real objetivo da inclusão nas escolas.

I - Assessoramento nas escolas aos educadores em relação à inclusão.

02. Estabelecer um programa municipal de formação dos profissionais de EI, com a parceria de universidades, instituições superiores de educação ou organizações não governamentais e governo federal, proporcionando subsídios financeiros.

I - Formação específica de Nível Médio (Magistério) em 03(três) anos e formação específica de Nível Superior (Pedagogia) em 10 (dez) anos, para todos os professores.

03. Nomear, na rede pública, novos profissionais na EI que possuam a titulação mínima em Nível Médio, Modalidade Normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de Nível Superior em Licenciatura em Pedagogia.

I - Nomeação e contratação de profissionais na EI que possuam a formação mínima.

04. Colocar em execução o programa de formação para educação pública, comunitária e privada, para a atualização permanente e aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na EI, bem como para formação do pessoal auxiliar.

I-Promoção de formação continuada, através de parcerias com universidades e instituições privadas.

II- Promoção de fóruns, seminários, cursos, oportunizando maior qualificação profissional.

05. Garantir a participação dos profissionais que atuam na EI em congressos, cursos, simpósios, palestras, fóruns e eventos, dentro do programa de formação continuada.

I-Liberação dos profissionais para a formação dentro da sua carga horária, após a análise de viabilidade, se for prevista no calendário escolar.

06. Realizar, através da SMECL, do provimento anual de seminário específico para Educação Infantil, que agregue todos os profissionais desta área.

I- Instituição deste seminário no calendário de eventos da SMECL.

07. Oferecer orientações técnicas aos diretores e profissionais das creches comunitárias sobre questões pedagógicas, administrativas e financeiras, relativas à organização e ao funcionamento dessas instituições, ficando a SMECL responsável por esta oferta, conforme Lei nº. 2.853, de dois de agosto de 2011, do SME.

I- Realização de seminário sobre gestão democrática e relações interpessoais para todos os gestores de escolas.

II- Efetivação de uma assessoria técnica que oriente esses profissionais, para um melhor atendimento e um trabalho pedagógico de qualidade.

08. Oferecer um curso de capacitação em Libras para profissionais que atuam nas escolas, ficando ao encargo das mantenedoras a oferta do mesmo.

I- Promoção de curso de Libras com profissionais qualificados.

2.1.2 Ensino Fundamental

Para o EF, são metas essenciais estabelecidas pelo PNE:

PNE/META 2 - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.
[...]

PNE/META 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
[...]

PNE/META 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das Escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica (BRASIL, 2014, s/p).

É meta deste PME, para o EF, até o início de 2017, que o município ofereça educação em tempo integral para 25% dos alunos da Educação Básica.

2.1.2.1 Diretrizes

O EF nos últimos cinco anos sofreu modificações – quanto à idade para o ingresso, resultando em ampliações de projetos, normas, ações e pesquisas. Os meios de comunicação dão ênfase aos resultados quanto à aprendizagem do EF. Através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), transformaram-se as ações sobre o fazer da escola. O EF exercerá mudanças quanto a ações que evoluem o fazer pedagógico num todo até inclusão e formação continuada de professores. Sendo que na inclusão se faz necessária uma ação conjunta com formação docente e adaptação curricular. O lúdico e a capacidade de brincar devem estar presentes, perpassando em todos os níveis e modalidades de ensino.

O gestor de escola do EF ocupa essa posição, mas com o nome de diretor, porém, mais que uma nomenclatura, é preciso planejar, criar, executar uma política de formação desse gestor. Através de uma parceria da rede estadual organizam-se eventos para este diretor atuar como tal.

É meta que o desempenho de pelo menos 70% dos alunos do EF alcance o nível suficiente de aprendizagem em relação aos direitos e objetivos de seu ano de estudo, e 60% pelo menos, o nível desejado até 2017. Ainda, o estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade do serviço da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, de outros insumos relevantes, bem como outros instrumentos de medidas para a melhoria da qualidade do ensino. A responsabilidade da união, em colaboração com os entes federados é atingi-los até o final de 2016.

Em consonância com a Meta 7 do PNE, será diretriz para o EF, “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo Escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB” (BRASIL, 2014, s/p), a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB. A Tabela 9 indica os números do IDEB projetados para 2015 a 2021 para os alunos do EF e EM, as Figuras 4 e 5 apresentam os resultados do IDEB para a referida clientela no ano de 2013.

Tabela 9 - IDEB projetado para 2015, 2017, 2019 e 2021 para os alunos da rede

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do EF	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do EF	4,7	5,0	5,2	5,5
EM	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: IDEB, 2015.

Figura 4 - IDEB 2005 a 2013 da EMEF Carmela Dutra, 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Escola ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
ESC MUN ENS FUN CARMELA DUTRA	4.7	5.0	5.0	4.6	5.8	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	6.7

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Escola ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
ESC MUN ENS FUN CARMELA DUTRA		5.2	5.0	5.2	4.7		5.3	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.7

Fonte: IDEB, 2015.

Figura 5 - IDEB 2005 a 2013 da EEEM Vila Maria, 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas								
Escola ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓	
ESC EST ENSINO MEDIO VILA MARIA		4,1	3,3		***		4,2	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8	

Obs:
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

4ª série / 5º ano

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado					Metas Projetadas								
Escola ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓	
ESC EST ENSINO MEDIO VILA MARIA		5,9			***		6,1	6,4	6,6	6,8	7,0	7,2	7,4	

Obs:
* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.
*** Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
**** Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola devido a situações adversas no momento da aplicação.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: IDEB, 2015.

2.1.2.2 Objetivos e metas

a) Do currículo

01. Construir uma proposta pedagógica preparando o indivíduo autônomo, dentro de valores éticos da sociedade, visando também à inclusão perante o que a comunidade escolar pode oferecer.

I - Num período de três (3) anos o professor tem que se adequar à proposta pedagógica, ao Regimento Escolar e aos Planos de Estudo, salientando que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser anual.

02. Oferecer, através do lúdico, o aprender, o brincar, respeitando o currículo oculto a fim de propor novos desafios.

I - Readequação da proposta pedagógica, regimento escolar e plano de estudos de acordo com a legislação vigente.

II - Garantia de profissionais para auxiliar o professor no desenvolvimento cognitivo do aluno de inclusão em sala de aula.

III - Realização de estudos sistemáticos e contínuos do currículo na escola, envolvendo a comunidade escolar.

IV - Permanência do saber científico como aspecto fundamental para formação de um cidadão ético e crítico.

03. Oferecer aos alunos do primeiro ano um ambiente favorável, facilitando a aprendizagem para o desenvolvimento de suas habilidades na construção do conhecimento cognitivo.

I - Com o EF de 9 anos a escola terá que se adequar oferecendo espaços e recursos bem como acessibilidade para o desenvolvimento e adaptação na inclusão das crianças de 06 anos de idade.

04. Definir uma base municipal comum, no que diz respeito à alfabetização do 1º ano do EF de 09 anos, a todas as escolas do município.

05. Oferecer um trabalho efetivo embasado em vários temas de forma interdisciplinar que condiz com a realidade do aluno e o meio em que ele está inserido desde o 1º ano do EF de 09 anos.

I - Orientação quanto às doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos através de articulações entre o projeto pedagógico, em parceria com profissionais da saúde e assistência social.

II - Valorização da vida, através de ações preventivas, garantidas na proposta pedagógica no regimento escolar e plano de estudos, promovendo o desenvolvimento social, emocional e físico do indivíduo.

III - Criar um espaço de discussão de conteúdos programáticos a respeito da formação da população brasileira a partir de grupos étnicos das histórias dos negros e dos povos indígenas do Brasil.

IV - A partir da cultura negra e indígena brasileira resgatar suas contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas.

06. Criar um espaço no currículo para discussões sobre valores, atitudes, ações, ética, respeito, família, desde a tenra idade.

I - Criação de desenhos curriculares que permitam componentes curriculares de formação mais humana ao aluno, a partir de dois anos após a aprovação do plano.

II - Garantir políticas de combate à violência mediante identificação e supressão de todas e quaisquer fontes diretas ou indiretas geradoras de racismo, discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas, inclusive nos currículos, práticas e recursos didático-pedagógicos, para a construção de uma cultura de paz e ambiente dotado de segurança para a comunidade escolar.

b) Dos recursos materiais e financeiros

01. Formular e implementar uma política de gestão da infraestrutura física no EF, que assegure a expansão gradual do número de escolas públicas, de acordo com as necessidades, ao longo do processo de reordenamento da rede física atual, de forma participativa e democrática.

I - Ampliação e adequação da escola, conforme a necessidade de cada região, de acordo com o censo demográfico, ao longo dos 10 (dez) anos do PME.

II - Reforma e adequação dos espaços das escolas, tais como: laboratórios de informática, sala de recursos lúdicos; construção e manutenção de quadras poliesportivas e outros espaços de recreação dentro da escola. Renovação do mobiliário escolar, conforme necessidade de cada escola, a partir de um diagnóstico sobre condições de uso.

02. Assegurar a informatização nas escolas, proporcionando um trabalho mais qualificado.

I - Informatização de todas as escolas públicas, garantindo a manutenção dos equipamentos, a atualização dos softwares e a capacitação dos profissionais em até 04 (quatro) anos.

03. Adquirir mobiliários e equipamentos adequados às turmas de 1º ano do EF de 09 (nove) anos, proporcionando o bem-estar necessário para o desenvolvimento integral do aluno e readequando os espaços físicos das escolas do município, conforme legislação vigente.

I - Aquisição de mobiliário e de equipamentos adequados às turmas de primeiro ano.

c) Da sistematização e organização escolar

01. Garantir preferencialmente eleições diretas para Diretores da Rede Municipal de Ensino.

I - Garantia preferencialmente durante a vigência deste plano, da participação da comunidade escolar no processo de eleições diretas para diretores, nas instituições de ensino municipal.

02. Garantir uma gestão democrática, fortalecendo diferentes órgãos colegiados e assegurando o aperfeiçoamento do processo de decisão, com a participação da comunidade escolar.

I - Investimento, durante todo o período, na formação continuada dos diretores das escolas públicas com ênfase na gestão do processo pedagógico, visando assegurar a melhoria da qualidade do ensino e o fortalecimento da gestão democrática.

II - Manutenção dos princípios de gestão democrática e de efetiva descentralização e autonomia da gestão escolar nas dimensões pedagógicas administrativas e financeiras

03. Atender às demandas dos profissionais de educação, conforme reais necessidades.

I - Garantia de formação continuada aos profissionais, através de seminários, palestras, fóruns, congressos, buscando parcerias com as entidades públicas e privadas.

04. Garantir a gestão democrática através da participação contínua da comunidade

Escolar, nas decisões pertinentes à mesma.

I - Garantia da participação de todos os segmentos da escola em assembleia que defina os investimentos e na tomada de decisões.

05. Proporcionar encontros periódicos com membros do Conselho Escolar (CE), e da Associação de Pais e Mestres (APM) e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) a fim de aprimorar seus conhecimentos e de torná-los autores do processo democrático e da alimentação escolar com qualidade.

I - Garantir efetivamente a participação do CE e da APM na democratização das decisões da Escola.

II - Garantia de uma política que estabeleça uma melhoria na alimentação escolar.

III - Compra de alimentos mais saudáveis pela SMECL, combatendo, assim, a obesidade na escola.

IV - Aquisição de mais livros de qualidade através da APM e da SMECL.

V - Compra e uso de livros de literatura que valorizam a diversidade étnico-racial.

06. Realizar conforme necessário a demanda de atendimento aos educandos e também aos alunos que não alfabetizam na idade esperada.

I - Garantia do atendimento necessário, de acordo com as dificuldades dos educandos, ao longo de sua vida escolar.

II - Garantia de professores com experiências na alfabetização, contratação de professores responsáveis pelo reforço no contra turno aos alunos com maior dificuldade e valorização do professor alfabetizador.

III - Turmas que mesclam alunos com mais dificuldades com aqueles que têm menor dificuldade.

IV - Garantir espaços de discussão permanente, oportunizando formação continuada sobre políticas educacionais de inclusão no EF, entre todos os estabelecimentos de ensino nas diferentes etapas e modalidades da educação básica do município, em regime de colaboração entre órgãos gestores, administradores e normatizadores dos sistemas de ensino.

V - Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos, por meio de ação de órgãos gestores e administradores e normatizadores dos sistemas de ensino, na perspectiva de qualificar o processo de avaliação dos alunos na instituição de ensino, levando em consideração as especificidades individuais de cada educando, garantindo a concepção de avaliação emancipatória, e de progressão continuada nas propostas político-pedagógicas das

escolas superando a lógica da reprovação e da repetência, incidindo sobre os índices de evasão e distorção idade-escolaridade.

VI - Garantir que no mínimo 80% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até 2018 e pelo menos 95% dos alunos até o último ano de vigência desse plano. Conforme o Educasenso 2014 foram contabilizados alguns casos de idade incompatível, principalmente na rede municipal de ensino, conforme se demonstra na Tabela 10 e 11.

Tabela 10 - Idade incompatível com série na EMEF Carmela Dutra, 2014

MUNICÍPIO DE VILA MARIA - RS				
Idade Incompatível - Total de Matrículas - 2014 - EMEF Carmela Dutra				
Série	Turma	Total de Alunos	Alunos Idade Incompatível	%
3º Ano	31	17	1	5.88%
4º Ano	41	9	1	11.11%
4º Ano	42	13	1	7.69%
5º Ano	52	18	3	16.67%
5º Ano	51	14	3	21.43%
6º Ano	61	14	7	50.00%
6º Ano	62	13	6	46.15%
7º Ano	72	16	2	12.50%
7º Ano	71	16	6	37.50%
8º Ano	81	21	6	28.57%
8º Ano	82	19	2	10.00%
8ª Série	83	18	5	27.78%

Fonte: Educasenso, 2014.

Tabela 11 - Idade incompatível com série na EEEM Vila Maria, 2014

MUNICÍPIO DE VILA MARIA - RS				
Idade Incompatível - Total de Matrículas - 2014 - EEEM Vila Maria				
Série	Turma	Total de Alunos	Alunos Idade Incompatível	%
5º Ano	51	17	1	5.88%
6º Ano	61	24	6	25.00%
8ª Série	81	16	2	12.50%

Fonte: Educasenso, 2014.

d) Da valorização profissional

Em consonância com a Meta 15 do PNE, estabelecem-se as seguintes metas e objetivos:

META15/PNE – Garantir em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as

professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento que atuam (BRASIL, 2014, s/p).

1. Propiciar cursos de formação para professores das Escolas Municipais.

I - Organização de cursos de formação, periodicamente, com a participação de professores das diferentes redes de ensino, a fim de propiciar troca de experiências e de valorizar o educador da rede municipal do ensino.

2. Possibilitar a formação continuada aos profissionais, através de seminários, palestras, fóruns, congressos, buscando parcerias com as entidades públicas e privadas, sob a responsabilidade da SMECL

I - Realização de seminários, palestras, fóruns, congressos, buscando parceria com as entidades públicas e privadas, de formação continuada específica para os profissionais do primeiro ano e continuidade das horas de estudo na escola, sem prejuízo à carga horária dos alunos.

II - Valorização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas ao EF.

III - Realizar projetos pelos professores da rede municipal oferecidos pela SMECL.

IV - Possibilitar parceria com instituições de ensino superior e universidades.

3. Estabelecer parcerias com as secretarias públicas e instituições privadas garantindo atendimento especializado (fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia e AEE) para os estudantes do município, subsidiando o trabalho pedagógico.

I - Garantia de espaço de formação, possibilitando a participação todos os profissionais.

II - Acompanhamento do educando, oferecendo seu crescimento através das parcerias.

III - Desenvolvimento de projetos nas dimensões pedagógicas físicas, social e mental, oferecidos por diferentes instituições.

IV - Realização de encontros mensais entre o profissional da educação e o responsável pelo atendimento multidisciplinar em parceria estabelecida para troca de informações e registros dos alunos atendidos, acompanhando o progresso dos mesmos.

4. Oportunizar atendimento pedagógico e psicopedagógico aos alunos do 1º ao 9º ano nas diferentes áreas do ensino ao longo do ano letivo.

I - Realizar projetos pelos professores da rede municipal oferecidos pela SMECL.

5. Incluir na proposta pedagógica das unidades escolares tanto a temática das deficiências quanto a da vulnerabilidade social, bem como temáticas da história e da cultura Afro-brasileira e Indígena, conforme Lei 11.645, de 10 de março de 2008.

I - Oferecer formação específica dessas áreas.

II - Desenvolver conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros em especial nas áreas de Arte e de Literatura (Língua Portuguesa) e História brasileira, ou ainda, de modo interdisciplinar.

6. Ampliar o número de profissionais para atender às demandas diagnosticadas.

I - Garantia de atendimento multidisciplinar e especializado em núcleos regionalizados e descentralizados - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e APAE, do sistema municipal, no prazo de 12 (doze) meses.

2.1.3 Educação de Jovens e Adultos

Para a EJA, são metas essenciais estabelecidas pelo PNE:

PNE/META 10 – Oferecer, no mínimo 25% das matrículas de EJA. Nos ensinos fundamental e médio em forma integrada com a educação profissional (BRASIL, 2014, s/p).

2.1.3.1 Diretrizes

A modalidade EJA vem para suprir a necessária escolarização de uma sociedade trabalhadora, como é nossa, que na sua maioria abandonou a escola na idade adequada, por necessidade de lançar-se ao mundo do trabalho, mesmo sem a devida qualificação. O Poder Público reconhece a importância de manter a oferta da EJA, no ensino noturno, onde nossos alunos são transportados para Casca e Marau gratuitamente, conforme necessidade da comunidade, haja vista que não temos esta modalidade educacional no município.

A SMECL fará campanha de divulgação nas empresas para que mais jovens e adultos possam cursar esta modalidade educacional. Os maiores de 18 anos podem fazer o Enem para conseguir o certificado do EM. Cabe, ainda, ao Poder Público garantir maior amparo e segurança aos alunos do noturno.

Deverá em parceria com os diferentes entes federados, ser programa dos projetos de ação que evitem a evasão escolar e a reprovação inibindo assim as desistências, com ações internas e externas.

PNE/META 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional (BRASIL, 2014, s/p).

O Ministério da Educação conferiu, no ano de 2014, ao Município de Vila Maria o “Selo de Município Alfabetizador” por ter reduzido a taxa de analfabetismo até o ano de 2010, estando em 4,27% (FEE, 2015).

2.1.3.2 Objetivos e metas

a) Do currículo

1. Assegurar a oferta gratuita da EJA a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.
2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com EF e EM incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens adultos.
3. Criar benefício adicional no programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização.
4. Realizar chamadas públicas regulares para EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.
5. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os do sistema de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

6. Considerar, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, dentre outras.

b) Dos recursos materiais e financeiros

1. Garantir o acesso e a permanência na modalidade EJA, respeitando o direito citado na LDB e respaldado pela CF.

2. Garantir a oferta e manutenção do transporte para alunos do EF e EM na modalidade EJA, disponibilizando àquele que busca a escola, uma oportunidade de inserção/inclusão social.

3. Fazer um mapeamento da população analfabeta, visando localizá-la e induzi-la a participar de programas de jovens e adultos.

2.1.4 Educação Especial

PNE/Meta 4 – Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, Escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

O desafio da educação brasileira em fazer valer o compromisso de implementação de uma política pública inclusiva, que tenha como prioridade o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais, altas habilidades e ou superdotação nas escolas públicas não é recente. No Brasil, milhares de pessoas com algum tipo de deficiência sofrem discriminações em âmbito social, educacional e no mercado de trabalho. O processo de exclusão escolar de pessoas com deficiência é tão antigo quanto à socialização do homem.

Com a CF de 1988 as políticas públicas direcionadas a este enfoque estabelecem normas, diretrizes e operacionalizações positivas à inclusão de pessoas com deficiência no espaço educacional. De acordo com o artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 121).

Pautada nesta mesma Constituição surge em 1989 a Lei nº. 7.853 de 24 de outubro (BRASIL, 1989), que dispõe sobre as Pessoas Portadoras de Deficiência e traz em seu bojo providências e regulamentos, direcionadas às responsabilidades com a educação dos mesmos:

O objetivo de universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, conforme Meta 4 do PNE, assegura-se mediante a busca das seguintes estratégias:

a) garantia da manutenção das matrículas de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola regular em 100% de sua abrangência e necessidades, inclusive beneficiários de programas de transferência de renda e ou pessoas expostas a situações de risco, violência, discriminação e ou exploração;

b) promover o atendimento das demandas manifestas pelas famílias de 0 a 3 anos de crianças que exijam atendimento educacional especializado;

c) implantação e ou manutenção de salas de recursos multifuncionais, assim garantindo atendimento educacional especializado;

d) estimular a capacitação continuada, a pesquisa, atualização e conhecimento dos professores e da equipe multidisciplinar, bem como, fortalecer a parceria entre os órgãos intersetoriais de políticas públicas (assistência social, saúde, educação), prevendo a manutenção e a ampliação dos recursos humanos necessários;

e) manter e ampliar a acessibilidade estrutural, física, educacional e de mobilidade urbana nas instituições públicas para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com necessidades educacionais especiais;

f) garantir a oferta de educação bilíngue;

g) definir indicadores de política de avaliação e supervisão, assim como, definir o perfil detalhado das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação das pessoas de 0 a 17 anos de idade;

h) garantir o disposto no artigo 207 da CF;

i) promover a expansão dos serviços educacionais através de convênios firmados entre o Poder Público e entidades e ou instituições de cunho filantrópicos, comunitárias, confessionais sem fins lucrativos efetivando a participação das famílias e da sociedade em prol de um sistema educacional inclusivo.

2.1.4.1 Objetivos e metas

a) Currículo

1. Formular documentos norteadores referentes ao currículo estabelecendo os parâmetros necessários para subsidiar a pertinência da aprendizagem inclusiva de maneira efetiva.

I - estabelecer uma comissão temporária para pesquisa, elaboração e avaliação da proposta.

II- Construir um currículo articulado, interdisciplinar, que contextualize as diferentes realidades e diversidades em concordância com as diretrizes nacionais.

b) Dos recursos humanos, materiais e financeiros

1) Humanos

Melhorar as condições políticas e pedagógicas de trabalho, bem como, estabelecer propostas de ampliação do quadro funcional necessário para o desenvolvimento da inclusão educacional.

1. Incluir na Proposta Política Pedagógica a formação continuada específica da educação especial.

I - Investir na implantação da formação continuada de LIBRAS e braile voltado aos educadores.

II - Contratação de profissionais capacitados, permitindo acesso à capacitação continuada e acesso aos materiais pedagógicos necessários.

2) Materiais

Construção de um novo espaço físico apropriado, contemplando o estabelecido nas diretrizes nacionais para a acessibilidade adequada.

1. Construção de uma escola municipal modelo padrão Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), com 12 salas, e espaço de convivência coletiva.

2. Aprimoramento e manutenção da sala de recursos multifuncionais.

3. Aquisição de instrumentos, equipamentos e materiais específicos para a educação especial.

3) Financeiros

Incluir no Plano Municipal Plurianual as despesas para o aumento de contratação de recursos humanos (professores, monitores, entre outros). Dispor de recursos financeiros para aquisição de materiais pedagógicos específicos para educação especial.

1. Encaminhar em tempo hábil à Administração Pública Municipal, projeto com proposta orçamentária que contemple as necessidades expostas no objetivo supracitado;

c) Da sistematização e organização escolar

1. Fortalecer as parcerias entre educação e demais secretarias.

I - Incentivar o controle social através dos conselhos de direito com vistas à fiscalização do processo de inclusão;

II - Criar programas em parcerias com entidades sem fins lucrativos voltados a proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais do desenvolvimento que se encontra em situação de vulnerabilidade social/econômica e de risco (violência, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros).

III - Definir os indicadores de qualidade e de política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e de altas habilidades ou superdotação e de local adequado até o final do ano 2016.

IV - Viabilizar parcerias para desenvolver programas destinados ao incentivo à profissionalização dos jovens para o mercado de trabalho.

V - Garantir através de parceria com áreas de saúde o acesso à avaliação de acuidade visual, auditiva e cognitiva de quem dela necessitar.

VI - Manutenção da mobilidade urbana necessária para o transporte escolar adequado.

VII - Conveniar-se a centros especializados destinados ao atendimento de pessoas com severas dificuldades de desenvolvimento.

VIII - Ofertar espaço inclusivo de convivência, esporte, cultura e lazer.

d) Da valorização profissional

1. Busca e fortalecimento de parcerias para dar suporte na área da saúde aos profissionais da educação.

I - Ofertar aos educadores, profissionais da saúde, preferencialmente como: médico psiquiatra, médico neurologista, fisioterapeuta, psicólogo e assistente social.

2. Direcionar aos educadores a oferta de formação continuada, na área da deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

I - Avaliação e levantamento das necessidades de cada escola para formação continuada, a fim de direcionar de maneira planejada quais os cursos a serem buscados e ministrados para atender a demanda.

II - Averiguar as necessidades e ofertar cursos de reciclagem a curto e médio prazo.

e) Da participação familiar e comunitária

1) Familiar

1. Acesso a cursos, saúde e informações aos familiares de crianças inclusas.

I - Facilitar às famílias as informações necessárias a fim de satisfazer as suas necessidades quanto à capacitação no atendimento aos filhos de maneira específica para cada deficiência.

II - Propiciar às famílias acesso facilitado a programas de saúde em geral.

III - Acesso a cursos profissionalizantes a fim de subsidiar uma rentabilidade financeira à família.

2) Comunitária

1. Acesso a informações.

I - Difusão de informações sobre o assunto inclusão através de debates e seminários a fim oportunizar aprofundamento de aspectos da inclusão tornando a diferença uma forma de engrandecimento e fortalecimento social.

II - Estreitar relações entre população geral com as famílias das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação a fim de obter melhor conhecimento para sensibilizar-se quanto a melhor compreensão e condutas na comunidade.

2. Acesso ao mercado de trabalho.

I - Prever a disponibilização de cotas para Pessoas com Deficiência (PCDs), conforme normativas nacionais;

II - Disponibilizar informações às empresas a fim de que compreendam suas dificuldades para garantir que essa inclusão seja favorável ao mercado de trabalho, bem como relações de trabalho.

2.1.5 Ensino Médio

PNE/Meta 3 – Universalizar até 2016 o atendimento Escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência desse PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% 9BRASIL, 2014, s/p).

2.1.5.1 Diretrizes

O EM caracteriza-se como a terceira etapa da Educação Básica e apresenta-se como considerável fator, tanto para a formação da cidadania quanto para a qualificação profissional. Este diagnóstico permite a observação e análise do atendimento às necessidades e aspirações educacionais da população jovem, principalmente na faixa etária entre 15 e 19 anos de idade.

A universalização do EM não depende apenas da ampliação de vagas, mas, sobretudo, de fornecer uma estrutura que garanta a permanência e o sucesso do aluno na Escola, requerendo para tanto, espaço físico e materiais adequados, bibliotecas atualizadas, laboratórios equipados adequadamente e professores capacitados para o processo ensino-aprendizagem, de modo a despertar, desenvolver e manter cada vez mais forte no aluno a vontade de aprender, conhecer, viver e ser, de forma a obter respostas às suas necessidades fundamentais: aquelas que todo ser humano precisa para viver com dignidade.

O Município de Vila Maria conta atualmente com uma instituição que oferta EM. Trata-se de uma escola pública estadual, que conta com 128 alunos matriculados nesta etapa da educação básica.

2.1.5.2 Objetivos e metas

O EM público é de competência do Estado. As metas e objetivos aqui propostos, buscam no âmbito Municipal a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando melhor qualidade, compromisso com a expansão da oferta e ampliação das condições de acesso a este nível de ensino aos cidadãos vilamarienses, firmando-se os seguintes objetivos e metas:

1. Incentivar e acompanhar a capacitação continuada dos professores, via Secretaria de Estado da Educação e SMECL e sindicatos, efetivando a participação a todos os docentes do Ensino Médio, com vistas à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

2. Favorecer momentos de exposição, desenvolvimento e valorização de talentos de alunos e professores, estabelecendo parceria entre município e estado.

3. Estimular a troca de experiências regionais entre as redes públicas e privadas e Instituições de Ensino Superior, objetivando manter os currículos atualizados com vistas à melhoria e a garantia de educação de qualidade, incentivando a formação continuada dos professores.

4. Incentivar a escola a programar e executar suas propostas pedagógicas conforme autonomia proposta pela LDB, buscando a construção de sua própria identidade.

5. Articular, junto aos órgãos competentes, a adequação progressiva da escola que oferta o EM, para que atenda os padrões mínimos de estrutura, estabelecidos na legislação vigente.

6. Incentivar a inclusão e a permanência dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, cabendo a cada mantenedora garantir condições para que a escola possa receber este estudante e oferecer-lhe um ensino de qualidade, conforme legislação vigente.

7. Estimular a ampliação para o desenvolvimento de cursos profissionalizantes integrados ao EM e subsequente ao EM.

8. Articular parcerias junto às empresas com o intuito de proporcionar vagas para estágio, conforme legislação vigente, a alunos que frequentam o EM.

2.1.6 Ensino Superior

PNE/META 12 – Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade de oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público (BRASIL, 2014, s/p).

2.1.6.1 Diretrizes

Um forte sistema de ES é imprescindível para o desenvolvimento e a independência de qualquer país, estado ou município. Para que as Instituições de Ensino Superior (IES) cumpram sua função educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. A produção do conhecimento é hoje, e tende a ser cada vez mais, a base do desenvolvimento científico e tecnológico. As universidades devem exercer as funções que lhes foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão, através dos requisitos da relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais.

É grande a pressão pelo aumento da oferta de vagas na educação superior, o que ocorre devido ao aumento acelerado no número de egressos do EM. A contribuição do setor privado, que já oferece o maior número de vagas, é importante, desde que seja respeitado o padrão de qualidade estabelecido pelos sistemas. Há necessidade da expansão do número de vagas na universidade pública, pois é crescente a demanda de alunos, o que exige um repensar na expansão de vagas em turnos diversos.

Há que se refletir sobre a importância da garantia de qualidade no ES, juntamente com a ampliação dos programas de pós-graduação, que objetivam qualificar os docentes que atuam nas IES. Também, é necessário rever e ampliar a política de incentivo à graduação, à pós-graduação e à investigação científica, tecnológica e humanística nas universidades.

O município de Vila Maria conta hoje com aproximadamente 160 alunos matriculados em instituições de ES de Passo Fundo, Marau, Casca, Camargo e outros municípios da região.

2.1.6.2 Objetivos e metas

1. Articular com a universidade pública, com o Governo Estadual e com a sociedade civil organizada, na vigência deste Plano, o estabelecimento de uma política de ampliação de vagas na universidade pública, visando atender o maior número possível de alunos do município.

2. Articular junto às IES privadas a redução do valor das mensalidades ou outras formas de incentivo para os profissionais da educação que atuam na rede pública municipal de ensino de Vila Maria e que desejam fazer cursos de graduação e pós-graduação na sua área de atuação.

3. Incentivar as IES privadas para a concessão de benefícios, tais como: desconto, redução do valor da mensalidade e oferta de bolsa de estudos, nos períodos diurno e noturno, para estimular o acesso ao ensino superior e atender às necessidades da comunidade de baixa renda.

4. Articular junto aos órgãos competentes a diversificação na oferta de cursos de formação em área específica no ES, de acordo com a demanda e as necessidades educacionais do Município e da região.

5. Estimular a discussão para implantação de mecanismos de ingresso diversificado para acesso aos cursos de graduação nas IES públicas.

6. Discutir e propor junto às IES, ao longo da vigência deste Plano, a inclusão de disciplinas nas matrizes curriculares de todos os cursos de formação de docentes, temas referentes à educação do campo, à EJA, à EI, à EEI, ao meio ambiente, entre outros temas relacionados à problemática local.

7. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa nas IES aumentando, nos anos subsequentes à vigência deste Plano, o número de pesquisadores qualificados no município.

8. Administrar e garantir a integração entre a rede municipal de ensino e os coordenadores dos cursos de formação de professores das IES, viabilizando estreitamento de relações entre a escola e estas instituições, buscando a melhoria da qualidade no desenvolvimento de projetos e dos estágios supervisionados.

9. Propor às IES, na vigência deste Plano, a oferta de programas/projetos de formação continuada aos profissionais da educação, conforme necessidades diagnosticadas.

10. Solicitar junto às IES a participação de profissionais da educação da rede municipal em projetos comuns de pesquisa e extensão, tais como os que tratam de à EJA, à EI, à EEI, informática educacional, educação no campo, dentre outros.

11. Discutir junto às IES, formas de assegurar o ingresso e a permanência em cursos de Educação Superior das pessoas com necessidades especiais, provendo profissionais nas diversas áreas, de acordo com a demanda, adequando o espaço físico, realizando adaptações curriculares, avaliação diferenciada, entre outros, conforme previsto na legislação vigente.

12. Incentivar a inclusão ou ampliação nas IES da oferta de cursos ou habilitações específicas em EEI, EF séries iniciais e EI em níveis de graduação e pós-graduação.

13. Estimular a criação de um conselho ou similar, com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias das IES instaladas na região e que mantém vínculos educacionais com o município, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.

14. Estimular, nas IES, pesquisas e projetos de extensão comprometidos com a melhoria da qualidade da Educação Básica.

15. Apoiar a realização de congressos, fóruns, simpósios, conferências e outros eventos promovidos pelas IES, proporcionando a participação de profissionais da educação da rede pública municipal, estimulando sua participação com comunicações e/ou palestras.

16. Estimular a implantação de pólos de IES públicas no município.

3 COMUNIDADE ESCOLAR

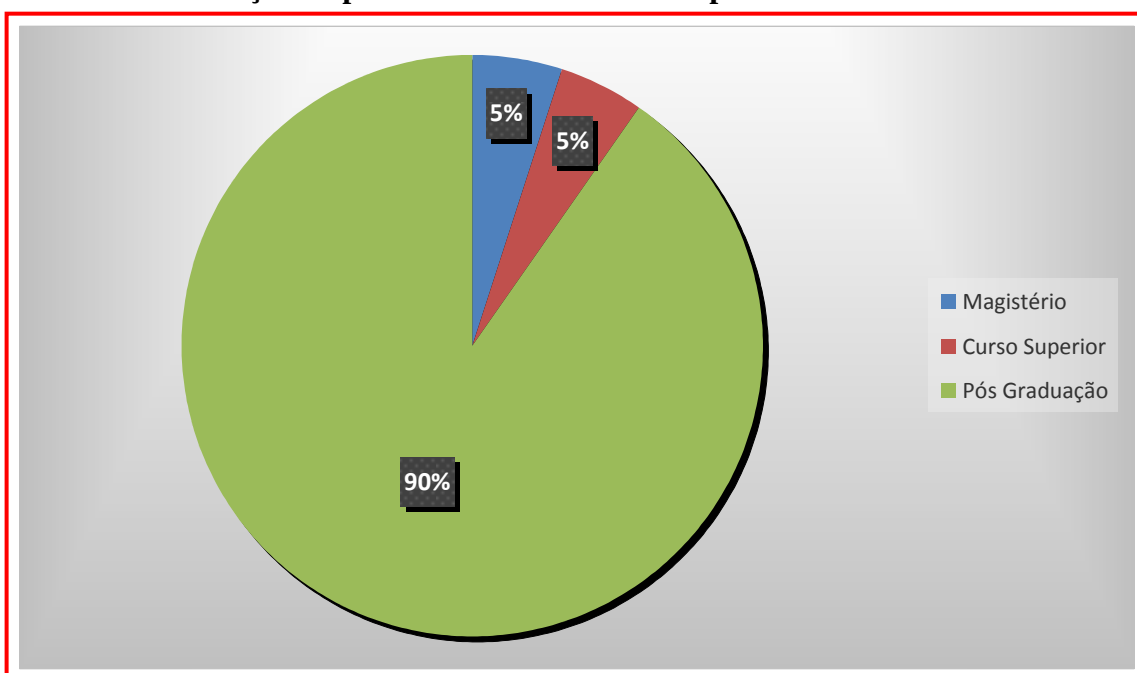
3.1 Professores e funcionários

Em consonância com a constituição brasileira, a Constituição Estadual, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a LDB, Lei nº. 9394/96, a Lei 9424/96 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, a Lei Orgânica Municipal (LOM), Estatuto dos Servidores Públicos e PNE, a valorização dos profissionais da educação é prioritária, dado a sua responsabilidade social, que vai além da mediação na construção do conhecimento, envolvendo a formação de valores humanos e a construção da cidadania.

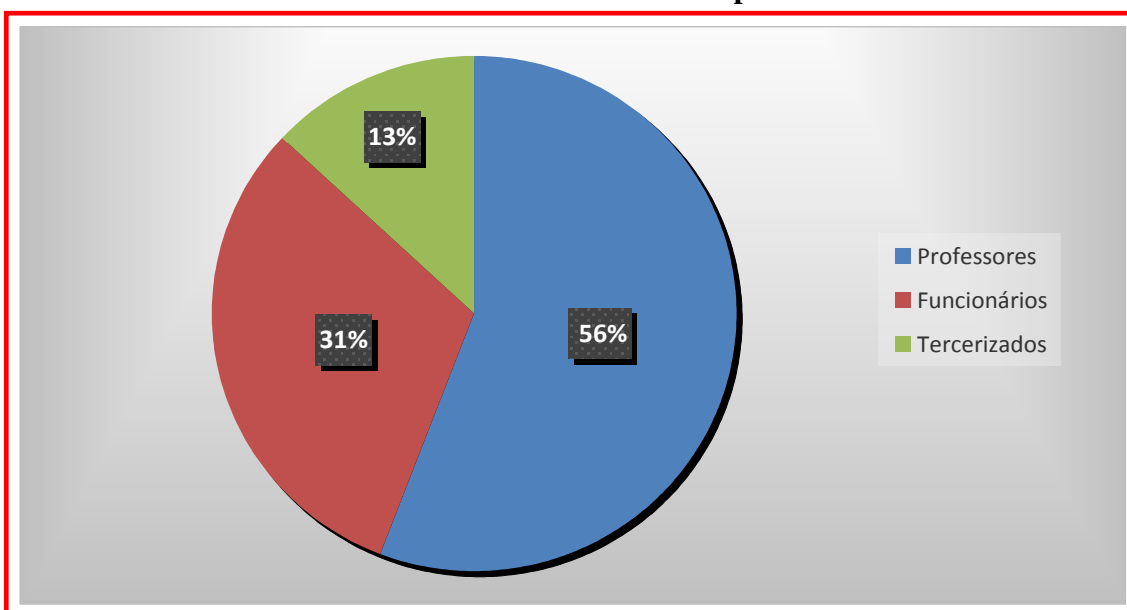
A valorização do magistério, só pode ser obtida por meio de uma política que implica simultaneamente a formação profissional inicial, as condições de trabalho, remuneração, plano de carreira e a formação continuada.

Para manter políticas de formação continuada é importante estabelecer parcerias com instituições formadoras. A formação permanente do educador apresenta-se como um desafio para a esfera pública do município de Vila Maria. O SME tem investido em formação continuada dos seus profissionais, através da promoção anual de encontros regionais, palestras, conferências e assessoria permanente para as escolas da rede.

No ano de 2014 contava-se com 41 profissionais na área de educação, sendo dois com magistério; dois com curso superior; e, 37 com pós-graduação, como indica o Gráfico 1. Em relação ao número de funcionários, conforme o Gráfico 2, têm-se cinco motoristas, três agentes educacional I, duas secretárias de escola, oito serventes, quatro cargos em comissão e dois outros. No ano de 2014 são dez empresas que prestam serviços terceirizados em diversos setores na SMECL.

Gráfico 1 - Titulação de professores da rede municipal - 2014

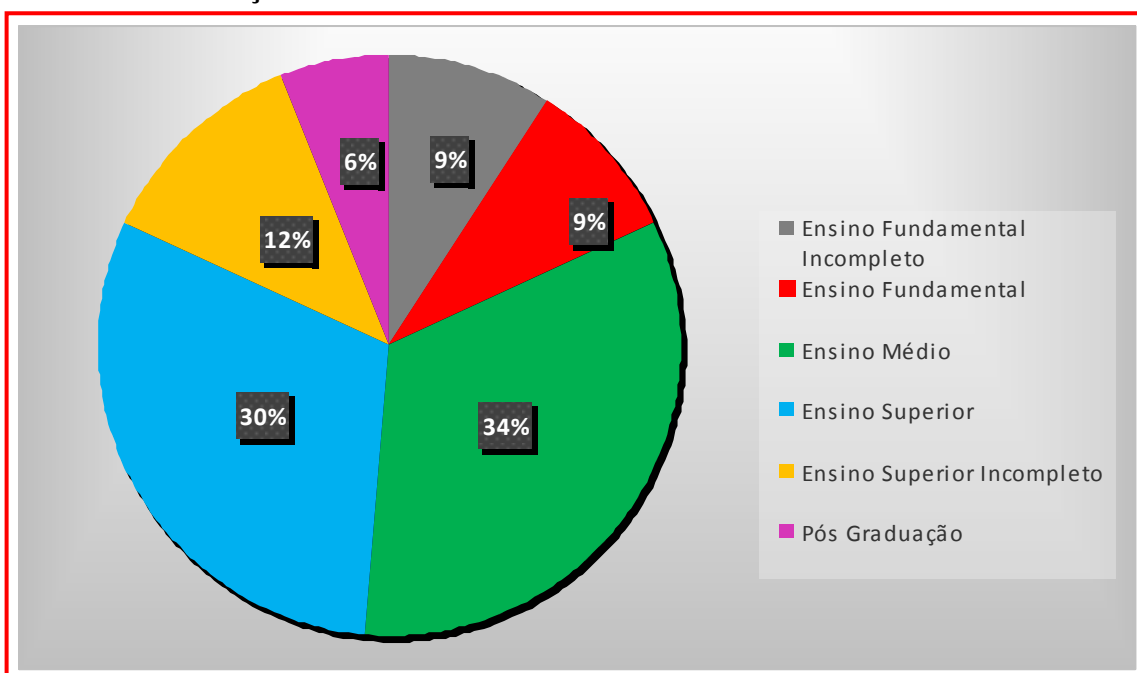
Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2015.

Gráfico 2 - Professores e funcionários da rede municipal - 2014

Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2015.

Sobre o grau de formação dos referidos funcionários, pode-se apontar, conforme Gráfico 3, que a maioria tem o EM (34%), seguido do ES (30%):

Gráfico 3 - Titulação de funcionários - 2014



Fonte: Dados fornecidos pelas Escolas, 2015.

3.1.1 Diretrizes

Numa sociedade em constante mudança, para que os educadores possam fazer frente às exigências da atualidade, mantendo seu equilíbrio e vislumbrando novas possibilidades de ação é necessária a formação permanente, fortalecendo-os, assim, no exercício de sua profissão, permitindo a apropriação da realidade, de novas tecnologias e saberes necessários, que possibilitarão intervenções pedagógicas qualificadas.

Condições de trabalho favoráveis, com destinação de tempo para estudos, planejamento das atividades e avaliação, dentro da carga horária dos educadores, bem como acesso as novas tecnologias permitem uma melhor qualidade de vida desses profissionais, gerando a melhoria da qualidade de ensino.

É necessário que o educador domine as novas tecnologias de comunicação e de informação, a fim de integrá-las à prática do magistério. O acompanhamento das mudanças por que passa a sociedade deve fazer parte da rotina de um profissional da educação, voltando para o desenvolvimento de suas práticas, de seu ambiente e de seu estado.

Na medida em que o município e educador se comprometam com a melhoria da qualidade de ensino, estabelecerão, com a sociedade, a harmonia necessária para assegurar o

exercício pleno da cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permutam a elevação constante do nível de vida.

3.1.2 Objetivos e metas

1. Garantir que, mesmo em caráter de contratação emergencial e/ou situações de substituição de professor titular, o profissional contratado tenha habilitação específica para a área de atuação, a partir da aprovação desse plano.

2. A mantenedora - pública e privada - deverá assegurar políticas de formação permanente dos educadores, conforme Lei vigente e de acordo com as necessidades evidenciadas.

3. Garantir situações que favoreçam o aperfeiçoamento profissional, através da formação em cursos, seminários e assessoramento pedagógico, propiciado pelas mantenedoras ao longo de cada ano letivo.

4. Garantir na formação inicial e continuada, novos saberes tecnológicos e científicos.

5. As mantenedoras devem garantir apoio pedagógico às unidades Escolares, através de uma assessoria permanente.

6. Possibilitar a ressignificação constante do profissional da educação, oferecendo-lhe espaços de formação pessoal no que tange as relações intra e interpessoais.

7. Assegurar a participação coletiva dos professores, funcionários e demais profissionais em educação da comunidade Escolar na tomada de decisões que envolvam o aspecto político-pedagógico, garantindo a democratização na Escola.

8. Oferecer condições favoráveis ao ensino, com infraestrutura adequada, bem como equipamentos necessários ao desenvolvimento das ações pedagógicas administrativas.

9. Cada mantenedora deve prever a destinação de recursos humanos que possibilitem a efetivação do Projeto Político Pedagógico de cada Escola.

10. Criar políticas que facilitem aos profissionais da educação o acesso ao ES.
11. Garantir programas de formação continuada a toda rede municipal
12. Desenvolver, através de parceria, programas de pós-graduação e pesquisa em educação para todos os níveis e modalidades de ensino.
13. Garantir a aplicação do plano de carreira (em lei) e realizar alterações, sempre que se fizer necessário.

3.2 Gestão e financiamento

PNE/ META 19 - Assegurar condições, no prazo de 02 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade Escolar, no âmbito das Escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014, s/p).

O princípio de gestão democrática é de fundamental importância para os trabalhadores em educação e para os demais segmentos da sociedade civil envolvidos diretamente com o ensino, e estão garantidas, na forma da Lei, as redes públicas, através da CF, em seu artigo 206, inciso VI, bem como na Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 3º, inciso VIII.

A gestão democrática na educação pressupõe participação efetiva de todos os segmentos da comunidade Escolar na tomada de decisões, nos encaminhamentos e na construção de uma educação de qualidade, a fim de fortalecer o trabalho coletivo e a vivência da cidadania. Democratizar a gestão da educação requer, fundamental e necessariamente, que a sociedade possa participar do processo de formulação, implementação e avaliação da política educacional e da fiscalização da execução.

3.2.1 Diretrizes

A gestão democrática nas instituições educacionais, visto como exercício pleno da cidadania requer fundamentalmente a participação da comunidade escolar e a discussão sobre o direito a tomada de decisão pelos usuários e profissionais de educação. A família deve estar participando ativamente nas instituições educacionais, a fim de que assuma seu papel na educação dos filhos, devendo esta promoção ser um dever das instituições e comunidades Escolares, para que busquem as alternativas que viabilizem efetivamente esta participação familiar.

O PME deve respeitar e cumprir a legislação educacional vigente das esferas federal, estadual e municipal, assim estará garantindo a autonomia político-pedagógica-administrativa e financeira das instituições educacionais, considerando a realidade e as especificidades de cada esfera administrativa e respeitando as experiências á existentes. É necessário, para isso garantir estrutura básica para o funcionamento das instituições educacionais bem como a discussão das funções de cada rede de ensino, em termos de recursos físicos e humanos, contemplando todas as organizações curriculares.

No que se refere ao acesso e permanência dos alunos em cada nível ou modalidade de ensino, é competência da rede pública municipal assegurar EI, da rede pública estadual do EM e, quanto ao EF, é uma responsabilidade compartilhada da rede pública. Quanto à rede privada, dependendo da instituição, poderão ter os três níveis da educação básica.

3.2.2 Objetivos e metas

1. Programar o funcionamento dos conselhos escolares como mecanismos de participação comunitária na escola.

2. Promover escolas municipais com recursos físicos e humanos que contemplem as suas necessidades conforme preveem os PPPs, respeitando a realidade e as especificidades, contribuindo assim, para uma educação de qualidade.

3. Oferecer em parceria com IES, programas de capacitação para gestores escolares.

4. Estimular a autonomia pedagógica da escola, orientando e acompanhando o desenvolvimento do seu PPP.

5. Informatizar as escolas municipais em rede com a SMECL.

6. Prover todas as escolas com laboratórios de informática e desenvolver programas de parceria para formação dos educadores e educandos.

7. Desenvolver o processo de avaliação externa da aprendizagem dos alunos em nosso município, por meio de programa de avaliação, visando à tensão de indicadores de qualidade

sobre o desempenho discente das unidades escolares para a correção de distorções e apoio as necessidades.

8. Utilizar o espaço da escola quanto um espaço educativo, criando projetos em colaboração com diferentes instituições e comunidade, desenvolvendo ações socioeducativas e culturais, buscando o convívio e a formação do cidadão.

9. Criar mecanismos eficientes de conscientização do papel da escola, da família, da comunidade escolar e as mantenedoras sobre a importância da educação, através de campanhas publicitárias, palestras e formação permanente.

10. Implantar no prazo cinco (5) anos laboratório de ciência na escola de EF, séries finais.

11. Criar uma sala própria para projeção áudio visual (tv e vídeo) no prazo de 03 anos.

12. Colocar a sala de AEE juntamente à escola, com acessibilidade, para melhor funcionamento no prazo de três (3) anos.

13. Criar mecanismos para que o regimento escolar das escolas municipais seja respeitado conforme consta na lei.

3.3 Financiamentos da educação

Financiar a educação é investir no aumento da qualidade de vida de todo o município, pois é através desta, que promovemos o crescimento e emancipação dos cidadãos. Se, por um lado, a CF garante o direito ao acesso à educação, por outro lado o financiamento é a forma de garantir o cumprimento deste direito. Conforme o artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p).

Nos últimos anos, a educação municipal tem passado por reformulações de toda a ordem, da revisão da prática pedagógica ao PPP. A criação de fundos e programas que garantam o financiamento obrigatório da educação é fundamental, bem como a definição, na esfera municipal, dos percentuais vinculados ao orçamento, via LOM. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (FUNDEB), criado em 2007, disciplinou a aplicação detalhada e rigorosa dos recursos nas atividades afins da educação, com penalidades ágeis para os casos de descumprimento. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que descentralizou a gestão da merenda escolar, considerou a cultura de cada município e qualificou as refeições oferecidas de norte a sul do Brasil. Além destes, o MDE, o Salário Educação, e o Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE), também vinculados à educação, são fontes importantes para viabilizar o seu financiamento.

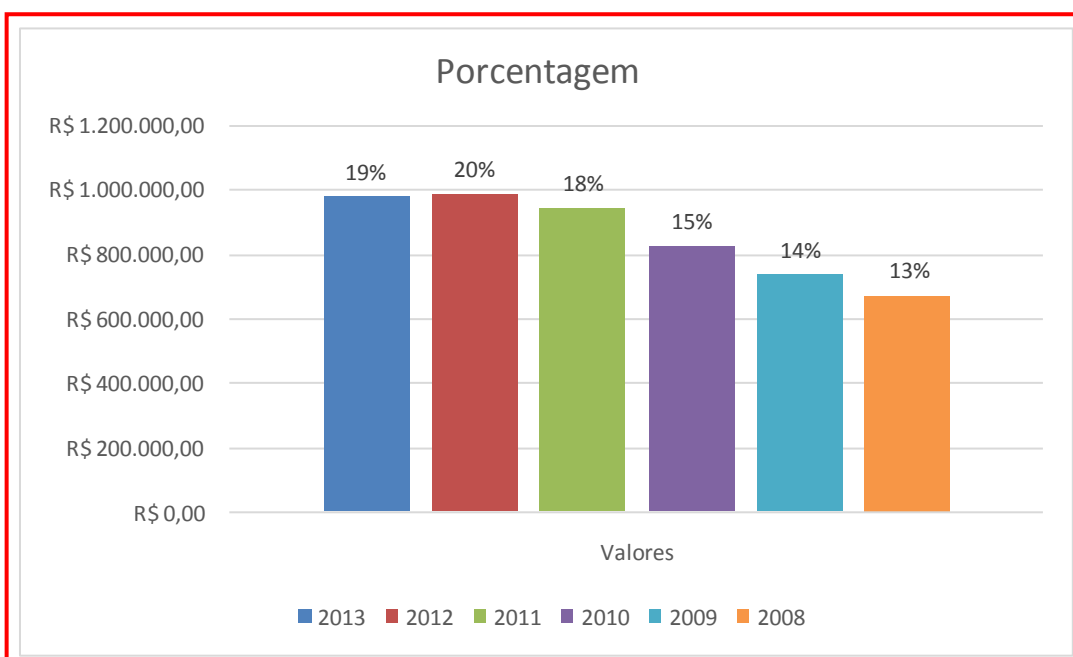
Na busca constante pela qualificação da educação, tem se elevado significativamente as despesas de custeio, principalmente, no que se refere às despesas com pessoal, materiais de consumo e serviços. De acordo com o Gráfico 4 e a Tabela 12, nos últimos anos, as despesas executadas pela SMECL, resultante da receita proveniente de impostos.

Tabela 12 - Valores do FUNDEB aplicados na educação vilameriense, 2008-2013

Valores Aplicados na Educação		
FUNDEB		
Ano	Valores	Percentual
2013	R\$ 1.197.396,23	19%
2012	R\$ 983.995,90	20%
2011	R\$ 940.302,20	18%
2010	R\$ 823.995,54	15%
2009	R\$ 733.138,84	14%
2008	R\$ 670.631,25	13%

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Vila Maria, 2015.

Gráfico 4 - Valores do FUNDEB aplicados na educação vilameriense, 2008-2013



Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Vila Maria, 2015.

Os recursos da educação são vinculados por estarem diretamente ligados às despesas de implementação das tarefas pertinentes à educação. Para cada um deles, há conta bancária específica, regramento diferenciado e acompanhamento por órgãos fiscalizadores, internos e externos.

A organização da educação pela LDB, em níveis e modalidades, também está presente nas receitas e despesas. O orçamento é organizado em EI e EF. Para cada rubrica de despesa criada, ela é subdividida de forma a atender os níveis e modalidades, com a respectiva fonte da receita - FUNDEB, MDE, Salário Educação, PNAE, PNATE, LIVRE, entre outros, conforme Tabela 13.

Tabela 13 - Valores aplicados na educação vilameriense, 2008-2013

Fonte de Recurso	Origem	Despesa Permitida
FUNDEB	Transferências Federais	Folha de pagamentos, material de consumo, móveis, serviços e equipamentos.
MDE	Recursos municipais e parte das transferências estaduais e federais	Folha de pagamentos, obras e reformas, material de consumo, móveis, serviços e equipamentos.
SALÁRIO EDUCAÇÃO	Transferência do Governo Federal	Obras e Serviços
PNAE	MEC/FNDE Via transferência	Gêneros Alimentícios
PNATE	MEC/FNDE Via transferência	Transporte Escolar
LIVRE	Recursos Municipais	Outros programas da educação.

Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Vila Maria, 2015.

3.3.1 Diretrizes

As questões referentes ao financiamento da educação no município de Vila Maria deverão merecer atenção especial, tendo como fundamento a responsabilidade do Poder Público de garantir o direito das crianças e dos adolescentes à educação pública de qualidade. A adequada provisão e a judiciosa aplicação dos recursos constituem requisito fundamental para garantia desse direito.

O financiamento busca universalizar o acesso, sem, com isso, abrir mão da melhor qualidade para a educação. Para que isso ocorra faz-se necessária a descentralização da gestão dos recursos financeiros, como uma forma de viabilizar o atendimento às necessidades

específica de cada unidade escolar. Deve estar a serviço das responsabilidades e necessidades da educação, neste caso na viabilidade necessária para implementação de suas políticas educacionais, além das transferências recebidas do Estado e da União.

O planejamento da amplificação e qualificação dos serviços é fundamental para que haja o atendimento as demandas, bem como a devida valorização dos profissionais e a viabilidade financeira das ações e metas propostas. Além do desejo político do governo municipal, o financiamento é subordinado aos regramentos federais e estaduais para o uso de recursos públicos afins à educação. É fundamental que se exercite o sistema de colaboração entre Município, Estado e União, também no financiamento, para que a educação seja universalizada com a qualidade que se busca obter.

3.3.2 Objetivos e metas

1. Aplicar o mínimo de 25% da receita de impostos em MDE, conforme dispõe a CF, garantindo a referida vinculação na Lei Orçamentária Anual a ser aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo.

2. Elaborar a proposta orçamentária anual da SMECL, com base em levantamento das principais necessidades da rede.

3. Garantir nos planos plurianuais vigentes, o suporte financeiro indispensável para a concretização de objetivos e metas estabelecidas nesse plano.

4. Criar projetos em parceria com outras entidades para desenvolver atividades socioeducativas e culturais, buscando o convívio e a formação do cidadão usando para isso as escolas e os espaços disponíveis na comunidade.

5. Prever no orçamento municipal a complementação de recursos para a alimentação escolar das escolas públicas e APAE, garantindo a qualidade da alimentação oferecida, de acordo com a necessidade de cada escola.

6. Garantir recursos para investir na formação continuada de todos os profissionais da educação, visando a atender as diferentes especificidades.

7. Investir na informatização das escolas, nos aspectos administrativos e pedagógicos e na conexão em rede dos estabelecimentos de ensino com suas mantenedoras e destes entre si.

8. Oferecer e ampliar o transporte escolar no meio rural, em parceria com o Estado e a União para atender às necessidades dos alunos, conforme a legislação.

9. Qualificar o funcionamento do Conselho Municipal do FUNDEB de forma a garantir o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com os objetivos dos mesmos.

10. Buscar recursos novos juntos ao governo estadual e federal para financiamento da educação pública em nosso município.

11. Qualificar e dar maior autonomia ao CME no que tange à educação municipal.

4 DIAGNÓSTICOS

Para a construção do PME, foram questionados os principais sujeitos que fazem o cotidiano escolar - alunos¹, pais, funcionários e professores (282 alunos, 127 pais, 19 funcionários e 43 professores), num total de 471 indivíduos questionados. As questões encontram-se no Anexo A, e as respostas, transformadas em tabelas são apresentadas a seguir, segmentadas em função da escola de lotação dos respondentes.

4.1 Alunos

A análise quantitativa dos questionários respondidos pelos alunos é aqui apresentada, ao todo 282 representantes destes compõem a amostra de pesquisa, sendo que as respostas são descritas em função da escola de cada um, considerando-se apenas os níveis do EF séries finais e EM – EEVIMA (166 respondentes), e Carmela Dutra (116 respondentes), na sequência. O questionário aplicado aos alunos, com suas questões na íntegra, encontra-se no Anexo A.

4.1.1 EEVIMA

4.1.1.1 Ensino Fundamental séries finais

Na EEVIMA a amostra de alunos do **EF séries finais** é composta por **58** respondentes. A primeira questão (1.1) inquiriu o aluno sobre “O que tu aprender na escola está de acordo com a tua realidade?”, sendo que a maioria **52** (90%) respondeu sim, enquanto apenas **cinco** (8%) disseram não e **um** (2%) abstiveram-se de responder, conforme se demonstra à Tabela 15.

Tabela 15 – Concepção relação escola e realidade para os alunos da EEVIMA – EF séries finais

O que tu aprendes na escola está de acordo com tua realidade	Frequência	%
Sim	52	90
Não	5	8
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

¹ Na Escola Sementinha, de EI, os questionários foram respondidos, apenas por pais, funcionários e professores.

A Tabela 16 demonstra a resposta dos alunos à pergunta “Sabes que curso queres para o futuro?”, sendo que **45** (78%) manifestaram saber, enquanto apenas **13** (22%) disseram não.

Tabela 16 – Concepção de futuro para os alunos da EEVIMA – EF séries finais

Sabes o que desejas para o futuro	Frequência	%
Sim	45	78
Não	13	22
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na questão 1.3, perguntados se “Tens atividade da escola fora da sala de aula”, a maioria respondeu que sim (90%), enquanto apenas **seis** (10%) responderam não, conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EF séries finais

Atividades extraclasse	Frequência	%
Sim	52	90
Não	6	10
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

No tocante à questão 1.4, e complementando a questão anterior, perguntados sobre onde realizam as atividades extraclasse, a maioria respondeu “em casa” (48%), foram manifestados outros locais relevantes, na casa de colegas (20%) e na própria escola (18%), como se observa na Tabela 18.

Tabela 18 - Local de realização das atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EF séries finais

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Em casa	40	48
Casa do colega	16	20
Na própria escola	15	18
No local de trabalho	1	1
Vizinho	1	1
Outros	6	7
Abstenção	4	5
TOTAL DE INDICAÇÕES	83	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.5 investiga o que “mais agrada o aluno na escola”, sobre o que a maioria respondeu “a aula de Educação Física” (23%) seguida dos “colegas” (15%) e do “recreio” (14%). Também foram manifestados: aula do professor, laboratório de informática, quadra de esportes, biblioteca, merenda e jogos, como se tem à Tabela 19.

Tabela 19 – O que mais agrada na escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EF séries finais

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Aula de Educação Física	38	23
Colegas	26	15
Recreio	23	14
Aula do Professor	21	12
Laboratório de informática	15	9
Quadra de esporte	13	8
Biblioteca	12	7
Merenda	10	6
Jogos	7	4
Pracinha	0	0
Outros	4	2
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	169	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.7 questiona a participação do aluno nas decisões da escola, sobre o que a maioria respondeu que sim (54%), enquanto 42% dos respondentes manifestaram não participar, como se nota na Tabela 20.

Tabela 20 - Participação nas decisões da escola dos alunos da EEVIMA – EF séries finais

Participação	Frequência	%
Sim	32	54
Não	25	42
Abstenção	1	4
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.8 busca saber se o aluno tem o hábito/atitude de faltar à escola, as respostas apontam que para a maioria (76%) isso não é frequente, no entanto pode ser considerado relativo o índice de respostas que manifestam a falta dos discentes à escola (22%), como se tem na Tabela 21.

Tabela 21 - Frequência à escola dos alunos da EEVIMA – EF séries finais

Faltas à escola	Frequência	%
Sim	13	22
Não	44	76
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior a pergunta 1.9 buscou saber o motivo das faltas, como se pode ver na Tabela 22 o principal é “outros” (61%), seguido de doença (15%), também foi citado “cuidar do irmão” (8%) e “não gostar do professor” (8%).

Tabela 22 – Motivo das faltas na concepção dos alunos infrequentes da EEVIMA – EF séries finais

Motivo das faltas	Frequência	%
Internet	0	0
Trabalhar	0	0
Não gosta da escola	0	0
Cuidar do irmão	1	8
Doença	2	15
Não gosta do professor	1	8
Outros	8	61
Abstenção	1	8
TOTAL DE INDICAÇÕES	13	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.10 solicitou ao aluno se ele “gosta da escola onde estuda”, para 97% dos alunos pesquisados a resposta foi sim, manifestando gostarem da Escola, e para **dois** (3%) a resposta foi não, como se compreende na Tabela 23.

Tabela 23 - Gosto pela Escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EF séries finais

Gostas da escola	Frequência	%
Sim	56	97
Não	2	3
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Por fim, a questão 1.1 complementa a anterior, inquirindo aos alunos sobre o porquê gostam da escola, a Tabela 24 indica que o principal motivo é a qualidade da escola (52%), seguido dos amigos presentes (35%). Ainda foram citados o curso e outros.

Tabela 24 - Motivo do gosto pela escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EF séries finais

Motivo do gosto pela escola	Frequência	%
Pela qualidade da escola	35	52
Pelos amigos	23	35
Por causa do curso	4	6
Por causa do transporte	0	0
Outros	5	7
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	67	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.1.1.2 Ensino Médio diurno

Na EEVIMA a amostra de alunos do **EM diurno** é composta por **86** respondentes. A primeira questão (1.1) inquiriu o aluno sobre “O que tu aprender na escola está de acordo com a tua realidade?”, sendo que a maioria **72** (84%) responderam sim, enquanto apenas **12** (14%) disseram não e **dois** (2%) abstiveram-se de responder, conforme se demonstra à Tabela 25.

Tabela 25 – Concepção relação escola e realidade para os alunos da EEVIMA – EM diurno

O que tu aprendes na escola está de acordo com tua realidade	Frequência	%
Sim	72	84
Não	12	14
Abstenção	2	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A Tabela 26 por sua vez traz a resposta dos alunos à pergunta 1.2 “Sabes que curso queres para o futuro?”, sendo que **67** (78%) manifestaram saber, enquanto apenas **18** (21%) disseram não e **um** (1%) absteve-se de responder.

Tabela 26 - Concepção de futuro para os alunos da EEVIMA – EM diurno

Sabes o que desejás para o futuro	Frequência	%
Sim	72	84
Não	12	14
Abstenção	2	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na questão 1.3, perguntados se “Tens atividade da escola fora da sala de aula”, a maioria respondeu que sim (77%), enquanto apenas 19 (22%) responderam não, ainda, um absteve-se (1%), conforme Tabela 27.

Tabela 27 – Atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EM diurno

Atividades extraclasse	Frequência	%
Sim	66	77
Não	19	22
Abstenção	1	1
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

No tocante à questão 1.4, e complementando a questão anterior, perguntados sobre onde realizam as atividades extraclasse, a maioria respondeu “em casa” (65%), foram manifestados outros locais, como na própria escola (14%), no local de trabalho (7%) e na casa de colegas (5%), como se observa na Tabela 28.

Tabela 28 - Local de realização das atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EM diurno

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Em casa	64	65
Na própria escola	13	14
No local de trabalho	7	7
Casa do colega	5	5
Vizinho	0	0
Outros	0	0
Abstenção	9	9
TOTAL DE INDICAÇÕES	98	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.5 investiga o que “mais agrada o aluno na escola”, sobre o que a maioria respondeu “colegas” (24%), seguido do “recreio” (19%) e, em terceiro lugar, a “aula do

professor” (14%). Porém, em menores frequências todas as alternativas foram manifestadas, como se tem à Tabela 29.

Tabela 29 – O que mais agrada na escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM diurno

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Colegas	54	24
Recreio	43	19
Aula do Professor	33	14
Merenda	25	11
Aula de Educação Física	24	10
Biblioteca	22	9
Laboratório de informática	14	6
Quadra de esporte	6	3
Jogos	5	2
Pracinha	1	1
Outros	1	1
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	228	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.7 questiona a participação do aluno nas decisões da escola, sobre o que 50% responderam que não e 50% dos respondentes manifestou participar, como se nota na Tabela 30.

Tabela 30 - Participação nas decisões da escola dos alunos da EEVIMA – EM diurno

Participação	Frequência	%
Sim	43	50
Não	43	50
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.8 busca saber se o aluno tem o hábito/atitude de faltar à escola, as respostas apontam que para a maioria (79%) isso não é frequente, no entanto pode ser considerado relativo o índice de respostas que manifestam a falta dos discentes à escola (21%), como se tem na Tabela 31.

Tabela 31 - Frequência à escola dos alunos da EEVIMA – EM diurno

Faltas à escola	Frequência	%
Sim	18	21
Não	68	79
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior a pergunta 1.9 buscou saber o motivo das faltas, como se pode ver na Tabela 32 o principal é doença (39%) seguido do fato de outros motivos (33%) não especificados pelos respondentes; foram apontados ainda como justificativa às faltas: trabalhar e não gostar da escola.

Tabela 32 - Motivo das faltas na concepção dos alunos infrequentes da EEVIMA – EM diurno

Motivo das faltas	Frequência	%
Doença	7	39
Outros	6	33
Trabalhar	4	22
Não gosta da escola	1	6
Internet	0	0
Cuidar do irmão	0	0
Não gosta do professor	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.10 solicitou ao aluno se ele “gosta da escola onde estuda”, para 97% dos alunos pesquisados a resposta foi sim, manifestando gostarem da Escola, apenas **dois** (3%) manifestou ao contrário, não gostar da escola, como se compreende na Tabela 33.

Tabela 33 - Gosto pela Escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM diurno

Gostas da escola	Frequência	%
Sim	84	97
Não	2	3
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	86	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Por fim, a questão 1.1b complementa a anterior, inquirindo aos alunos sobre o porquê gostam da escola, a Tabela 34 indica que o principal motivo é a qualidade da escola (50%), seguido dos amigos presentes (44%). Ainda foram citados o curso e outros.

Tabela 34 - Motivo do gosto pela escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM diurno

Motivo do gosto pela escola	Frequência	%
Pela qualidade da escola	54	50
Pelos amigos	47	44
Por causa do curso	4	4
Por causa do transporte	0	0
Outros	1	1
Abstenção	1	1
TOTAL DE INDICAÇÕES	107	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.1.1.3 Ensino Médio noturno

Na EEVIMA a amostra de alunos do **EM noturno** é composta por 22 respondentes. A primeira questão (1.1) inquiriu o aluno sobre “O que tu aprender na escola está de acordo com a tua realidade?”, sendo que a maioria **vinete** (90%) responderam sim, enquanto apenas **dois** (10%) disseram não, conforme se demonstra à Tabela 35.

Tabela 35 – Concepção relação escola e realidade para os alunos da EEVIMA – EM noturno

O que tu aprendes na escola está de acordo com tua realidade	Frequência	%
Sim	20	90
Não	2	10
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A Tabela 36 demonstra a resposta dos alunos à pergunta “Sabes que curso queres para o futuro?”, sendo que **19** (86%) manifestaram saber, enquanto apenas **três** (14%) disseram não.

Tabela 36 - Concepção de futuro para os alunos da EEVIMA – EM noturno

Sabes o que desejas para o futuro	Frequência	%
Sim	19	86
Não	3	14
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na questão 1.3, perguntados se “Tens atividade da escola fora da sala de aula”, a maioria respondeu que sim (68%), enquanto apenas **sete** (32%) respondeu não, conforme Tabela 37.

Tabela 37 – Atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EM noturno

Atividades extraclasse	Frequência	%
Sim	15	68
Não	7	32
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

No tocante à questão 1.4, e complementando a questão anterior, perguntados sobre onde realizam as atividades extraclasse, a maioria respondeu “em casa” (63%), foram manifestados outros locais, como no local de trabalho, na casa de colegas e na própria escola, como se observa na Tabela 38.

Tabela 38 - Local de realização das atividades extraclasse para os alunos da EEVIMA – EM noturno

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Em casa	14	63
No local de trabalho	3	14
Vizinho	0	0
Casa do colega	1	4
Na própria escola	4	19
Outros	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.5 investiga o que “mais agrada o aluno na escola”, sobre o que a maioria respondeu “a quadra de esportes” (44%) seguido da “aula do professor” (35%). Também

foram manifestados: colegas, pracinha, biblioteca, jogos e laboratório de informática, como se tem à Tabela 39.

Tabela 39 – O que mais agrada na escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM noturno

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Quadra de esporte	15	44
Aula do professor	12	35
Colegas	3	9
Pracinha	1	3
Biblioteca	1	3
Jogos	1	3
Laboratório de informática	1	3
Recreio	0	0
Merenda	0	0
Aula de Educação Física	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	34	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.7 questiona a participação do aluno nas decisões da escola, sobre o que a maioria respondeu que não (55%), enquanto 45% dos respondentes manifestou participar, como se nota na Tabela 40.

Tabela 40 - Participação nas decisões da escola dos alunos da EEVIMA – EM noturno

Participação	Frequência	%
Sim	10	45
Não	12	55
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.8 busca saber se o aluno tem o hábito/atitude de faltar à escola, as respostas apontam que para a maioria (55%) isso não é frequente, no entanto pode ser considerada alto o índice de respostas que manifestam a falta dos discentes à escola (41%), como se tem na Tabela 41.

Tabela 41 - Frequência à escola dos alunos da EEVIMA – EM noturno

Faltas à escola	Frequência	%
Sim	9	41
Não	12	55
Abstenção	1	4
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior a pergunta 1.9 buscou saber o motivo das faltas, como se pode ver na Tabela 42 o principal é doença (44%) seguido do fato de ter que trabalhar (34%).

Tabela 42 – Motivo das faltas na concepção dos alunos infrequentes da EEVIMA – EM noturno

Motivo das faltas	Frequência	%
Doença	4	44
Trabalhar	3	34
Não gosta da escola	0	0
Cuidar do irmão	0	0
Não gosta do professor	0	0
Internet	0	0
Outros	1	11
Abstenção	1	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.10 solicitou ao aluno se ele “gosta da escola onde estuda”, para todos os alunos pesquisados a resposta foi sim, manifestando gostarem da Escola, como se compreende na Tabela 43.

Tabela 43 - Gosto pela Escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM noturno

Gostas da escola	Frequência	%
Sim	22	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	22	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Por fim, a questão 1.1 complementa a anterior, inquirindo aos alunos sobre o porquê gostam da escola, a Tabela 44 indica que o principal motivo é a qualidade da escola (52%), seguido dos amigos presentes (22%). Ainda foram citados o curso e outros.

Tabela 44 - Motivo do gosto pela escola na concepção dos alunos da EEVIMA – EM noturno

Motivo do gosto pela escola	Frequência	%
Pela qualidade da escola	14	52
Pelos amigos	6	22
Por causa do curso	2	7
Por causa do transporte	0	0
Outros	1	4
Abstenção	4	15
TOTAL DE INDICAÇÕES	27	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.1.2 Escola Carmela Dutra

4.1.2.1 EF séries finais manhã

Na Escola **Carmela Dutra** a amostra de alunos do **EF séries finais turno da manhã** é composta por **60** respondentes. A primeira questão (1.1) inquiriu o aluno sobre “O que tu aprender na escola está de acordo com a tua realidade?”, sendo que a maioria **53** (88%) responderam sim, enquanto apenas **6** (10%) disseram não e **um** (2%) absteve-se de responder, conforme se demonstra à Tabela 45.

Tabela 45 – Concepção relação escola e realidade para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

O que tu aprendes na escola está de acordo com tua realidade	Frequência	%
Sim	53	88
Não	6	10
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A Tabela 46 demonstra a resposta dos alunos à pergunta “Sabes que curso queres para o futuro?”, sendo que **36** (60%) manifestaram saber, enquanto **23** (38%) disseram não e **um** (2%) absteve-se de responder.

Tabela 46 – Concepção de futuro para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Sabes o que desejas para o futuro	Frequência	%
Sim	36	60
Não	23	38
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na questão 1.3, perguntados se “Tens atividade da escola fora da sala de aula”, a maioria respondeu que sim (83%), enquanto apenas **nove** (15%) respondeu não e **um** (2%) absteve-se de responder, conforme Tabela 47.

Tabela 47 - Atividades extraclasse para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Atividades extraclasse	Frequência	%
Sim	50	83
Não	9	15
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

No tocante à questão 1.4, e complementando a questão anterior, perguntados sobre onde realizam as atividades extraclasse, a maioria respondeu “em casa” (74%), foram manifestados outros locais, na própria escola (20%) e na casa de colegas (6%) como se observa na Tabela 48.

Tabela 48 - Local de realização das atividades extraclasse para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Em casa	40	74
Na própria escola	11	20
Casa do colega	3	6
No local de trabalho	0	0
Vizinho	0	0
Abstenção	0	0
Outros	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	54	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.5 investiga o que “mais agrada o aluno na escola”, sobre o que a maioria respondeu “a aula de Educação Física” (28%) seguida do “recreio” (20%). Também foram manifestados: colegas (15%), aula do professor (13%), jogos (6%), merenda e laboratório de informática ambos com 5% da frequência de respostas. Ainda, quadra de esportes (4%) e biblioteca (2%), como se tem à Tabela 49.

Tabela 49 – O que mais agrada na escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Aula de Educação Física	34	28
Recreio	24	20
Colegas	18	15
Aula do Professor	16	13
Jogos	8	6
Merenda	6	5
Laboratório de informática	6	5
Quadra de esporte	5	4
Biblioteca	2	2
Pracinha	0	0
Outros	2	2
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	119	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.7 questiona a participação do aluno nas decisões da escola, sobre o que as respostas foram bastante homogêneas, respondeu que sim (52%) e respondeu que não 48% dos respondentes, como se nota na Tabela 50.

Tabela 50 - Participação nas decisões da escola dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Participação	Frequência	%
Sim	31	52
Não	29	48
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.8 busca saber se o aluno tem o hábito/atitude de faltar à escola, as respostas apontam que para a maioria (78%) isso não é frequente, no entanto pode ser considerado relativo o índice de respostas que manifestam a falta dos discentes à escola (22%), como se tem na Tabela 51.

Tabela 51 - Frequência à escola dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Faltas à escola	Frequência	%
Sim	13	22
Não	47	78
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior a pergunta 1.9 buscou saber o motivo das faltas, como se pode ver na Tabela 52 o principal é “não gosto da escola” e motivos de doença, ambos com 23% da frequência de respostas, seguido do fato de ter que cuidar de irmãos (8%).

Tabela 52 - Motivo das faltas na concepção dos alunos infrequentes da Escola Carmela Dutra - EF séries finais turno da manhã

Motivo das faltas	Frequência	%
Não gosta da escola	3	23
Doença	3	23
Cuidar do irmão	1	8
Internet	0	0
Trabalhar	0	0
Não gosta do professor	0	0
Outros	4	31
Abstenção	2	15
TOTAL DE INDICAÇÕES	13	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.10 solicitou ao aluno se ele “gosta da escola onde estuda”, para a maioria dos alunos pesquisados (87%) a resposta foi sim, manifestando gostarem da Escola, 11% respondeu negativamente e 2% abstiveram-se de responder, como se compreende na Tabela 53.

Tabela 53 - Gosto pela Escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Gostas da escola	Frequência	%
Sim	52	87
Não	7	11
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Por fim, a questão 1.1 complementa a anterior, inquirindo aos alunos sobre o porquê gostam da escola, a Tabela 54 indica que o principal motivo é os amigos (44%) seguidos da qualidade da escola (35%).

Tabela 54 - Motivo do gosto pela escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da manhã

Motivo do gosto pela escola	Frequência	%
Pelos amigos	25	44
Pela qualidade da escola	20	35
Por causa do curso	3	5
Por causa do transporte	1	2
Outros	2	3
Abstenção	6	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	57	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.1.2.2 EF séries finais tarde

Na Escola **Carmela Dutra** a amostra de alunos do **EF séries finais turno da tarde** é composta por **56** respondentes. A primeira questão (1.1) inquiriu o aluno sobre “O que tu aprender na escola está de acordo com a tua realidade?”, sendo que a maioria **53** (95%) responderam sim, enquanto apenas **dois** (3%) disseram não e **um** (1%) absteve-se de responder, conforme se demonstra à Tabela 55.

Tabela 55 – Concepção relação escola e realidade para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

O que tu aprendes na escola está de acordo com tua realidade	Frequência	%
Sim	53	95
Não	2	3
Abstenção	1	1
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A Tabela 56 demonstra a resposta dos alunos à pergunta “Sabes que curso queres para o futuro?”, sendo que **33** (59%) manifestaram saber, enquanto **21** (37%) disseram não e **dois** (4%) abstiveram-se.

Tabela 56 – Concepção de futuro para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Sabes o que desejas para o futuro	Frequência	%
Sim	33	59
Não	21	37
Abstenção	2	4
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na questão 1.3, perguntados se “Tens atividade da escola fora da sala de aula”, a maioria respondeu que sim (73%), enquanto **11** (25%) responderam não, e **um** (2%) absteve-se, conforme Tabela 57.

Tabela 57 - Atividades extraclasse para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Atividades extraclasse	Frequência	%
Sim	44	73
Não	11	25
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

No tocante à questão 1.4, e complementando a questão anterior, perguntados sobre onde realizam as atividades extraclasse, a maioria respondeu “em casa” (53%), foram

manifestados outros locais, como na própria escola (26%), na casa do colega (5%), no local de trabalho (3%), no vizinho (1%), como se observa na Tabela 58.

Tabela 58 - Local de realização das atividades extraclasse para os alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Em casa	33	53
Na própria escola	16	26
Casa do colega	3	5
No local de trabalho	2	3
Vizinho	1	1
Abstenção	4	6
Outros	4	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	63	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.5 investiga o que “mais agrada o aluno na escola”, sobre o que a maioria respondeu “a aula de Educação Física” (28%) seguida do “recreio” (18%). Também foram manifestados: aula do professor e colegas, ambos com 13% da frequência de respostas, biblioteca (9%), laboratório de informática (6%), jogos (5%), merenda (4%), quadra de esportes (3%), como se tem à Tabela 59.

Tabela 59 – O que mais agrada na escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Onde realizam as atividades extraclasse	Frequência	%
Aula de Educação Física	33	28
Recreio	21	18
Aula do Professor	16	13
Colegas	16	13
Biblioteca	10	9
Laboratório de informática	7	6
Jogos	6	5
Merenda	5	4
Quadra de esporte	4	3
Pracinha	0	0
Outros	1	1
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	119	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.7 questiona a participação do aluno nas decisões da escola, sobre o que a maioria respondeu que não (50%), enquanto 46% dos respondentes manifestaram participar e 4% abstiveram-se, como se nota na Tabela 60.

Tabela 60 - Participação nas decisões da escola dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Participação	Frequência	%
Sim	26	46
Não	28	50
Abstenção	2	4
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.8 busca saber se o aluno tem o hábito/atitude de faltar à escola, as respostas apontam que para a maioria (69%) isso não é frequente, no entanto pode ser considerada relevante o índice de respostas que manifestam a falta dos discentes à escola (28%), como se tem na Tabela 61.

Tabela 61 - Frequência à escola dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Faltas à escola	Frequência	%
Sim	19	28
Não	35	69
Abstenção	2	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior a pergunta 1.9 buscou saber o motivo das faltas, como se pode ver na Tabela 62 o principal é doença (70%) seguida do fato de ter que trabalhar (10%) e não gostar da escola (10%), foram citados ainda “cuidar do irmão” (5%) e em função da “internet” (5%).

Tabela 62 – Motivo das faltas na concepção dos alunos infrequentes da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Motivo das faltas	Frequência	%
Doença	14	70
Trabalhar	2	10
Não gosta da escola	2	10
Cuidar do irmão	1	5
Internet	1	5
Não gosta do professor	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	20	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.10 solicitou ao aluno se ele “gosta da escola onde estuda”, para 86% dos alunos pesquisados a resposta foi sim, manifestando gostarem da Escola, enquanto para **dez** (18%) a resposta foi negativa, como se compreende na Tabela 63.

Tabela 63 - Gosto pela Escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Gostas da escola	Frequência	%
Sim	46	82
Não	10	18
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	56	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Por fim, a questão 1.1 complementa a anterior, inquirindo aos alunos sobre o porquê gostam da escola, a Tabela 64 indica que o principal motivo é a qualidade da escola (52%), seguido dos amigos presentes (41%).

Tabela 64 - Motivo do gosto pela escola na concepção dos alunos da Escola Carmela Dutra – EF séries finais turno da tarde

Motivo do gosto pela escola	Frequência	%
Pela qualidade da escola	28	52
Pelos amigos	22	41
Por causa do transporte	0	0
Por causa do curso	0	0
Outros	3	5
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	54	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.2 Pais

A análise quantitativa dos questionários respondidos pelos pais, mães ou responsáveis pelos alunos é aqui apresentada, ao todo 127 representantes dos pais compõem a amostra de pesquisa, sendo que as respostas são descritas em função da escola de lotação de cada professor – Sementinha (30 respondentes), EEVIMA (60 respondentes), e Carmela Dutra (37 respondentes), na sequência. Cada questionário é composto, de acordo com o Anexo A, de cinco partes com temas específicos, a saber:

- 1) Currículo;
- 2) Valorização dos trabalhadores;
- 3) Recursos materiais e equipamentos;
- 4) Recursos financeiros na escola;
- 5) Princípios de ação e sistematização.

4.2.1 Escola Sementinha

Na Escola Sementinha a amostra de pais, mães ou responsáveis enfim, compôs-se de 30 respondentes. A Tabela 65 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que a maioria, 15 destes (33%), estão na faixa dos 18 a 28 anos, pais relativamente jovens.

Tabela 65 - Faixa etária do pai/mãe/responsável respondentes da Escola Sementinha

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	15	50
29 a 38 anos	8	26
39 a 48 anos	5	17
49 a 58 anos	2	7
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 66 percebe-se que 60% dos respondentes conhecem, enquanto 33% manifestaram não conhecer o currículo da Escola, e 7% abstiveram-se de responder.

Tabela 66 - Conhecimento do currículo pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	18	60
Não	10	33
Abstenção	2	7
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 67 percebe-se que **cinco** (16%) respondem que sim, enquanto a maioria, **vinte** (68%) responderam que não, e outros **cinco** respondentes (16%), abstiveram-se de responder.

Tabela 67 - Necessidade de modificar o currículo para pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	5	16
Não	20	68
Abstenção	5	16
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 68 percebe-se que **23** (77%) responderam que sim, e **quatro** (13%) responderam que não, enquanto **três** (10%) abstiveram-se.

Tabela 68 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	23	77
Não	4	13
Abstenção	3	10
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 69 percebe-se que apenas a “educação é saber o conteúdo” não foi escolhida por nenhum dos respondentes. As opções “educação é preparar para a cidadania” (32%) e “educação é unir conhecimentos já

estruturados com os novos” (15%), foram as preferidas entre os pais respondentes. Esses citaram, ainda, “educação é estabelecer uma relação dialógica”, “educação é envolver o afeto na aprendizagem” e “educação é conscientizar” na razão de 12% das respostas. Apareceu a relevância, ainda, de “Educação é aprender a dominar a técnica” (7%), “educação é aprender na prática” (5%) e “educação é impor limites”, outros 5%.

Tabela 69 - Concepção de educação para o pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é preparar para a cidadania.	13	32
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos.	6	15
Educação é estabelecer uma relação dialógica.	5	12
Educação é envolver o afeto na aprendizagem.	5	12
Educação é conscientizar	5	12
Educação é aprender a dominar a técnica.	3	7
Educação é aprender na prática.	2	5
Educação é impor limites	2	5
Educação é saber o conteúdo.	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	41	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6²), na Tabela 70 percebe-se que os **nove** respondentes (100%) disseram que sim.

Tabela 70 - Concepção de escola inclusiva para o pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	22	73
Não	2	7
Abstenção	6	20
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **13** respondentes (43%) manifestaram que sim; enquanto **dez** (33%), respondeu que não, e **sete** (34%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 71.

² A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Tabela 71 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	13	43
Não	10	33
Abstenção	7	24
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **17** respondentes (57%), responderam que sim; **dois** (6%), respondeu que não, e **11** (36%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 72.

Tabela 72 – Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	17	57
Não	2	6
Abstenção	11	37
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **22** respondentes (73%), responderam que sim; apenas **dois** (7%) responderam não, enquanto **seis** (20%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 73.

Tabela 73 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	22	73
Não	2	7
Abstenção	6	20
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **14** respondentes (47%) manifestaram que sim; apenas **sete** (23%), respondeu que não, enquanto **nove** (30%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 74.

Tabela 74 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	14	47
Não	7	23
Abstenção	9	30
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (26%) e o “preparo dos professores” (21%). Também se destacou a “falta de responsabilidade da família” (19%) e “professores em número insuficiente” (11%), no entanto, todas as alternativas foram indicadas revelando diversidade na compreensão dos pais sobre os problemas que afetam o processo educativo na escola, como se vê à Tabela 75.

Tabela 75 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar.	15	26
Preparo dos professores.	12	21
Falta de responsabilidade da família	11	19
Professores em número insuficiente.	6	11
Indisciplina.	4	8
Falta de espaço físico.	2	3
Situação de vulnerabilidade social.	2	3
Falta de conhecimento curricular do aluno.	2	3
Espaços de lazer para alunos e comunidades.	2	3
Currículo inadequado.	2	3
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	58	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **23** respondentes (77%), manifestaram que sim, **um** (3%) apenas manifestou não, e **seis** (20%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 76.

Tabela 76 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	23	77
Não	1	3
Abstenção	6	20
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” (30%) e a “equipar e qualificar os espaços da escola” (28%). Ainda, foram expressivas as considerações de “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno” e “criar regras de convivência”, ambas com 15% das indicações. Também apareceu relevante a opção de “discutir alternativas com a comunidade” (8%), “mudar o currículo” e “participar de movimentos da comunidade”, ambas com 2%, como se observa na Tabela 77.

Tabela 77 - Ações para qualificar a escola na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	16	30
Equipar e qualificar os espaços da escola	15	28
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	8	15
Criar regras (princípios) de convivência	8	15
Discutir alternativas com a comunidade	5	8
Mudar o currículo	1	2
Participar dos movimentos da comunidade	1	2
Mudar o plano de carreira	0	0
Mudar o regimento escolar	0	0
Mudar proposta pedagógica	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	54	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional” (30%) e “ambiente de trabalho” (23). O “envolvimento na construção do processo educativo” apareceu em terceiro lugar (20%), seguido de “participação nas discussões da escola” (13%), “remuneração” (10%), “plano de carreira” (4%), como se tem à Tabela 78. Esta questão estava mais direcionada aos

professores e funcionários, no entanto, as respostas indicam a necessidade de que se aproximem os pais das “construções do processo coletivo na escola” e das “discussões da escola” por terem apresentado menores índices de frequência que outras alternativas.

Tabela 78 - Sentimento de valorização na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Reconhecimento profissional	9	30
Ambiente de trabalho	7	23
Envolvimento na construção do processo educativo	6	20
Participação nas discussões da escola	4	13
Remuneração	3	10
Plano de carreira	1	4
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, a maioria dos pais respondeu que não (47%), apenas **seis** (20%) responderam que sim, enquanto 33% abstiveram-se de responder, demonstrando que o processo de formação continuada não é uma realidade na vida diária dos pais. De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção do pai/mãe/responsável sobre a validade dos momentos de qualificação do professor como agente transformador da ação deste – a maior frequência foi de abstenção, revelando a falta de entendimento do processo pelos pais, manifestaram ser importante apenas **seis** respondentes (20%) e não ser importante **14** (47%).

O motivo que positiva a participação dos professores em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 79 e apontaram um maior índice de abstenção do que de respostas, 46%, em face de os pais não terem clara noção de como os professores vivenciam o seu processo de formação. Mesmo assim, 17% dos pais/mãe/responsável manifestou ser importante em face a “troca de experiências”, 10% em função do melhorar o “fazer pedagógico”, outros 10% “da realização pessoal”. Manifestaram também, como positivo, a formação para fortalecer o “plano de carreira” e provocar a “mudança de ação” em sala de aula, assim como a “realização interpessoal” (3%).

Tabela 79 - Motivos que positavam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Motivos que positavam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Trocas de experiências	5	17
Fazer pedagógico	3	10
Realização profissional	3	10
Plano de carreira	2	7
Mudança de ação	2	7
Realização interpessoal	1	3
Reencontros	0	0
Saída da escola	0	0
Outros	0	0
Abstenção	14	46
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **sete** (23%) responderam que sim, enquanto **nove** (30%), respondeu que não e a maior parte absteve-se (47%), este índice elevado de abstenção justifica-se pelo fato de que a questão está mais relacionada aos professores e funcionários, não sendo uma prática corrente curso para pais. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, assim como na questão anterior e pelos mesmos motivos, os maiores índices recaíram sobre a abstenção (50%).

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “sala de informática com computadores” (25%), seguido de “espaço adequado para laboratório de aprendizagem” e “área de lazer para os alunos”, com 11%, após, “biblioteca e acervo” com 10% de frequência de respostas, de acordo com o que se vê na Tabela 80. Outros recursos também foram sugeridos, porém em menor frequência: pracinha, sala de AEE, salas adequadas por número de alunos, brinquedoteca, sala do SOE, quadra de esportes, ventiladores em sala e refeitório.

Tabela 80 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Sala de informática com computadores	15	25
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	7	11
Área de lazer para os alunos	7	11
Biblioteca com acervo bibliográfico	6	10
Pracinha	5	8
Sala de AEE	4	7
Salas adequadas por número de alunos	3	5
Brinquedoteca	2	4
Sala do SOE	1	2
Quadra de esportes	1	2
Ventiladores em sala	1	2
Refeitório	1	2
Sala para os funcionários	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	0	0
Cantina (bar)	0	0
Salas arejadas	0	0
Sala dos professores	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Outros	0	0
Abstenção	7	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos pais na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como sim por **nove** (30%) dos respondentes e como não para **13** (44%) pai/mãe/responsável, enquanto **oito** (26%) abstiveram-se. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, e as respostas apontaram que para **12** (41%) pai/mãe/responsável não é suficiente, para **10** (33%), são suficientes, enquanto **oito** (26%) abstiveram-se à resposta.

Na **quarta parte** do questionário, “**recursos financeiros na escola**”, a questão 4.3 buscou a concepção do pai/mãe/responsável no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **15** (50%) dos respondentes e como não para **um** (3%) pai/mãe/responsável, enquanto **14** (49%) abstiveram-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **17** (57%) responderam que sim, enquanto **um** (3%) respondeu que não e **12** (40%) abstiveram-

se. Sobre aprovarem a atuação da APM, **15** (50%) responderam que sim, enquanto **um** (3%) respondeu que não e **14** (49%) abstiveram-se. Nas mesmas proporções, ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **13** (43%) responderam que sim, **9** (30%) responderam que não e **oito** (27%) abstiveram-se de responder. Os mesmos resultados foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM. Ainda, os pai/mãe/responsáveis foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas um (3%) sabe, respondendo sim; enquanto **21** (70%) respondeu não saber e **oito** (27%) absteve-se.

Na **quinta** parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) da totalidade (100%) dos respondentes. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **vinte** (67%) manifestaram que sim, enquanto **três** (10%) considera que não, e **sete** (23%) abstiveram-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **21** respondentes (70%), não de **dois** (7%) pai/mãe ou responsáveis e **sete** (23%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **19** pai/mãe/responsáveis (63%) responderam que sim, enquanto **dois** (7%) responderam que não e **nove** (30%) abstiveram-se. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se os mesmos resultados: **18** pai/mãe/responsáveis (60%) responderam que sim, enquanto **três** (10%) responderam que não e **nove** (30%) abstiveram-se.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **18** pai/mãe/responsáveis (60%), enquanto **três** (10%) respondeu que não, e **nove** (30%) abstiveram-se. Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que **18** pai/mãe/responsáveis (60%) responderam que sim, enquanto **três** (10%) respondeu que não e **nove** (30%) abstiveram-se.

A questão 5.8 interrogou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (30%) e “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia” (26%), como se vê à Tabela 81.

Tabela 81 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	9	30
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	8	26
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	1	3
Continuar estudando no ensino noturno regular	1	3
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	11	38
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade” (53%), como se vê à Tabela 82.

Tabela 82 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	16	53
Inserir-se no mercado de trabalho.	2	7
Realizar cursos de formação profissional	1	3
Realizar cursos livres	0	0
Abstenção	11	37
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.2.2 EEVIMA

Na EEVIMA a amostra de pais, mães ou responsáveis enfim, foi de **60 respondentes**. A Tabela 83 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que a maioria, **25** destes (42%), estão na faixa dos 39 a 48 anos, pais relativamente maduros.

Tabela 83 - Faixa etária do pai/mãe/responsável respondentes da EEVIMA

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	1	1
29 a 38 anos	15	25
39 a 48 anos	25	42
49 a 58 anos	17	28
Mais de 58 anos	2	4
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 84 percebe-se que 60% dos respondentes conhecem, enquanto 30% manifestaram não conhecer o currículo da Escola, e 10% abstiveram-se de responder.

Tabela 84 - Conhecimento do currículo pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	36	60
Não	18	30
Abstenção	6	10
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 85 percebe-se que **vinte** (33%) respondem que sim, enquanto a maioria, **31** (52%) responderam que não, e **nove** respondentes (15%), abstiveram-se de responder.

Tabela 85 - Necessidade de modificar o currículo para pai/mãe/responsável da EEVIMA

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	20	33
Não	31	52
Abstenção	9	15
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 86 percebe-se que **48** (80%) responderam que sim, e **oito** (13%) responderam que não, enquanto **quatro** (7%) abstiveram-se.

Tabela 86 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	48	80
Não	8	13
Abstenção	4	7
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 87 percebe-se que todas as opções foram consideradas, demonstrando a diversidade de opiniões entre os pais. As opções “educação é preparar para a cidadania” (26%) e “educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos” (15%), foram as preferidas entre os pais respondentes. Esses citaram, ainda, “educação é saber o conteúdo” (12%), “educação é aprender a dominar a técnica” e “educação é aprender na prática” ambas com 10% de indicações, ainda, “educação é envolver o afeto na aprendizagem” e “educação é impor limites” com 8% das concepções dos pais. Da mesma forma e em menor grau de indicação apareceram as concepções de “educação é conscientizar” (5%) e, por fim, “educação como relação dialógica” (4%).

Tabela 87 - Concepção de educação para o pai/mãe/responsável da EEVIMA

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é preparar para a cidadania.	24	26
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos.	14	15
Educação é saber o conteúdo.	11	12
Educação é aprender a dominar a técnica.	9	10
Educação é aprender na prática.	9	10
Educação é envolver o afeto na aprendizagem.	7	8
Educação é impor limites	7	8
Educação é conscientizar	5	5
Educação é estabelecer uma relação dialógica.	4	4
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	91	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6³), na Tabela 88 percebe-se que os **43** respondentes (72%) disseram que sim, **onze** pai/mãe ou responsável manifestaram que não e **seis** (10%) absteve-se.

Tabela 88 - Concepção de escola inclusiva para o pai/mãe/responsável da EEVIMA

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	43	72
Não	11	18
Abstenção	6	10
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **12** respondentes (20%) manifestaram que sim; enquanto **43** (72%), respondeu que não, e **cinco** (8%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 89.

Tabela 89 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	12	20%
Não	43	72%
Abstenção	5	8%
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **32** respondentes (53%), responderam que sim; **16** (27%), respondeu que não, e **12** (20%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 90.

³ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Tabela 90 - Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	32	53%
Não	16	27%
Abstenção	12	20%
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **48** respondentes (80%), responderam que sim; apenas **cinco** (8%) responderam não, enquanto **sete** (12%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 91.

Tabela 91 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da Escola Sementinha

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	48	80%
Não	5	8%
Abstenção	7	12%
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **30** respondentes (50%) manifestaram que sim; **23** (38%), respondeu que não, enquanto **sete** (12%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 92.

Tabela 92 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	30	50%
Não	23	38%
Abstenção	7	12%
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (25%) e a “indisciplina” (21%). Também se destacou a “falta de responsabilidade da família” (19%) e “falta de preparo do professores” (10%), no entanto, todas as alternativas foram indicadas

revelando diversidade na compreensão dos pais sobre os problemas que afetam o processo educativo na escola, como se vê à Tabela 93.

Tabela 11 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	29	25
Indisciplina	24	21
Falta de responsabilidade da família	22	19
Preparo dos professores	12	10
Professores em número insuficiente	4	3
Falta de conhecimento curricular do aluno	10	8
Currículo inadequado	5	4
Espaços de lazer para alunos e comunidades	4	3
Falta de espaço físico	2	1
Situação de vulnerabilidade social	2	1
Abstenção	1	0,5
TOTAL DE INDICAÇÕES	115	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **51** respondentes (85%), manifestaram que sim, **cinco** (8%) apenas manifestaram não, e **quatro** (7%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 94.

Tabela 94 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelo pai/mãe/responsável da EEVIMA

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	51	85%
Não	5	8%
Abstenção	4	7%
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100%

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” (28%) e “discutir alternativas com a comunidade” (17%). Foram relevantes ainda as frequências de “equipar e qualificar os espaços da escola” e “criar regras de convivência”, ambas com 14% das indicações. Também se destacaram as opções de “participar de movimentos da comunidade” e “Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno”, ambas com 9%, ainda,

“mudar o regimento escolar” e “mudar proposta pedagógica” com 3%, “mudar o plano de carreira” (2%) e “mudar o currículo” (1%), como se observa na Tabela 95.

Tabela 95 - Ações para qualificar a escola na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	33	28
Discutir alternativas com a comunidade	19	17
Equipar e qualificar os espaços da escola	17	14
Criar regras (princípios) de convivência	17	14
Participar dos movimentos da comunidade	10	9
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	10	9
Mudar o regimento escolar	4	3
Mudar proposta pedagógica	4	3
Mudar o plano de carreira	2	2
Mudar o currículo	1	1
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	117	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional” (35%) e “participação nas discussões da escola” (22%). O “envolvimento na construção do processo educativo” apareceu em terceiro lugar (16%), seguido de “ambiente de trabalho” (7%), “remuneração” (5%), “plano de carreira” (3%), como se tem à Tabela 96. Esta questão estava mais direcionada aos professores e funcionários, no entanto, as respostas indicam a necessidade de que se aproximem os pais das “construções do processo coletivo na escola” e das “discussões da escola” por terem apresentado menores índices de frequência que outras alternativas.

Tabela 96 - Sentimento de valorização na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Reconhecimento profissional	26	35%
Participação nas discussões da escola.	16	22%
Envolvimento na construção do processo educativo.	12	16%
Ambiente de Trabalho.	5	7%
Remuneração	4	5%
Plano de carreira	2	3%
Abstenção	9	12%
TOTAL DE INDICAÇÕES	74	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, a **maioria** dos pais respondeu que não (53%), apenas **vinte** (34%) responderam que sim, enquanto 13% abstiveram-se de responder, demonstrando que o processo de formação continuada não é uma realidade na vida diária dos pais. De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção do pai/mãe/responsável sobre a validade dos momentos de qualificação do professor como agente transformador da ação deste – o entendimento da **maioria** dos pais é de que sim (48%), enquanto que para **12** (20%) os momentos não são válidos, enquanto **19** (32%) abstiveram-se de responder.

O motivo que positiva a participação dos professores em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 97 e apontaram um índice de abstenção de 9%. Para 34% dos pais/mãe/responsável a participação dos professores em curso é importante em face a “troca de experiências”, 21% em função do “plano de carreira”, 17% “da realização pessoal”, 11% em função de provocar “mudança de ação” em sala de aula, assim como a “realização interpessoal” e o “fazer pedagógico” foram apontados como bons motivos em 4% das respostas.

Tabela 97 - Motivos que positivam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião Motivos que positivam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Trocas de experiências	16	34
Plano de Carreira	10	21
Realização profissional	8	17
Mudança de ação	5	11
Fazer pedagógico	2	4
Realização interpessoal	2	4
Saída da escola	0	0
Reencontros	0	0
Outros	0	0
Abstenção	4	9
TOTAL DE INDICAÇÕES	47	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **28** (47%) responderam que sim, enquanto **17** (28%), respondeu que não e absteve-se 25%, este índice elevado de abstenção justifica-se pelo fato de que a questão está mais relacionada aos professores e funcionários, não sendo uma prática corrente curso para

país. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, assim como na questão anterior e pelos mesmos motivos, foram altos os índices de abstenção (24%), mas para os que responderam **27** (47%) responderam afirmativamente, e **17** (29%) responderam não ser oportunizado curso de formação, revelando que não é prática comum formação para os pais na escola. Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “espaço adequado para laboratório de aprendizagem” (17%) e “salas adequadas por número de alunos” (15%), ainda, foi expressivo “sala de AEE” (13%). Foram mencionadas também, “área de lazer para os alunos” e “quadra de esportes” ambas com 7% das respostas, após, “sala do SOE” e “biblioteca e acervo bibliográfico” com 5% de frequência de respostas, de acordo com o que se vê na Tabela 98. Outros recursos também foram sugeridos, porém em menor frequência: sala de informática com computadores, almoxarifado, pracinha, cantina (bar), sala para os funcionários, secretaria em local acessível, sanitários e salas arejadas.

Tabela 98 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	16	17
Salas adequadas por número de alunos	14	15
Sala de AEE	12	13
Área de lazer para os alunos	7	7
Quadra de esportes	7	7
Sala do SOE	5	5
Biblioteca com acervo bibliográfico	5	5
Sala de informática com computadores	4	4
Almoxarifado	4	4
Pracinha	2	2
Cantina (bar)	1	1
Sala para os funcionários	1	1
Secretaria em local acessível	1	1
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	1	1
Salas arejadas	1	1
Sala dos professores	0	0
Refeitório	0	0
Sala da Direção	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Brinquedoteca	0	0
Dispensa	0	0
Outros	5	5
Abstenção	9	9
TOTAL DE INDICAÇÕES	95	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos pais na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como sim por **15** (25%) dos respondentes e como não para **24** (40%) pai/mãe/responsável, enquanto **21** (35%) abstiveram-se. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, e as respostas apontaram que para **24** (40%) pai/mãe/responsável não é suficiente, para **19** (32%), são suficientes, enquanto **17** (28%) abstiveram-se à resposta.

A questão 4.3 buscou a concepção do pai/mãe/responsável no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **24** (40%) dos respondentes e como não para **14** (23%) pai/mãe/responsável, enquanto **22** (37%) abstiveram-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **30** (50%) responderam que sim, enquanto **12** (20%) responderam que não e **18** (30%) abstiveram-se. Sobre aprovarem a atuação da APM, **32** (53%) responderam que sim, enquanto **dez** (17%) respondeu que não e **18** (30%) abstiveram-se. Nas mesmas proporções, ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **18** (30%) responderam que sim, **33** (56%) responderam que não e **nove** (14%) abstiveram-se de responder. Ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, **24** (41%) respondera que sim e outros **24** (41%) que não, enquanto **11** (18%) abstiveram-se. Ainda, os pai/mãe/responsáveis foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas **13** (22%) sabe, respondendo sim; enquanto **35** (58%) respondeu não saber e **12** (20%) absteve-se. O alto índice de abstenções nas perguntas relacionadas à APM e gestão de recursos revela a necessidade de um trabalho formativo e informativo com os pais, envolvendo-os com a agremiação.

Na **quinta parte** do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **55** (92%) dos respondentes, resposta não de **dois** (3%) respondentes, enquanto **três** (5%) abstiveram-se. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **41** (68%) manifestaram que sim, enquanto **oito** (14%) considera que não, e **11** (18%) abstiveram-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **42** respondentes (70%), não de **12** (20%) pai/mãe ou responsáveis e **seis** (10%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **44** pai/mãe/responsáveis (73%) responderam que sim, enquanto

oito (14%) responderam que não e outros **oito** (14%) abstiveram-se. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se resultados semelhantes: **53** pai/mãe/responsáveis (88%) responderam que sim, enquanto **três** (5%) responderam que não e **quatro** (7%) abstiveram-se.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **43** pai/mãe/responsáveis (72%), enquanto **oito** (13%) respondeu que não, e **nove** (15%) abstiveram-se. Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que **37** pai/mãe/responsáveis (58%) responderam que sim, enquanto **19** (30%) respondeu que não e **oito** (12%) abstiveram-se.

A questão 5.8 interrogou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (56%) e “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia” (25%), como se vê à Tabela 99.

Tabela 99 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião	Frequência	%
Intenção do aluno concluinte do EF		
Continuar estudando no ensino médio técnico	34	56
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	15	25
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	5	8
Continuar estudando no ensino noturno regular	3	5
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	3	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade” (67%), como se vê à Tabela 100.

Tabela 100 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção do pai/mãe/responsável da EEVIMA

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	40	67
Inserir-se no mercado de trabalho.	7	12
Realizar cursos de formação profissional	6	10
Realizar cursos livres	3	5
Abstenção	4	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	60	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.2.3 Escola Carmela Dutra

Na Escola Carmela Dutra a amostra de pais, mães ou responsáveis enfim, foi de 37 respondentes. A Tabela 101 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que a maioria, 23 destes (62%), estão na faixa dos 39 a 48 anos, pais de relativa experiência e maturidade.

Tabela 101 - Faixa etária do pai/mãe/responsável respondentes da Escola Carmela Dutra

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	1	3
29 a 38 anos	5	13
39 a 48 anos	23	62
49 a 58 anos	7	19
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	1	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 102 percebe-se que 67% dos respondentes conhecem, 30% manifestaram não conhecer o currículo da Escola, enquanto 3% abstiveram-se de responder.

Tabela 102 - Conhecimento do currículo pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	25	67
Não	11	30
Abstenção	1	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 103 percebe-se que **nove** (24%) respondem que sim, enquanto a maioria, **23** (62%) responderam que não, e outros **cinco** respondentes (14%) abstiveram-se de responder.

Tabela 103 - Necessidade de modificar o currículo para pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	9	24
Não	23	62
Abstenção	5	14
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 104 percebe-se que **28** (76%) responderam que sim, e **sete** (19%) responderam que não, enquanto **dois** (5%) abstiveram-se.

Tabela 104 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	28	76
Não	7	19
Abstenção	2	5
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 105 percebe-se que todas as opções foram indicadas, mostrando a diversidade de opiniões. As opções “educação é preparar para a cidadania” (19%) e “educação é unir conhecimentos já

estruturados com os novos” (13%), foram as preferidas entre os pais respondentes. Esses citaram, ainda, “educação é envolver o afeto na aprendizagem”, “educação é impor limites” e “educação é conscientizar” na razão de 11% das respostas. Apareceu a relevância, ainda, de “educação é aprender na prática” (10%), “educação é estabelecer uma relação dialógica” e “educação é saber o conteúdo” com 8%, e por fim, “educação é aprender a dominar a técnica”, com 2%.

Tabela 105 - Concepção de educação para o pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é preparar para a cidadania.	16	19
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos.	11	13
Educação é envolver o afeto na aprendizagem.	9	11
Educação é impor limites	9	11
Educação é conscientizar	9	11
Educação é aprender na prática.	8	10
Educação é estabelecer uma relação dialógica.	7	8
Educação é saber o conteúdo.	7	8
Educação é aprender a dominar a técnica.	6	7
Abstenção	1	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	83	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁴), na Tabela 106 percebe-se que **18** respondentes (49%) disseram que sim, **dez** (27%) não têm a percepção da escola como inclusiva, enquanto **nove** (24%) abstiveram-se de responder.

Tabela 106 - Concepção de escola inclusiva para o pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	18	49
Não	10	27
Abstenção	9	24
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

⁴ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **oito** respondentes (22%) manifestaram que sim; enquanto **26** (70%), respondeu que não, e **três** (8%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 107.

Tabela 107 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	8	22
Não	26	70
Abstenção	3	8
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **25** respondentes (67%), responderam que sim; **três** (8%), respondeu que não, e **nove** (25%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 108.

Tabela 108 - Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelo pai/mãe/responsável da Carmela Dutra

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	25	67
Não	3	8
Abstenção	9	25
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **33** respondentes (89%), responderam que sim; apenas **um** (3%) respondeu não, enquanto **três** (8%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 109.

Tabela 109 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	33	89
Não	1	3
Abstenção	3	8
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **20** respondentes (54%) manifestaram que sim; **13** (35%), respondeu que não, enquanto **quatro** (11%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 110.

Tabela 110 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	20	54
Não	13	35
Abstenção	4	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (31%) e o “preparo dos professores” (17%). Também se destacou a “falta de responsabilidade da família” e “indisciplina” com 11% da frequência de respostas. Ainda, “falta de espaço físico” e “espaços de lazer para alunos e comunidade” com 6%; “professores em número insuficiente”, “situação de vulnerabilidade social” e “currículo inadequado” para 4%. Também, “falta de conhecimento curricular do aluno” (3%). Nota-se que todas as alternativas foram indicadas revelando diversidade na compreensão dos pais sobre os problemas que afetam o processo educativo na escola, como se vê à Tabela 111.

Tabela 111 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	22	31
Preparo dos professores	12	17
Falta de responsabilidade da família	8	11
Indisciplina	8	11
Falta de espaço físico	4	6
Espaços de lazer para alunos e comunidades	4	6
Professores em número insuficiente	3	4
Situação de vulnerabilidade social	3	4
Currículo inadequado	3	4
Falta de conhecimento curricular do aluno	2	3
Abstenção	2	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	71	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **35** respondentes (94%), manifestaram que sim, **um** (3%) apenas manifestou não, e **um** (3%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 112.

Tabela 112 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelo pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	35	94
Não	1	3
Abstenção	1	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” (23%) e a “equipar e qualificar os espaços da escola” (20%). Ainda, foram expressivas as considerações de “criar regras de convivência” (17%); “discutir alternativas com a comunidade” e “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno”, ambas com 12% das indicações. Também apareceu relevante a opção de “participar de movimentos da comunidade” (7%), “mudar proposta pedagógica” (4%), “mudar o regimento escolar” (3%), com menor frequência apareceu “mudar o currículo” e “mudar o plano de carreira”, ambas com 1%, como se observa na Tabela 113.

Tabela 113 - Ações para qualificar a escola na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	17	23
Equipar e qualificar os espaços da escola	15	20
Criar regras (princípios) de convivência	13	17
Discutir alternativas com a comunidade	9	12
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	9	12
Participar dos movimentos da comunidade	5	7
Mudar proposta pedagógica	3	4
Mudar o regimento escolar	2	3
Mudar o currículo	1	1
Mudar o plano de carreira	1	1
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	75	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional” (19%), seguidas de “participação nas discussões da escola”, “ambiente de trabalho” e “envolvimento na construção do processo educativo” com 15% da frequência de respostas. Ainda, “remuneração” (11%), “plano de carreira” (6%) figuraram como motivos de valorização dos pais/mães ou responsáveis, como se tem à Tabela 114. Esta questão estava mais direcionada aos professores e funcionários, no entanto, as respostas indicam a necessidade de que se aproximem os pais das “construções do processo coletivo na escola” e das “discussões da escola” por terem apresentado menores índices de frequência que outras alternativas.

Tabela 114 - Sentimento de valorização na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Reconhecimento profissional	9	19
Participação nas discussões da escola.	7	15
Ambiente de Trabalho.	7	15
Envolvimento na construção do processo educativo.	7	15
Remuneração	5	11
Plano de carreira	3	6
Abstenção	9	19
TOTAL DE INDICAÇÕES	47	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, a maioria dos pais respondeu que não (64%), apenas **sete** (19%) responderam que sim, enquanto 17% abstiveram-se de responder, demonstrando que o processo de formação continuada não é uma realidade na vida diária dos pais. De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção do pai/mãe/responsável sobre a validade dos momentos de qualificação do professor como agente transformador da ação deste – a maior parte dos pais/mães/responsáveis manifestou não ser importante **16** (43%), **11** indicaram ser importante (30%) e **dez** (27%) abstiveram-se.

O motivo que positiva a participação dos professores em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 115 e apontaram um maior índice de abstenção do que de respostas, 39%, em face de os pais não terem clara noção de como os professores vivenciam o seu processo de formação. Mesmo assim, 19% dos pais/mãe/responsável manifestou ser importante em face à “realização profissional”, 13% em função do “plano de carreira” e da “troca de experiências”; já, 8% em função de qualificar o “fazer pedagógico”, ainda, 5% em face à “mudança de ação” em sala de aula e, por fim, a “realização interpessoal” (3%).

Tabela 115 - Motivos que positivam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Motivos que positivam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Realização profissional	7	19
Plano de carreira	5	13
Trocas de experiências	5	13
Fazer pedagógico	3	8
Mudança de ação	2	5
Realização interpessoal	1	3
Saída da escola	0	0
Reencontros	0	0
Outros	0	0
Abstenção	14	39
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **17** (46%) responderam que sim, enquanto **13** (35%), respondeu que não e 19% absteve-se, justificando ser o processo de formação uma prática não corrente para pais. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, assim como na questão

anterior e pelos mesmos motivos, os maiores índices recaíram sobre não (43%), enquanto responderam sim apenas 35% e abstiveram-se 22%.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. Apesar de todas as alternativas terem sido sugeridas, a maior parte das respostas recaiu sobre “espaço adequado para laboratório de aprendizagem” (15%) e “quadra de esportes” (10%). Outros recursos também foram sugeridos, com relativa frequência: área de lazer para os alunos, salas adequadas por número de alunos, salas arejadas, cantina, biblioteca e sala de informática, entre outros de acordo com o que se vê na Tabela 116.

Tabela 116 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção do pai/mãe/responsável da Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	18	15
Quadra de esportes	12	10
Área de lazer para os alunos	11	9
Salas adequadas por número de alunos	10	8
Salas arejadas	8	7
Cantina (bar)	7	6
Biblioteca com acervo bibliográfico	7	6
Sala de informática com computadores	7	6
Sala de AEE	6	5
Pracinha	5	4
Sala do SOE	5	4
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	5	4
Sala para os funcionários	4	3
Brinquedoteca	2	2
Almoxarifado	2	2
Dispensa	2	2
Secretaria em local acessível	2	2
Sala da Direção	1	0,8
Ventiladores em sala	1	0,8
Refeitório	1	0,8
Sala dos professores	1	0,8
Outros.	1	0,8
Abstenção	3	2
TOTAL DE INDICAÇÕES	118	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos pais na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como sim por **nove** (14%) dos respondentes e como não

para **23** (62%) pai/mãe/responsável, enquanto **cinco** (26%) abstiveram-se. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, e as respostas apontaram que para **13** (36%) pai/mãe/responsável não é suficiente, para **12** (32%), são suficientes, outros **12** (32%) abstiveram-se à resposta.

A questão 4.3 buscou a concepção do pai/mãe/responsável no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **20** (54%) dos respondentes e como não para **seis** (16%) dos pai/mãe/responsáveis, enquanto **11** (30%) abstiveram-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **19** (52%) responderam que sim, enquanto **seis** (16%) responderam que não e **12** (32%) abstiveram-se. Sobre aprovarem a atuação da APM, **16** (43%) responderam que sim, enquanto **quatro** (11%) responderam que não e **17** (46%) abstiveram-se. Nas mesmas proporções, ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **13** (35%) responderam que sim, **15** (40%) responderam que não e **9** (25%) abstiveram-se de responder. Os mesmos resultados foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, a maioria respondeu que não (59%). Ainda, os pai/mãe/responsáveis foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas **três** (8%) sabem, respondendo sim; enquanto **28** (76%) responderam não saber e **seis** (16%) absteve-se.

Na **quinta** parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) da maioria dos respondentes (86%), enquanto 14% abstiveram-se de responder. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **25** (67%) manifestaram que sim, enquanto **quatro** (11%) considera que não, e **oito** (22%) abstiveram-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **21** respondentes (56%), não de **oito** (22%) pai/mãe ou responsáveis e outros oito (22%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **24** pai/mãe/responsáveis (65%) responderam que sim, enquanto **sete** (19%) responderam que não e **seis** (16%) abstiveram-se. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se os mesmos resultados: **29** pai/mãe/responsáveis (78%) responderam que sim, enquanto **quatro** (11%) responderam que não e outros **quatro** (11%) abstiveram-se.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **22** pai/mãe/responsáveis (59%), enquanto **11** (30%)

respondeu que não, e **quatro** (11%) abstiveram-se. Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que **27** pai/mãe/responsáveis (73%) responderam que sim, enquanto **oito** (22%) respondeu que não e **dois** (5%) abstiveram-se.

A questão 5.8 interrogou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (51%) e “continuar estudando no ensino noturno regular” (24%), como se vê à Tabela 117.

Tabela 117 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	19	51
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	3	8
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	3	8
Continuar estudando no ensino noturno regular	9	24
Somente trabalhar	1	3
Abstenção	2	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos pai/mãe/responsáveis a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade” (70%), como se vê à Tabela 118.

Tabela 118 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção do pai/mãe/responsável da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	26	70
Inserir-se no mercado de trabalho	6	16
Realizar cursos de formação profissional	2	5
Realizar cursos livres	1	4
Abstenção	2	5
TOTAL DE INDICAÇÕES	37	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.3 Funcionários

A análise quantitativa dos questionários respondidos pelos funcionários (merendeiras, serventes, secretárias da escola, monitores e atendentes de EI) é aqui apresentada, ao todo 19 indivíduos compõem a amostra de pesquisa, sendo que as respostas são descritas em função da escola de lotação de cada um – Sementinha (4 respondentes), EEVIMA (7 respondentes), e Carmela Dutra (8 respondentes), na sequência. Cada questionário é composto, de acordo com o Anexo A, de cinco partes com temas específicos, a saber:

- 1) Currículo;
- 2) Valorização dos trabalhadores;
- 3) Recursos materiais e equipamentos;
- 4) Recursos financeiros na escola;
- 5) Princípios de ação e sistematização.

4.3.1 Escola Sementinha

Na Escola Sementinha a amostra de funcionários é composta por **quatro** respondentes. A Tabela 119 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que 50% destes encontram-se na faixa dos 39 a 48 anos e outros 50% na faixa dos 49 aos 58 anos.

Tabela 119 - Faixa etária dos funcionários respondentes da Escola Sementinha

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	0	0
29 a 38 anos	0	0
39 a 48 anos	2	50
49 a 58 anos	2	50
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 120 percebe-se que 50% dos respondentes conhecem, enquanto outros 50% abstiveram-se de responder.

Tabela 120 - Conhecimento dos funcionários da Escola Sementinha

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	2	50
Não	0	0
Abstenção	2	50
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 121 percebe-se que **um** (25%) respondeu que sim, outro (25%) responderam que não, e **dois** respondentes (50%), abstiveram-se de responder.

Tabela 121 - Necessidade de modificar o currículo para funcionários da Escola Sementinha

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	1	25
Não	1	25
Abstenção	2	50
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 122 percebe-se que **1** (25%) respondeu que sim, na mesma frequência, outro (25%) respondeu que não, enquanto **dois** (50%) abstiveram-se.

Tabela 122 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	1	25
Não	1	25
Abstenção	2	50
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 123 percebe-se que as maiores frequências de respostas recaíram sobre “educação é preparar para a

cidadania” (66%), seguida de “educação é envolver o afeto na aprendizagem” e “educação é impor limites”, com 17% da frequência de respostas.

Tabela 123 - Concepção de educação para os funcionários da Escola Sementinha

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é preparar para a cidadania.	4	66
Educação é envolver o afeto na aprendizagem.	1	17
Educação é impor limites	1	17
Educação é saber o conteúdo.	0	0
Educação é aprender a dominar a técnica.	0	0
Educação é aprender na prática.	0	0
Educação é conscientizar	0	0
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos.	0	0
Educação é estabelecer uma relação dialógica.	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	6	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁵), na Tabela 124 percebe-se que **todos** os respondentes (100%) disseram que sim.

Tabela124 - Concepção de escola inclusiva para os funcionários da Escola Sementinha

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	4	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **todos** respondentes (100%) manifestaram que sim, como se demonstra na Tabela 125.

⁵ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Tabela 125 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelos funcionários da Escola Sementinha

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	4	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **dois** respondentes (50%), responderam que sim; e, outros **dois** (50%), respondeu que não, como se demonstra na Tabela 126.

Tabela 126 – Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos funcionários Escola Sementinha

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	2	50
Não	2	50
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **três** respondentes (75%) manifestaram que sim; e **um** (25%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 127.

Tabela 127 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos funcionários da Escola Sementinha

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	3	75
Não	0	0
Abstenção	1	25
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **todos** respondentes (100%) manifestaram não participarem do projeto da Escola, como se demonstra na Tabela 128.

Tabela 128 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos funcionários da Escola Sementinha

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	0	0
Não	4	100
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (50%) e a “falta de espaço físico” (26%), seguidos de “falta de responsabilidade da família” e “indisciplina”, ambos com 12% da frequência de respostas, como se vê à Tabela 129.

Tabela 129 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar.	4	50
Falta de espaço físico.	2	26
Falta de responsabilidade da família	1	12
Indisciplina.	1	12
Preparo dos professores.	0	0
Professores em número insuficiente.	0	0
Situação de vulnerabilidade social.	0	0
Falta de conhecimento curricular do aluno.	0	0
Espaços de lazer para alunos e comunidades.	0	0
Currículo inadequado.	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **todos** os respondentes (100%), manifestaram que sim, como se demonstra na Tabela 130.

Tabela 130 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos funcionários da Escola Sementinha

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	4	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “criar regras e princípios de convivência” (50%), sendo citadas, ainda, as seguintes alternativas: “qualificar o professor”, “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno”, “equipar e qualificar os espaços da escola” e, ainda, e “mudar a proposta pedagógica” como se observa na Tabela 131.

Tabela 131 - Ações para qualificar a escola na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Criar regras (princípios) de convivência.	4	50
Qualificar o professor.	1	12
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno.	1	12
Equipar e qualificar os espaços da escola	1	12
Mudar Proposta Pedagógica.	1	12
Discutir alternativas com a comunidade	0	0
Mudar o currículo.	0	0
Mudar o Regimento Escolar.	0	0
Participar dos movimentos da comunidade.	0	0
Mudar o plano de carreira	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional” (56%) e “envolvimento na construção do processo educativo” que apareceu em segundo lugar (33%), ainda um (11%) absteve-se de responder como se tem à Tabela 132.

Tabela 132 - Sentimento de valorização na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Reconhecimento profissional	5	56
Envolvimento na construção do processo educativo	3	33
Remuneração	0	0
Plano de carreira	0	0
Participação nas discussões da escola	0	0
Ambiente de trabalho	0	0
Abstenção	1	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, a maioria dos funcionários respondeu que sim (50%), apenas **um** (25%) responderam que não, enquanto outro (25%) absteve-se de responder, como se vê na Tabela 133.

Tabela 133 - Participação em cursos de qualificação pelos funcionários da Escola Sementinha

Fazes curso de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	2	50
Não	1	25
Abstenção	1	25
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos funcionários sobre a validade dos momentos de qualificação como agente transformador da ação deste – a maior parte dos respondentes manifestou sim (75%), enquanto **um** absteve-se (25%) como se observa na Tabela 134.

Tabela 134 - Validade dos cursos de qualificação na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Validade dos cursos de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	3	75
Não	0	0
Abstenção	1	25
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

O motivo que positiva a participação dos funcionários em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 135 e apontaram que o motivo principal é “a troca de experiências” (44%), seguido da “realização profissional” (28%) e do “fazer pedagógico” (14%), apenas **um** absteve-se (14%).

Tabela 135 - Motivos que positivam a participação dos funcionários da Escola Sementinha em cursos de qualificação

Assinale a tua opinião Motivos que positivam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Trocas de experiências	3	44
Realização profissional	2	28
Fazer pedagógico	1	14
Plano de carreira	0	0
Mudança de ação	0	0
Realização interpessoal	0	0
Reencontros	0	0
Saída da escola	0	0
Outros	0	0
Abstenção	1	14
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **três** (75%) responderam que sim, enquanto **um** (25%), respondeu que não. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, os resultados foram idênticos.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “brinquedoteca” (32%), de acordo com o que se vê na Tabela 136. Outros recursos também foram sugeridos, porém em menor frequência: pracinha, salas adequadas por número de alunos, e sala para funcionários.

Tabela 136 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Brinquedoteca	2	32
Pracinha	1	17
Salas adequadas por número de alunos	1	17
Sala para os funcionários	1	17
Sala de informática com computadores	0	0
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	0	0
Área de lazer para os alunos	0	0
Biblioteca com acervo bibliográfico	0	0
Sala de AEE	0	0
Sala do SOE	0	0
Quadra de esportes	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Refeitório	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	0	0
Cantina (bar)	0	0
Salas arejadas	0	0
Sala dos professores	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Outros	0	0
Abstenção	1	17
TOTAL DE INDICAÇÕES	6	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos funcionários na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como não por todos os respondentes (100%). A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, e as respostas apontaram que para **dois** (50%) funcionários não é suficiente e para outros **dois** (50%), são suficientes.

A questão 4.3 buscou a concepção dos funcionários no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **três** (75%) dos respondentes, enquanto **um** (25%) absteve-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, os resultados foram idênticos à questão anterior. Sobre aprovarem a atuação da APM, da mesma forma, repetiram-se os resultados das duas questões anteriores – 75% aprovam e um absteve-se.

Ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **um** (25%) respondeu que sim, **dois** (50%) responderam que não e **um** (25%) absteve-se de responder. Resultados semelhantes foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, sendo que a maioria (75%) não fiscaliza e **um** absteve-se. Ainda, os funcionários foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que nenhum manifestou saber, todos (100%) responderam não.

Na **quinta** parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) da totalidade (100%) dos respondentes. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **um** (25%) manifestou que sim, enquanto **três** (75%) consideraram que não. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **um** respondente (25%) e não de **três** (75%).

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **dois** (50%) funcionários responderam sim e outros **dois** não. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se a resposta afirmativa de todos os funcionários (100%).

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **todos** os funcionários (100%). Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que na mesma direção **todos** responderam afirmativamente, ou seja, sim a família entra em contato com a escola por iniciativa própria.

A questão 5.8 interrogou aos funcionários a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (75%) e “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia” (25%), como se vê à Tabela 137.

Tabela 137 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	3	75
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	1	25
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	0	0
Continuar estudando no ensino noturno regular	0	0
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos funcionários a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em “continuar estudando cursando a faculdade” na opinião de **todos** os respondentes (100%), como se vê à Tabela 138.

Tabela 138 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos funcionários da Escola Sementinha

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	4	100
Inserir-se no mercado de trabalho.	0	0
Realizar cursos de formação profissional	0	0
Realizar cursos livres	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	4	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.3.2 EEVIMA

Na EEVIMA a amostra de funcionários é composta por **sete** respondentes. A Tabela 139 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que a maioria destes (43%) encontra-se na faixa dos 39 a 48 anos, seguida da faixa dos 49 aos 58 anos (29%).

Tabela 139 - Faixa etária dos funcionários respondentes da EEVIMA

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	1	14
29 a 38 anos	1	14
39 a 48 anos	3	43
49 a 58 anos	2	29
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 140 percebe-se que 57% dos respondentes não conhecem, enquanto 43% manifestaram conhecer o currículo da Escola.

Tabela 140 - Conhecimento dos funcionários da EEVIMA

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	3	43
Não	4	57
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 141 percebe-se que **três** (43%) respondeu que sim, e **quatro** (57%) responderam que não, em relação à necessidade de modificar o currículo da Escola.

Tabela 141 - Necessidade de modificar o currículo para funcionários da EEVIMA

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	3	43
Não	4	57
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 142 percebe-se que **cinco** (71%) respondeu que sim, enquanto **dois** (29%) respondeu que não, não se deve alfabetizar as crianças no 1º ano.

Tabela 142 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos funcionários da EEVIMA

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	5	71
Não	2	29
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 143 percebe-se que as maiores frequências de respostas recaíram sobre “educação é preparar para a cidadania” (60%), seguida de “educação é conscientizar”, “educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos” e “educação é estabelecer uma relação dialógica”, todos com 10% de frequência de respostas, ainda, 10% foi o índice de abstenção.

Tabela 143 - Concepção de educação para os funcionários da EEVIMA

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é preparar para a cidadania	6	60
Educação é conscientizar	1	10
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos	1	10
Educação é estabelecer uma relação dialógica	1	10
Educação é saber o conteúdo	0	0
Educação é aprender a dominar a técnica	0	0
Educação é aprender na prática	0	0
Educação é envolver o afeto na aprendizagem	0	0
Educação é impor limites	0	0
Abstenção	1	10
TOTAL DE INDICAÇÕES	10	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁶), na Tabela 144 percebe-se que **todos** os respondentes (100%) disseram que sim.

⁶ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Tabela 145 - Concepção de escola inclusiva para os funcionários da EEVIMA

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	7	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **três** respondentes (43%) manifestaram que sim, enquanto **quatro** (54%) responderam que não, como se demonstra na Tabela 146.

Tabela 146 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelos funcionários da EEVIMA

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	3	43
Não	4	57
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **todos** os respondentes (100%) manifestaram que sim, como se demonstra na Tabela 147.

Tabela 147 – Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos funcionários da EEVIMA

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	7	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **seis** respondentes (86%) manifestaram que sim; e **um** (14%) respondeu que não, como se demonstra na Tabela 148.

Tabela 148 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos funcionários da EEVIMA

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	6	86
Não	1	14
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **todos** respondentes (100%) manifestaram não participarem do projeto da Escola, como se demonstra na Tabela 149.

Tabela 149 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos funcionários da EEVIMA

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	6	86
Não	0	0
Abstenção	1	14
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (50%) e a “preparo do professor” (42%), seguidos de “indisciplina”, com 8% da frequência de respostas, como se vê à Tabela 150.

Tabela 150 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelos funcionários da EEVIMA

Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	7	50
Preparo dos professores	6	42
Indisciplina	1	8
Professores em número insuficiente	0	0
Falta de responsabilidade da família	0	0
Falta de espaço físico	0	0
Situação de vulnerabilidade social	0	0
Falta de conhecimento curricular do aluno	0	0
Espaços de lazer para alunos e comunidades	0	0
Currículo inadequado	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	14	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **a maioria** respondeu sim (85%) como se demonstra na Tabela 151.

Tabela 151 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos funcionários da EEVIMA

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	6	85
Não	1	15
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno” (61%), ainda foram considerados “discutir alternativas com a comunidade”, “participar dos movimentos da comunidade” e “equipar e qualificar os espaços da escola”, todos com 13% de frequência de respostas, como se observa na Tabela 152.

Tabela 152 - Ações para qualificar a escola na concepção dos funcionários da EEVIMA

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	5	61
Discutir alternativas com a comunidade	1	13
Participar dos movimentos da comunidade	1	13
Equipar e qualificar os espaços da escola	1	13
Qualificar o professor	0	0
Mudar o currículo	0	0
Mudar o Regimento Escolar	0	0
Mudar Proposta Pedagógica	0	0
Mudar o plano de carreira	0	0
Criar regras (princípios) de convivência	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional” (72%) e, após, “ambiente de trabalho” e “envolvimento na construção do processo educativo” que apareceu com 14% das frequências de respostas, como se tem à Tabela 153.

Tabela 153 - Sentimento de valorização na concepção dos funcionários da EEVIMA

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Remuneração	0	0
Plano de carreira	0	0
Reconhecimento profissional	5	72
Participação nas discussões da escola	0	0
Ambiente de trabalho	1	14
Envolvimento na construção do processo educativo	1	14
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, a maioria dos funcionários respondeu que sim (71%), apenas **dois** (29%) responderam que não, como se vê na Tabela 154.

Tabela 154 - Participação em cursos de qualificação pelos funcionários da EEVIMA

Fazes curso de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	5	71
Não	2	29
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos funcionários sobre a validade dos momentos de qualificação como agente transformador da ação deste – **todos** respondentes manifestaram que sim (100%), como se observa na Tabela 155.

Tabela 155 - Participação em cursos de qualificação pelos funcionários da EEVIMA

Fazes curso de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	7	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

O motivo que positiva a participação dos funcionários em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 156 e

apontaram que o motivo principal é “a mudança de ação” (50%), seguido da “realização profissional” (20%), após aparecem “plano de carreira”, “fazer pedagógico” e “troca de experiências” com 10% da frequência de respostas.

Tabela 156 - Motivos que positavam a participação dos funcionários da EEVIMA em cursos de qualificação

Assinale a tua opinião Motivos que positavam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Mudança de ação	5	50
Realização profissional	2	20
Plano de Carreira	1	10
Fazer pedagógico	1	10
Trocas de experiências	1	10
Reencontros	0	0
Saída da escola	0	0
Realização interpessoal	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	10	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **todos** (100%) responderam que sim. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, os resultados foram idênticos.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “quadra de esportes” (40%), de acordo com o que se vê na Tabela 157. Outros recursos também foram sugeridos, porém em menor frequência: sala para funcionários e sala de SOE.

Tabela 157 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos funcionários da EEVIMA

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Quadra de esportes	4	40
Sala para os funcionários	2	20
Sala do SOE	1	10
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	0	0
Cantina (bar)	0	0
Biblioteca com acervo bibliográfico.	0	0
Sala dos professores	0	0
Sala de informática com computadores.	0	0
Refeitório.	0	0
Sala de AEE	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
Conjuntos de sanitários	0	0
Área de lazer para os alunos	0	0
Salas arejadas	0	0
Pracinha	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Brinquedoteca	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Salas adequadas por número de alunos	0	0
Outros	3	30
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	10	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos funcionários na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como não por **seis** (86%) dos respondentes e sim por apenas **um** (14%) funcionário. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, a qual **todos** (100%) responderam que são suficientes.

A questão 4.3 buscou a concepção dos funcionários no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **cinco** (72%) dos respondentes, enquanto **um** (14%) absteve-se e **outro** (14%) manifestou não discutir. Sobre o fato de sugerirem à APM, **cinco** (72%) abstiveram-se de responder, **um** (14%) respondeu sim e **outro** (14%) manifestou não sugerir à APN. Sobre aprovarem a atuação da APM, **dois** (29%) responderam sim, **um** (14%) respondeu não e **quatro** (57%) abstiveram-se de responder.

Ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **um** (14%) respondeu que sim, **outro** (14%) respondeu que não e **cinco** (72%) abstiveram-se de responder. Resultados idênticos foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM. Ainda, os funcionários foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que apenas **um** (14%) manifestou saber, enquanto o **restante** (86%) respondeu não saber.

Na **quinta** parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **seis** respondentes (86%) e não de apenas **um** (14%). De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **seis** (86%) manifestou que sim, enquanto **um** (14%) considerou que não. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **seis** respondentes (86%) e não de **um** (14%).

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **todos** (100%) funcionários responderam sim. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se a resposta afirmativa de todos os funcionários (100%).

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **todos** os funcionários (100%). Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que na mesma direção **a maioria (86%)** respondeu afirmativamente, ou seja, sim a família entra em contato com a escola por iniciativa própria, enquanto **um** (14%) respondeu que não.

A questão 5.8 interrogou aos funcionários a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (57%) e “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia” (29%), como se vê à Tabela 158.

Tabela 158 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos funcionários da EEVIMA

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	4	57
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	2	29
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	0	0
Continuar estudando no ensino noturno regular	1	14
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos funcionários a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em “continuar estudando cursando a faculdade” na opinião de **todos** os respondentes (100%), como se vê à Tabela 159.

Tabela 159 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos funcionários da EEVIMA

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	7	100
Inserir-se no mercado de trabalho.	0	0
Realizar cursos de formação profissional	0	0
Realizar cursos livres	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	7	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.3.3 Escola Carmela Dutra

Na Escola Carmela Dutra a amostra de funcionários é composta por respondentes. A Tabela 160 demonstra a faixa etária de cada um dos respondentes, sendo que a 37% destes encontram-se na faixa dos 18 a 28 anos e outros 37% na faixa dos 29 aos 38 anos.

Tabela 160 - Faixa etária dos funcionários respondentes da Escola Carmela Dutra

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	3	37
29 a 38 anos	3	37
39 a 48 anos	0	0
49 a 58 anos	2	26
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 161 percebe-se que 87% dos respondentes conhecem, enquanto 13% responderam não conhecer.

Tabela 161 - Conhecimento dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	7	87
Não	1	13
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 162 percebe-se que **um** (13%) respondeu que sim, mas a maioria, **cinco** (61%), respondeu que não, e **dois** respondentes (26%) abstiveram-se de responder.

Tabela 162 - Necessidade de modificar o currículo para funcionários da Escola Carmela Dutra

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	1	13
Não	5	61
Abstenção	2	26
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 163 percebe-se que **sete** (87%) responderam que sim, enquanto **um** (13%) absteve-se.

Tabela 163 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	7	87
Não	0	0
Abstenção	1	13
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 164 percebe-se que as maiores frequências de respostas recaíram sobre “educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos” (67%), seguida de “educação é conscientizar”, “educação é preparar para a cidadania” e “educação é envolver o afeto na aprendizagem”, com 11% da frequência de respostas.

Tabela 164 - Concepção de educação para os funcionários da Escola Carmela Dutra

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos	6	67
Educação é conscientizar	1	11
Educação é preparar para a cidadania	1	11
Educação é envolver o afeto na aprendizagem	1	11
Educação é saber o conteúdo	0	0
Educação é aprender a dominar a técnica	0	0
Educação é aprender na prática	0	0
Educação é impor limites	0	0
Educação é estabelecer uma relação dialógica	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁷), na Tabela 165 percebe-se que **quatro** respondentes (48%) disseram que sim, enquanto **dois** (26%) manifestaram não perceber a escola como inclusiva e outros **dois** abstiveram-se de responder.

⁷ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Tabela 165 - Concepção de escola inclusiva para os funcionários da Escola Carmela Dutra

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	4	48
Não	2	26
Abstenção	2	26
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **seis** respondentes (74%) manifestaram que sim, enquanto **dois** (26%) disseram que não, como se demonstra na Tabela 166.

Tabela 166 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	6	74
Não	2	26
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **seis** respondentes (74%), responderam que sim; e **dois** (26%) abstiveram-se de responder como se demonstra na Tabela 167.

Tabela 167 - Percepção de apoio aos professores para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos funcionários Escola Carmela Dutra

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	6	74
Não	0	0
Abstenção	2	26
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **cinco** respondentes (62%) manifestaram que sim; e **três** (38%) abstiveram-se de responder, como se demonstra na Tabela 168.

Tabela 168 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	5	62
Não	0	0
Abstenção	3	38
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **três** respondentes (37%) manifestaram participarem do projeto da Escola, igual número absteve-se e **dois** indicou não participar, como se demonstra na Tabela 169.

Tabela 169 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	3	37
Não	2	26
Abstenção	3	37
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a falta de espaço físico” (26%), seguidos de “estrutura familiar”, “falta de responsabilidade da família” e “indisciplina”, todos com 20% da frequência de respostas, como se vê à Tabela 170.

Tabela 170 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Falta de espaço físico	4	26
Estrutura familiar	3	20
Falta de responsabilidade da família	3	20
Indisciplina	3	20
Preparo dos professores	1	7
Falta de conhecimento curricular do aluno	1	7
Professores em número insuficiente	0	0
Situação de vulnerabilidade social	0	0
Espaços de lazer para alunos e comunidades	0	0
Currículo inadequado	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	15	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **todos** os respondentes (100%), manifestaram que sim, como se demonstra na Tabela 171.

Tabela 171 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	8	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “discutir alternativas com a comunidade” (42%), seguida de “criar regras (princípios) de convivência” (38%), sendo citadas, ainda, as seguintes alternativas: “participar dos movimentos da comunidade”, “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno”, “equipar e qualificar os espaços da escola” e, ainda, e “qualificar o professor”, como se observa na Tabela 172.

Tabela 172 - Ações para qualificar a escola na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Discutir alternativas com a comunidade	8	42
Criar regras (princípios) de convivência	7	38
Participar dos movimentos da comunidade	1	5
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno.	1	5
Equipar e qualificar os espaços da escola	1	5
Qualificar o professor	1	5
Mudar o plano de carreira	0	0
Mudar o currículo.	0	0
Mudar o Regimento Escolar.	0	0
Mudar Proposta Pedagógica.	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	19	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior parte dos respondentes absteve-se (76%). No entanto, em relação aos que responderam as maiores frequências de respostas recaíram sobre “ambiente de trabalho” e “envolvimento na construção do processo educativo” ambos com 12% de indicações, como se tem à Tabela 173.

Tabela 173 - Sentimento de valorização na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Remuneração	0	0
Plano de carreira	0	0
Reconhecimento profissional	0	0
Participação nas discussões da escola.	0	0
Ambiente de Trabalho.	1	12
Envolvimento na construção do processo educativo.	1	12
Abstenção	6	76
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, 50% dos funcionários responderam que sim (50%), enquanto outros 50% abstiveram-se de responder, como se vê na Tabela 174.

Tabela 174 - Participação em cursos de qualificação pelos funcionários da Escola Carmela Dutra

Fazes curso de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	4	50
Não	0	0
Abstenção	4	50
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos funcionários sobre a validade dos momentos de qualificação como agente transformador da ação deste – 50% abstiveram-se, enquanto outros 50% manifestaram ser válidos os momentos de formação, como se observa na Tabela 175.

Tabela 175 - Validade dos cursos de qualificação na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Validade dos cursos de qualificação periodicamente	Frequência	%
Sim	4	50
Não	0	0
Abstenção	4	50
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

O motivo que positiva a participação dos funcionários em curso de formação foi buscado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 176 e apontaram que o motivo principal é “o plano de carreira” e “a mudança de ação”, ambos com 40% da indicação de frequência, seguido da “realização profissional” e “troca de experiências” ambas com 10%.

Tabela 176 - Motivos que positavam a participação dos funcionários da Escola Carmela Dutra em cursos de qualificação

Assinale a tua opinião Motivos que positavam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Plano de Carreira	4	40
Mudança de ação	4	40
Trocas de experiências	1	10
Realização profissional	1	10
Saída da escola	0	0
Fazer pedagógico	0	0
Reencontros	0	0
Realização interpessoal	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	10	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **dois** (25%) responderam que sim, enquanto **quatro** (50%), respondeu que não e **dois** (25%) abstiveram-se. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, **cinco** (62%) disseram que sim, **dois** (25%) que não, e **um** (13%) absteve-se.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “espaço adequado para laboratório de aprendizagem” e “área de lazer para os alunos”, ambos com 31% das respostas, de acordo com o que se vê na Tabela 177. Outros recursos também foram sugeridos, porém em menor frequência: salas adequadas por número de alunos, sala para funcionários e salas arejadas.

Tabela 177 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	8	31
Área de lazer para os alunos	8	31
Sala para os funcionários	7	26
Salas adequadas por número de alunos	1	4
Salas arejadas	1	4
Cantina (bar)	0	0
Biblioteca com acervo bibliográfico	0	0
Sala dos professores	0	0
Sala de informática com computadores	0	0
Refeitório	0	0
Sala do SOE	0	0
Sala de AEE	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	0	0
Quadra de esportes	0	0
Pracinha	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Brinquedoteca	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Outros	1	4
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	26	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação efetiva dos funcionários na discussão do plano de aplicação financeira da escola”, ao que foi manifestado como não por **quatro** respondentes (50%), como sim para apenas **um** (13%) e abstiveram-se **três** (37%). A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades da escola”, e as respostas apontaram que para **cinco** (63%) funcionários não é suficiente, enquanto **três** (37%) abstiveram-se.

A questão 4.3 buscou a concepção dos funcionários no que tange à APM, buscando-se saber se os mesmos discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **sete** (87%) dos respondentes, enquanto **um** (13%) absteve-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, os resultados foram idênticos à questão anterior. Sobre aprovarem a atuação da APM, da mesma forma, repetiram-se os resultados das duas questões anteriores – 87% aprovam e **um** absteve-se.

Ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **um** (13%) respondeu que sim, **seis** (74%) responderam que não e **um** (13%) absteve-se de responder. Resultados semelhantes foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, sendo que a maioria, **cinco** (63%) não fiscalizam, **dois** (24%) fiscalizam e **um** absteve-se. Ainda, os funcionários foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que **dois** (25%) manifestaram saber, enquanto **seis** (75%) responderam não.

Na **quinta** parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **sete** respondentes (87%) e **um** (13%) absteve-se de responder. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **quatro** (50%) manifestaram que sim, enquanto **um** (13%) considerou que não e **três** (37%) abstiveram-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **um** respondente (13%), enquanto os outros **sete** (87%) abstiveram-se.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **sete** (87%) funcionários responderam sim e **um** absteve-se (13%). De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se a mesma resposta, a maioria considera que sim (87%).

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **sete** funcionários (87%) e **um** absteve-se (13%). Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que na mesma direção 87% responderam que sim e **um** (13%) absteve-se.

A questão 5.8 interrogou aos funcionários a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, apesar de alto índice de abstenção, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (38%), como se vê à Tabela 178.

Tabela 178 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	3	38
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	0	0
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	0	0
Continuar estudando no ensino noturno regular	0	0
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	5	62
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos funcionários a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, assim como na questão anterior revelaram-se altos índices de abstenção, e as respostas dadas recaíram em “continuar estudando cursando a faculdade” (25%), como se vê à Tabela 179.

Tabela 179 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos funcionários da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	2	25
Inserir-se no mercado de trabalho.	0	0
Realizar cursos de formação profissional	0	0
Realizar cursos livres	0	0
Abstenção	6	75
TOTAL DE INDICAÇÕES	8	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.4 Professores

A análise quantitativa dos questionários respondidos pelos professores é aqui apresentada, ao todo 43 professores compõem a amostra de pesquisa, sendo que as respostas são descritas em função da escola de lotação de cada professor – Sementinha (9 respondentes), EEVIMA (16 respondentes), e Carmela Dutra (18 respondentes), na sequência. Cada questionário é composto, de acordo com o Anexo A, de cinco partes com temas específicos, a saber:

- 1) Currículo;
- 2) Valorização dos trabalhadores;

- 3) Recursos materiais e equipamentos;
- 4) Recursos financeiros na escola;
- 5) Princípios de ação e sistematização.

4.4.1 Escola Sementinha do Saber

Na Escola Sementinha do Saber foram entregues formulários para 13 professores, **nove** responderam (64%) e **quatro** devolveram (36%), assim, a amostra será representada por **nove** professores respondentes. A Tabela 180 demonstra a faixa etária de cada um dos professores respondentes, sendo que **três** destes (33%), estão na faixa dos 29 a 38 anos e os outros **cinco** (55%), na faixa dos 39 a 48 anos.

Tabela 180 - Faixa etária dos professores respondentes da Escola Sementinha do Saber

Faixa etária	Frequência	%
18 a 28 anos	0	0
29 a 38 anos	3	33
39 a 48 anos	5	55
49 a 58 anos	0	0
Mais de 58 anos	0	0
Abstenção	1	12
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 181 percebe-se que todos os respondentes (100%), responderam que sim.

Tabela 181 - Conhecimento do currículo pelos professores da Escola Sementinha do Saber

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	9	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 182 percebe-se que **três** (33%) respondem que sim, e **cinco** (55%) responderam que não, enquanto **um** respondente (12%), absteve-se de responder.

Tabela 182 - Necessidade de modificar o currículo da Escola Sementinha do Saber

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	3	33
Não	5	55
Abstenção	1	12
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 183 percebe-se que **dois** (22%) respondem que sim, e **sete** (78%) responderam que não.

Tabela 183 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	2	22
Não	7	78
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 184 percebe-se que “educação é saber o conteúdo”, “educação é aprender a dominar a técnica”, “educação é aprender na prática”, “educação é estabelecer uma relação dialógica “ não foram escolhidas por nenhum dos respondentes. A opção “educação é envolver o afeto na aprendizagem”, foi indicada por **um** (11%) respondente, “educação é impor limites” por **um** (11%) respondente também; já a opção “educação é conscientizar”, foi a mais indicada (34%), ou seja, foi assinalada por **três** respondentes. As opções “educação é preparar para a cidadania” e “educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos”, foram escolhidas por **dois** respondentes (22%).

Tabela 184 - Concepção de educação para os professores da Escola Sementinha do

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é conscientizar	3	34
Educação é preparar para a cidadania	2	22
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos	2	22
Educação é envolver o afeto na aprendizagem	1	11
Educação é impor limites	1	11
Educação é saber o conteúdo	0	0
Educação é aprender a dominar a técnica	0	0
Educação é aprender na prática	0	0
Educação é estabelecer uma relação dialógica	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Saber

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁸), na Tabela 185 percebe-se que os **nove** respondentes (100%) disseram que sim.

Tabela 185 - Concepção de escola inclusiva para os professores da Escola Sementinha do Saber

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	9	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), oito respondentes (89%) manifestaram que sim; apenas um (11%), respondeu que não, como se demonstra na Tabela 186.

Tabela 186 - Ciência da existências de alunos com necessidades especiais pelos professores da Escola Sementinha

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	8	89
Não	1	11
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

⁸ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **seis** respondentes (67%), responderam que sim; **dois** (22%), respondeu que não, e **um** (11%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 187.

Tabela 187 - Apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos professores da Escola Sementinha do Saber

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	6	67
Não	2	22
Abstenção	1	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **oito** respondentes (89%), responderam que sim; apenas **um** (11%), absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 188.

Tabela 188 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos professores da Escola Sementinha do Saber

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	8	89
Não	1	11
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **oito** respondentes (89%) manifestaram que sim; apenas **um** (11%), respondeu que não, como se demonstra na Tabela 189.

Tabela 189 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos professores da Escola Sementinha do Saber

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	8	89
Não	1	11
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (41%) e a “falta de espaço físico” (41%). Também se destacou a “falta de responsabilidade da família”, que foi a indicação de 12% dos respondentes, como se vê à Tabela 190.

Tabela 190 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	7	41
Falta de espaço físico	7	41
Falta de responsabilidade da família	2	12
Preparo dos professores	1	6
Situação de vulnerabilidade social	0	0
Falta de conhecimento curricular do aluno	0	0
Indisciplina	0	0
Professores em número insuficiente	0	0
Espaços de lazer para alunos e comunidades	0	0
Currículo inadequado	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	17	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **todos** os respondentes (100%), responderam que sim, como se demonstra na Tabela 191.

Tabela 191 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos professores da Escola Sementinha do Saber

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	9	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” (20%) e a “mudar o plano de carreira” (20%). Ainda, foram expressivas as considerações de “discutir alternativas com a comunidade”, “equipar e qualificar os espaços da escola”, e “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração

entre instituições que tratam do aluno” com 16% das indicações. Também apareceu relevante a opção de “criar regras (princípios) de convivência” (12%), como se observa na Tabela 192.

Tabela 192 - Ações para qualificar a escola na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	5	20
Mudar o plano de carreira	5	20
Discutir com a comunidade alternativas	4	16
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	4	16
Equipar e qualificar os espaços da escola	4	16
Criar regras (princípios) de convivência	3	12
Mudar o currículo	0	0
Mudar o Regimento Escolar	0	0
Mudar Proposta Pedagógica	0	0
Participar dos movimentos da comunidade	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	25	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “ambiente de trabalho” e a “envolvimento na construção do processo educativo”, ambas com 30% de indicação. O motivo “participação nas discussões da escola” foi indicado três vezes (22%), ainda, uma indicação (8%) para “remuneração” e “reconhecimento profissional”, como se tem à Tabela 193.

Tabela 193 - Sentimento de valorização na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Ambiente de trabalho	4	31
Envolvimento na construção do processo educativo	4	31
Participação nas discussões da escola	3	22
Remuneração	1	8
Reconhecimento profissional	1	8
Plano de carreira	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	13	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, todos responderam que sim (100%). De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos professores sobre a validade destas qualificações como agente transformador da ação do professor, de igual modo, todos responderam que sim (100%). O motivo de tais transformações foi identificado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 194 e apontaram a “realização profissional” (26%) como o maior motivo da participação em cursos ou outros momentos de formação, seguido do “fazer pedagógico” e “troca de experiências” (22%).

Tabela 194 - Motivos que positavam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Motivos que positavam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Realização profissional	7	26
Fazer pedagógico	6	22
Trocas de experiências	6	22
Mudança de ação	2	7
Realização interpessoal	2	7
Reencontros	1	5
Saída da escola	0	0
Plano de carreira	0	0
Outros	0	0
Abstenção	3	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	27	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **oito** (89%) responderam que sim, enquanto **um** (11%), respondeu que não. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, **todos** (100%) responderam que sim.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “área de lazer para os alunos” e “brinquedoteca”, de acordo com o que se vê na Tabela 195.

Tabela 195 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Área de lazer para os alunos	8	35
Brinquedoteca	7	31
Pracinha	3	14
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem.	1	4
Sala de informática com computadores	1	4
Sala do SOE	1	4
Sala de AEE	1	4
Quadra de esportes	1	4
Cantina (bar)	0	0
Biblioteca com acervo bibliográfico	0	0
Sala dos professores	0	0
Refeitório	0	0
Sala para os funcionários	0	0
Sala da direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
Conjunto de sanitários que corresponda ao número de alunos	0	0
Salas arejadas	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Salas adequadas por número de alunos	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	23	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação afetiva na discussão do plano de aplicação financeira da escola”. A maior parte dos respondentes, cinco (55%) respondeu que não, enquanto três (33%) respondeu que sim, e um (11%) absteve-se. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades?”, e as respostas apontaram que para **cinco** (55%) professores não é suficiente, para **três** (33%), são suficientes, enquanto **um** (11%) absteve-se.

A questão 4.3 buscou a concepção dos professores no que tange à Associação de Pais e Mestres (APM), buscando saber se os professores discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **seis** (67%) dos respondentes e como não para **dois** (22%) professores, enquanto **um** (11%) absteve-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **seis** (67%) responderam que sim, enquanto **dois** (22%) responderam que não e **um** (11%) absteve-se. Sobre aprovarem a atuação da APM, sete (78%) responderam que sim, enquanto **um** (11%) respondeu que não e **um** (11%) absteve-se. Nas mesmas proporções ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos

recursos”, **seis** (67%) responderam que sim, **um** (11%) respondeu que não e **dois** (22%) abstiveram-se de responder. Os mesmos resultados foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM. Ainda, os professores foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas um (11%) sabe, respondendo sim; enquanto sete (78%) respondeu não saber e um (11%) absteve-se.

Na quinta parte do questionário “**Princípios de Ação e Sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) da totalidade (100%) dos respondentes. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **oito** (89%) manifestaram que sim, enquanto **um** (11%) absteve-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **cinco** respondentes (55%) e **quatro** (44%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **oito** professores (89%) responderam que sim, enquanto **um** (11%) respondeu que não. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se os mesmos resultados: **oito** professores (89%) responderam que sim, enquanto **um** (11%) respondeu que não.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **oito** professores (89%), enquanto **um** (11%) absteve-se. Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que sete professores (78%) responderam que sim, enquanto **um** (11%) respondeu que não e outro (11%) absteve-se.

A questão 5.8 interrogou aos professores, mesmo que não trabalhem nesta Escola com este nível de ensino, a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia”, como se vê à Tabela 196.

Tabela 196 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia	4	44
Continuar estudando no ensino médio técnico	2	22
Continuar estudando no ensino de jovens e adultos	0	0
Continuar estudando no ensino noturno regular	0	0
Somente trabalhar	0	0
Abstenção	3	34
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos professores a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade”, como se vê à Tabela 197.

Tabela 197 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos professores da Escola Sementinha do Saber

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade.	4	44
Inserir-se no mercado de trabalho.	1	11
Realizar cursos de formação profissional.	1	11
Realizar cursos livres.	0	0
Abstenção	3	34
TOTAL DE INDICAÇÕES	9	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.4.2 EEVIMA

Na EEVIMA foram entregues formulários para **21** professores, **16** responderam (76%) e **cinco** não responderam (24%), assim, a amostra será representada por **16** professores respondentes. A Tabela 198 demonstra a faixa etária de cada um dos professores respondentes, sendo que a maioria (44%) está na faixa dos 29 a 38 anos; 19% entre 39 e 48 anos; outros 19% na faixa dos 49 a 58 anos; 12% entre 18 e 28 anos e, em menor número (6%), na faixa de mais de 58 anos.

OBS: Professores que atuam em ambas as Escolas, EEVIMA e Carmela Dutra, responderam apenas o questionário oferecido pela EMEF Carmela Dutra.

Tabela 198 - Faixa etária dos professores respondentes da EEVIMA

Faixa etária	Frequência	%
18 a 28 anos	2	12
29 a 38 anos	7	44
39 a 48 anos	3	19
49 a 58 anos	3	19
Mais de 58 anos	1	6
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “Currículo” a questão 1.1 inquiri se o professor “conhece o currículo da escola”, a maioria (94%) respondeu que sim, enquanto um (6%) respondeu não conhecer, como se vê na Tabela 199.

Tabela 199 - Conhecimento do currículo pelos professores da EEVIMA

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	15	94
Não	1	6
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 1.2 questionou sobre a “necessidade de reorganizar o currículo”, sobre a qual a maioria (87%) respondeu que sim, e dois (13%) abstiveram-se de responder, de acordo com a Tabela 200.

Tabela 200 – Necessidade de modificar o currículo da EEVIMA

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	14	87
Não	0	0
Abstenção	2	13
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos (questão 1.3), na Tabela 201 percebe-se que **13** (81%) respondem que sim, **dois** (12%) responderam que não; e **um** (7%) absteve-se de responder.

Tabela 201 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos professores da EEVIMA

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	13	81
Não	2	12
Abstenção	1	7
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 202 percebe-se uma grande variedade de percepções entre os professores respondentes. A maior parte (23%), no entanto, considera que “Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos”; sendo que a menor parte (3%) indicou “Educação é aprender a dominar a técnica”.

Tabela 202 - Percepção de educação dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Percepção de educação	Frequência	%
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos	8	23
Educação é preparar para a cidadania	7	20
Educação é envolver o afeto na aprendizagem	5	14
Educação é conscientizar	5	14
Educação é impor limites	3	8
Educação é saber o conteúdo	2	6
Educação é estabelecer uma relação dialógica	2	6
Educação é aprender na prática	2	6
Educação é aprender a dominar a técnica	1	3
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	35	100

Fonte: Pesquisa aplicada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção da escola como inclusiva “A tua escola é inclusiva?” (questão 1.6), na Tabela 203 percebe-se que a **maioria** (81%) respondeu que sim, apenas **um** (6%) respondeu que não, enquanto **dois** (13%) abstiveram-se de responder.

Tabela 203 - Concepção de escola inclusiva para os professores da EEVIMA

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	13	81

Não	1	6
Abstenção	2	13
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência de alunos com necessidades especiais ou deficiências na escola (questão 1.7), **14** respondentes (87%) manifestaram que sim; **dois** (13%), respondeu que não, como se demonstra na Tabela 204.

Tabela 204 - Ciência da existência de alunos com necessidades especiais pelos professores da EEVIMA

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	14	87
Não	2	13
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **seis** respondentes (38%), responderam que sim; mas, a maioria (56%), respondeu que não, e **um** (6%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 205.

Tabela 205 - Apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos professores da EEVIMA

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	6	38
Não	9	56
Abstenção	1	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **11** respondentes (69%) manifestaram que sim; **quatro** (25%) disseram não perceber, e apenas **um** (6%), absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 206.

Tabela 206 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos professores da EEVIMA

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
---	-------------------	----------

Sim	11	69
Não	4	25
Abstenção	1	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **14** respondentes (88%) manifestaram que sim; apenas **um** (6%), respondeu que não, e outro (6%) absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 207.

Tabela 207 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos professores da EEVIMA

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	14	88
Não	1	6
Abstenção	1	6
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo” (questão 1.12), a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (35%) e a “falta de responsabilidade da família” (29%). Ainda, obteve bom número de respostas (22%) a “falta de espaço físico”, seguido da “situação de vulnerabilidade social” (11%) e o “preparo dos professores” (3%). Não receberam nenhuma indicação por parte dos professores respondentes, os seguintes motivos: “falta de conhecimento curricular do aluno”, “indisciplina”, “professores em número insuficiente”, “espaços de lazer para alunos e comunidades”, e, “currículo inadequado”, como se observa na Tabela 208.

Tabela 208 - Situações sociais que interferem diretamente no processo educativo na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	11	35
Falta de responsabilidade da família	9	29
Falta de espaço físico	7	22
Situação de vulnerabilidade social	3	11
Preparo dos professores	1	3
Falta de conhecimento curricular do aluno	0	0
Indisciplina	0	0
Professores em número insuficiente	0	0

Espaços de lazer para alunos e comunidades	0	0
Currículo inadequado	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	31	100

Fonte: Pesquisa aplicada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, a maioria dos respondentes (81%), responderam que sim, sendo que 2 (12%) responderam que não, e um (7%) absteve-se, como se demonstra na Tabela 209.

Tabela 209 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos professores da EEVIMA

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	13	81
Não	2	12
Abstenção	1	7
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” (23%), seguido de “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno” e “criar regras (princípios) de convivência” (19%), seguidos de “discutir alternativas com a comunidade” (11%) e “mudar a proposta pedagógica” (7%). Ainda, foram consideradas por 2% dos respondentes as alternativas “mudar o plano de carreira” e “equipar e qualificar os espaços da escola”, como se observa na Tabela 210.

Tabela 210 - Ações para qualificar a escola na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	11	23
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	9	19
Criar regras (princípios) de convivência	9	19
Discutir alternativas com a comunidade	8	17
Participar dos movimentos da comunidade	5	11
Mudar Proposta Pedagógica	3	7
Mudar o plano de carreira	1	2
Equipar e qualificar os espaços da escola	1	2
Mudar o currículo	0	0
Mudar o Regimento Escolar	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	47	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **segunda parte** do questionário “**Valorização dos trabalhadores**”, convidados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “reconhecimento profissional”, “participação nas discussões da escola” e “ambiente de trabalho”, todos com 21% de indicações. Em seguida, com 17% “envolvimento na construção do processo educativo” seguido de “plano de carreira” (13%) e “remuneração” (7%), como se tem à Tabela 211.

Tabela 211 - Sentimento de valorização na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Reconhecimento profissional	6	21
Participação nas discussões da escola	6	21
Ambiente de trabalho	6	21
Envolvimento na construção do processo educativo	5	17
Plano de carreira	4	13
Remuneração	2	7
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	29	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, todos responderam que sim (100%). De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos professores sobre a validade destas qualificações como agente transformador da ação do professor, de igual modo, todos responderam que sim (100%). O motivo de tais transformações foi identificado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 212 e apontaram a “troca de experiências” (35%) como o maior motivo da participação em cursos ou outros momentos de formação, seguido do “fazer pedagógico” (29%), “realização profissional” e “mudança de ação”, ambos com 16%. Ainda, com 4% das respostas apareceu “realização interpessoal”.

Tabela 212 - Motivos que positivam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção dos professores da EEVIMA

Motivos que positivam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Trocas de experiências	11	35
Fazer pedagógico	9	29
Realização profissional	5	16
Mudança de ação	5	16
Realização interpessoal	1	4

Reencontros	0	0
Plano de Carreira	0	0
Saída da escola	0	0
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	31	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, 100% responderam que sim, ou seja, os 16 respondentes.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre “área de lazer para os alunos” e “brinquedoteca”, de acordo com o que se vê na Tabela 213.

Tabela 213 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Sala do SOE	7	23
Quadra de esportes	6	20
Biblioteca com acervo bibliográfico	4	14
Sala de informática com computadores	3	11
Sala de AEE	2	7
Sala para os funcionários	2	7
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	1	3
Área de lazer para os alunos	1	3
Brinquedoteca	1	3
Salas adequadas por número de alunos	1	3
Cantina (bar)	0	0
Sala dos professores	0	0
Refeitório	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	0	0
Salas arejadas	0	0
Pracinha	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Outros	1	3
Abstenção	1	3
TOTAL DE INDICAÇÕES	30	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação afetiva na discussão do plano de aplicação financeira da escola”. A maior parte dos respondentes, 12 (75%) respondeu que não, enquanto três (19%)

respondeu que sim, e um (6%) absteve-se. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades?”, e as respostas apontaram que para **três** (19%) professores não é suficiente, para **dez** (62%), são suficientes, enquanto outros **três** (19%) abstiveram-se de responder.

A questão 4.3 buscou a concepção dos professores no que tange à APM, buscando saber se os professores discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **nove** (56%) dos respondentes e como não para **dois** (12%) professores, enquanto **cinco** (32%) absteve-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **dez** (62%) responderam que sim, enquanto **dois** (13%) responderam que não e **quatro** (25%) abstiveram-se. Sobre aprovarem a atuação da APM, 11 (69%) responderam que sim, enquanto **um** (6%) respondeu que não e **quatro** (25%) abstiveram-se. Nas mesmas proporções, ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **dez** (62%) responderam que sim, **cinco** (32%) responderam que não e **um** (6%) absteve-se de responder. Os mesmos resultados foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, a maioria fiscaliza. Ainda, os professores foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas **quatro** (25%) sabem, respondendo sim; enquanto **12** (75%) responderam não saber.

Na quinta parte do questionário “**Princípios de ação e sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) da maioria (75%) dos respondentes, sendo que **três** (19%) respondeu não possuir e **um** (6%) absteve-se. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **11** (69%) manifestaram que sim, enquanto **quatro** (25%) manifestaram que não e **um** (6%) absteve-se. Na questão 5.3 foi perguntado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **dez** respondentes (62%), a resposta não de **três** (19%) professores e outros **três** (19%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “A escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **15** professores (94%) responderam que sim, enquanto **um** (6%) respondeu que não. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se os mesmos resultados, ou seja, todos os professores (100%) responderam que sim.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **12** professores (75%), enquanto **três** (19%) respondeu que não há uma comunicação frequente entre a escola e a comunidade, absteve-se apenas **um** (6%). Na questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa

própria”, sendo que **seis** professores (38%) responderam que sim, enquanto a maioria, ou seja, nove (56%) responderam que não e **um** (6%) absteve-se.

A questão 5.8 interrogou aos professores, mesmo que não trabalhem nesta Escola com este nível de ensino, a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico”, como se vê à Tabela 214.

Tabela 214 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico.	10	62
Continuar estudando no Ensino de Jovens e Adultos.	0	0
Continuar estudando no Ensino Noturno Regular.	4	25
Continuar estudando no Ensino Noturno Regular e trabalhando de dia.	2	13
Somente trabalhar.	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos professores a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade”, como se vê à Tabela 215.

Tabela 215 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos professores da EEVIMA

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade	14	87
Inserir-se no mercado de trabalho	0	0
Realizar cursos de formação profissional	2	13
Realizar cursos livres	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	16	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

4.4.3 Escola Carmela Dutra

Na Escola Carmela Dutra foram entregues formulários para 29 professores, **18** responderam (62%) e **11** não devolveram (38%), assim, a amostra será representada por **18** professores respondentes. A Tabela 216 demonstra a faixa etária de cada um dos professores

respondentes, sendo que a maioria (33%) está na faixa dos 29 a 38 anos, seguida da faixa dos 49 aos 58 anos (28%), após, a faixa de 39 a 48 anos (17%), 18 a 28 anos (11) e mais de 58 anos, também com 11%, revelando certa experiência aos docentes da Instituição.

Tabela 216 - Faixa etária dos professores respondentes da Escola Carmela Dutra

FAIXA ETÁRIA	Frequência	%
18 a 28 anos	2	11
29 a 38 anos	6	33
39 a 48 anos	3	17
49 a 58 anos	5	28
Mais de 58 anos	2	11
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na primeira parte do questionário “**Currículo**”, questionados sobre o fato de conhecerem o currículo da escola (questão 1.1), na Tabela 217 percebe-se que todos os respondentes (100%), responderam que sim.

Tabela 217 - Conhecimento do currículo pelos professores da Escola Carmela Dutra

Conhecimento do currículo da Escola	Frequência	%
Sim	18	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a necessidade de reorganizar o currículo da escola, na Tabela 218 percebe-se que a maioria, ou seja, **12** (67%) respondem que sim, enquanto **seis** (33%) responderam que não há tal necessidade.

Tabela 218 - Necessidade de modificar o currículo da Carmela Dutra

Necessidade de modificar o currículo da Escola	Frequência	%
Sim	12	67
Não	6	33
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de nove anos, na Tabela 219 percebe-se que **12** (67%) respondem que sim, e **seis** (33%) responderam que não é viável alfabetizar a criança no 1º ano do EF de 9 anos.

Tabela 219 - Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos na concepção dos professores da Carmela Dutra

Pertinência de alfabetizar no 1º ano do EF de 9 anos	Frequência	%
Sim	12	67
Não	6	33
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a concepção de educação (questão 1.4), na Tabela 220 percebe-se que as percepções de “educação é preparar para a cidadania”, “educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos” e “educação é conscientizar” não foram escolhidas por nenhum dos respondentes como suas concepções de educação. A opção “educação é aprender a dominar a técnica” (36%), foi a mais indicada (36%), seguida da opção “educação é aprender na prática” (32%). Após, apareceram como 11% de frequência de opção as concepções “educação é envolver o afeto na aprendizagem” e “educação é impor limites”. Ainda foi indicada “educação é saber o conteúdo” (7%) e “educação é estabelecer uma relação dialógica” (3%).

Tabela 220 - Concepção de educação para os professores da Escola Carmela Dutra

Concepção de educação	Frequência	%
Educação é aprender a dominar a técnica	10	36
Educação é aprender na prática	9	32
Educação é envolver o afeto na aprendizagem	3	11
Educação é impor limites	3	11
Educação é saber o conteúdo	2	7
Educação é estabelecer uma relação dialógica	1	3
Educação é preparar para a cidadania	0	0
Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos	0	0
Educação é conscientizar	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	28	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Inquiridos sobre a percepção de a escola ser inclusiva “a tua escola é inclusiva?” (questão 1.6⁹), na Tabela 221 percebe-se que **todos** os respondentes (100%) disseram que sim.

Tabela 221 - Concepção de escola inclusiva para os professores da Escola Carmela Dutra

A Escola é inclusiva	Frequência	%
Sim	18	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a existência na escola de alunos com necessidades especiais ou deficiências (questão 1.7), **todos os** respondentes (100%) manifestaram que sim, como se demonstra na Tabela 222.

Tabela 222 - Ciência da existências de alunos com necessidades especiais pelos professores da Escola Carmela Dutra

A Escola tem alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	18	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

De forma complementar à questão anterior, foram perguntados: “Percebes que o professor recebe apoio?” (questão 1.8), sendo que **todos** (100%) os respondentes manifestaram receber apoio para o cuidado e o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, como se demonstra na Tabela 223.

Tabela 223 - Apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais pelos professores da Escola Carmela Dutra

O professor recebe apoio para o cuidado de alunos com necessidades especiais	Frequência	%
Sim	18	100

⁹ A questão 1.5 foi suprimida do diagnóstico em função de não ter sido corretamente compreendida/respondida e por consequência computada.

Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Perguntados sobre a percepção de início, meio e fim no projeto da Escola (questão 1.9), **oito** respondentes (89%), responderam que sim; apenas **um** (11%), absteve-se de responder, como se demonstra na Tabela 224.

Tabela 9 - Percepção sobre o andamento do projeto da Escola pelos professores da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem início, meio e fim	Frequência	%
Sim	16	89
Não	1	5
Abstenção	1	5
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a participação no processo de desenvolvimento dos projetos da Escola (questão 1.10), **17** respondentes (94%) manifestaram que sim; apenas **um** (6%), respondeu que não, como se demonstra na Tabela 225.

Tabela 225 - Percepção sobre a sua participação no projeto da Escola pelos professores da Escola Carmela Dutra

O projeto da Escola tem a tua participação	Frequência	%
Sim	17	94
Não	1	6
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “quais situações sociais interferem diretamente no processo educativo”, a maior parte das respostas recaíram sobre “a estrutura familiar” (34%) e a “indisciplina” (29%). Também se destacou a “falta de responsabilidade da família” (12%), e a “falta de espaço físico” e “situação de vulnerabilidade social” com 8% das indicações, ainda, o “preparo dos professores” com 6% e o “número insuficiente de professores” com 3% das opiniões, como se vê à Tabela 226.

Tabela 226 - Percepção sobre situações sociais que interferem no processo educativo pelos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?	Frequência	%
Estrutura familiar	12	34
Indisciplina	10	29
Falta de responsabilidade da família	4	12
Falta de espaço físico	3	8
Situação de vulnerabilidade social	3	8
Preparo dos professores	2	6
Professores em número insuficiente	1	3
Falta de conhecimento curricular do aluno	0	0
Espaços de lazer para alunos e comunidades	0	0
Currículo inadequado	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	35	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Questionados sobre a possibilidade de ter uma escola de qualidade e que contemple as demandas atuais, **todos** os respondentes (100%), responderam que sim, como se demonstra na Tabela 227.

Tabela 227 - Percepção sobre a possibilidade de uma escola de qualidade pelos professores da Escola Carmela Dutra

É possível uma escola de qualidade	Frequência	%
Sim	18	100
Não	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Convidados a opinar sobre “ações para qualificar a escola”, a maior parte das respostas recaíram sobre “qualificar o professor” e a “discutir alternativas com a comunidade”, ambos

com 30% das indicações. Ainda, foram expressivas as considerações de “esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno” (13%), “equipar e qualificar os espaços da escola” (9%). Também apareceu relevante a opção de “criar regras (princípios) de convivência” e “mudar o plano de carreira” (5%), bem como, “mudar a proposta pedagógica” e “participar dos movimentos da comunidade”, ambos com 3% das indicações. “Mudar o currículo” e “mudar o regimento escolar” foi a alternativa apontada para qualificar a escola por apenas um 1% dos respondentes, como se observa na Tabela 228.

Tabela 228 - Ações para qualificar a escola na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA	Frequência	%
Qualificar o professor	22	30
Discutir com a comunidade alternativa	22	30
Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno	10	13
Equipar e qualificar os espaços da escola	6	9
Criar regras (princípios) de convivência	4	5
Mudar o plano de carreira	4	5
Mudar proposta pedagógica	2	3
Participar dos movimentos da comunidade	2	3
Mudar o currículo	1	1
Mudar o regimento escolar	1	1
Outros	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	74	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Solicitados a opinar sobre “em que sentido te sente valorizado”, a maior frequência de respostas recaíram sobre “envolvimento na construção do processo educativo”, com 39% de indicações. O motivo “reconhecimento profissional” (24%) foi o segundo mais considerado, seguido por “participação nas discussões da escola” (12%), “plano de carreira” e “ambiente de trabalho”, ambos com 9%, também houve duas indicações (7%) para “remuneração”, como se tem à Tabela 229.

Tabela 229 - Sentimento de valorização na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Motivos para sentir-se valorizado na Escola	Frequência	%
Envolvimento na construção do processo educativo	13	39
Reconhecimento profissional	8	24
Participação nas discussões da escola	4	12
Plano de carreira	3	9
Ambiente de Trabalho.	3	9

Remuneração	2	7
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	33	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ao serem questionados sobre “fazer cursos de qualificação periodicamente”, todos responderam que sim (100%). De modo complementar, a questão seguinte solicitou a percepção dos professores sobre a validade destas qualificações como agente transformador da ação do professor, de igual modo, todos responderam que sim (100%). O motivo de tais transformações foi identificado na questão posterior: “Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta”, cujas respostas aparecem na Tabela 230 e apontaram a melhoria no “fazer pedagógico” (31%) como o maior motivo da participação em cursos ou outros momentos de formação, seguido de “troca de experiências” (26%), “mudança de ação” (16%). Ainda, com 8% das indicações apareceram os motivos de “plano de carreira” e “realização profissional”, também com 3% a “realização interpessoal”, sendo que foi relativamente alto o índice de abstenção (8%).

Tabela 230 - Motivos que positavam a participação dos professores em cursos de qualificação na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Motivos que positavam os cursos de qualificação realizados	Frequência	%
Fazer pedagógico	12	31
Trocas de experiências	10	26
Mudança de ação	6	16
Plano de Carreira	3	8
Realização profissional	3	8
Realização interpessoal	1	3
Saída da escola	0	0
Reencontros	0	0
Outros	0	0
Abstenção	3	8
TOTAL DE INDICAÇÕES	38	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Ainda sobre o processo de formação, quando perguntados sobre “recebes informações sobre cursos?”, **todos** (100%) responderam que sim. Sobre ser “oportunizado curso de formação” pelo sistema de ensino, também, **todos** (100%) responderam que sim.

Na **terceira parte** do questionário “**Recursos materiais e equipamentos**”, a questão 3.1 inquiriu sobre “quais recursos faltam na tua Escola, que no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?”. A maior parte das respostas recaiu sobre

“área de lazer para os alunos” (17%), “espaço adequado para laboratório de aprendizagem” (16%) e “brinquedoteca” (14%). Também foi expressiva a indicação da necessidade de “sala de SOE” (10%), “quadra de esportes” (9%), “sala de informática” (6%), entre outros, de acordo com o que se vê na Tabela 231.

Tabela 16 - Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Recursos faltantes para qualificar o trabalho pedagógico	Frequência	%
Área de lazer para os alunos	14	17
Espaço adequado para laboratório de aprendizagem	13	16
Brinquedoteca	11	14
Sala do SOE	8	10
Quadra de esportes	7	9
Sala de informática com computadores	5	6
Sala para os funcionários	4	5
Salas arejadas	4	5
Biblioteca com acervo bibliográfico	3	4
Salas adequadas por número de alunos	3	4
Pracinha	2	3
Cantina (bar)	1	1
Sala de AEE	1	1
Sala dos professores	0	0
Refeitório	0	0
Sala da Direção	0	0
Secretaria em local acessível	0	0
O conjunto de sanitário corresponde com o número de alunos	0	0
Ventiladores em sala	0	0
Almoxarifado	0	0
Dispensa	0	0
Outros	4	5
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	80	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

Na **quarta parte** do questionário “**Recursos financeiros na escola**”, a questão 4.1 inquiriu sobre a “participação afetiva na discussão do plano de aplicação financeira da escola”. A maior parte dos respondentes, **treze** (73%) respondeu que não, enquanto **cinco** (27%) respondeu que sim. A questão 4.2 questionou se “os recursos são suficientes para atender as necessidades?”, e as respostas apontaram que para **onze** (61%) professores não é suficiente, para **sete** (39%), são suficientes.

A questão 4.3 buscou a concepção dos professores no que tange à APM, buscando saber se os professores discutem sobre aplicações e recursos financeiros da escola com esta agremiação, o que foi manifestado como sim por **14** (77%) dos respondentes e como não para **um** (5%) professor, enquanto **três** (16%) abstiveram-se. Sobre o fato de sugerirem à APM, **13** (73%) responderam que sim, enquanto **um** (5%) respondeu que não e **quatro** (22%) abstiveram-se. Sobre aprovarem a atuação da APM, **13** (73%) responderam que sim, enquanto **um** (5%) respondeu que não e **quatro** (22%) abstiveram-se. Nas mesmas proporções, ao serem questionados sobre “participarem da aplicação dos recursos”, **13** (73%) responderam que sim, e **cinco** (27%) responderam que não. Resultados semelhantes foram obtidos ao serem perguntados sobre “fiscalizarem” as ações da APM, **dez** (55%) responderam que sim, enquanto apenas **sete** (39%) não, e **um** (5%) absteve-se. Ainda, os professores foram questionados sobre “saberem qual é o custo do aluno matriculado no ensino público”, sendo que as respostas apontaram que apenas **seis** (33%) sabem, respondendo sim; enquanto **12** (67%) responderam não saber.

Na quinta parte do questionário “**Princípios de Ação e Sistematização**”, a questão 5.1 inquiriu sobre a escola “possuir princípios (regras) de convivência”, obtendo resposta afirmativa (sim) de **17** (95%) dos respondentes, e não de **um** (5%) respondente. De forma complementar foi questionado (5.2) se tais princípios “Foram construídas de forma coletiva?”, sendo que **dez** (55%) manifestaram que sim, enquanto **seis** (33%) respondeu que não, e **dois** (12%) abstiveram-se. Na questão 5.3 foi questionado se tais regras “são cumpridas”, obtendo-se a resposta sim de **nove** respondentes (50%), a resposta não de **cinco** (28%) professores e **quatro** (22%) abstiveram-se de responder.

A questão 5.4 inquiriu sobre a “a escola se envolve em ações organizadas pela comunidade”, para a qual **oito** professores (89%) responderam que sim, enquanto **um** (11%) respondeu que não. De forma contrária, a questão 5.5 solicitou se “A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola”, obtendo-se praticamente os mesmos resultados, **17** professores (94%) responderam que sim, enquanto **um** (6%) absteve-se.

A questão 5.6 verificou se “a comunicação entre a escola e a comunidade é frequente”, obtendo resposta afirmativa de **15** respondentes (83%), e negativa de **três** (17%). A questão 5.7 abordou-se se “a família entra em contato com a escola por iniciativa própria”, sendo que **nove** professores (50%) responderam que sim, enquanto **oito** (44%) respondeu que não e outro (6%) absteve-se.

A questão 5.8 interrogou aos professores, mesmo que não trabalhem nesta Escola com este nível de ensino, a sua percepção geral quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino

Fundamental”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando no ensino médio técnico” (61%) e “continuar estudando no ensino noturno regular e trabalhando de dia” (33%), como se vê à Tabela 232.

Tabela 232 - Intenção do aluno concluinte do EF na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EF	Frequência	%
Continuar estudando no ensino médio técnico	11	61
Continuar estudando no Ensino Noturno Regular e trabalhando de dia	6	33
Somente trabalhar	1	6
Continuar estudando no Ensino de Jovens e Adultos	0	0
Continuar estudando no Ensino Noturno Regular	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

A questão 5.9 questionou aos professores a sua percepção quanto “a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio”, as respostas recaíram em sua maior parte em “continuar estudando cursando a faculdade”, como se vê à Tabela 233.

Tabela 233 - Intenção do aluno concluinte do EM na concepção dos professores da Escola Carmela Dutra

Assinale a tua opinião Intenção do aluno concluinte do EM	Frequência	%
Continuar estudando cursando a faculdade.	12	67
Inserir-se no mercado de trabalho.	6	33
Realizar cursos de formação profissional.	0	0
Realizar cursos livres.	0	0
Abstenção	0	0
TOTAL DE INDICAÇÕES	18	100

Fonte: Pesquisa realizada pela SMECL, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na direção do que conclui também o PNE e utilizando-se de um educador que desde o seu tempo e no momento atual é marco para os sistemas de educação que se desejam qualificados e formadores de cidadãos no sentido pleno da palavra, finaliza-se este PME com o firme propósito de que a sua execução tem em vista que,

O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer novas coisas, não somente de repetir o que outras gerações fizeram – pessoas criativas, inventivas e descobridores. O segundo objetivo da educação é formar mentes que possam ser críticas, possam não aceitar o que lhes é oferecido. O maior perigo, hoje, é dos Slogans, opiniões coletivas, tendências de pensamento *readymade*. Temos que estar aptos a resistir individualmente, a criticar, a distinguir entre o que está provado e o que ainda não está. Portanto, precisamos de discípulos ativos, que aprendam cedo a encontrar as coisas por si mesmos, em parte por suas atividades espontâneas, em parte, pelo material que preparamos para eles; que aprendam cedo a dizer o que é verificável e o que é simplesmente a primeira que lhes veio (PIAGET apud BRASIL, 2014, s/p).

Ainda, finaliza-se lançando olhar e luz ao lema da SMECL e do sistema de ensino vilamariense como um todo, reforçando e renovando a responsabilidade de todos os que participaram desta construção com a educação dos munícipes, crianças, adolescentes e adultos:



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 12 fev. 2015.

EDUCASENSO. *Portal*. Disponível em: <<http://educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. *Município de Vila Maria*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Vila+Maria>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

IBGE. *Cid@ades*: Vila Maria. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2015.

IDEB. *Portal INEP*. Disponível em: <ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2015.

LORINI, AnardeteSoliman. *Arquivos pessoais*, 2015.

VILA MARIA. Prefeitura Municipal de Vila Maria. Secretaria da Fazenda. Arquivos próprios, 2015.

ANEXOS

ANEXO A - Questionários aplicados

Questionário de pesquisa respondido pelos pais, funcionários e professores

DIAGNÓSTICO PARA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Vila Maria-RS

Estamos em processo da construção do Plano Municipal de Educação. Para tanto, necessitamos do perfil educacional do nosso município, e sua participação é de fundamental importância para uma educação de qualidade. Salientamos que todas as informações serão confidenciais, preservando sua identidade.

Objetivos Específicos:

- Identificar e localizar, por região, as necessidades educacionais.
- Subsidiar o estabelecimento de metas para a educação do município, no período de 10 anos.

QUEM RESPONDE É DA CATEGORIA?

- () Pais – () estadual () municipal () privada () comunitária
 () Funcionário - () estadual () municipal () privada () comunitária
 () Professor - () estadual () municipal () privada () comunitária

CARGO QUE OCUPA NA ESCOLA: _____

IDENTIFICAR O BAIRRO: _____

ASSINALE A FAIXA ETÁRIA COM UM “X”:

18 a 28 anos	29 a 38 anos	39 a 48 anos	49 a 58 anos	Mais de 58 anos
--------------	--------------	--------------	--------------	-----------------

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE QUEM RESPONDE:

- () Ensino Fundamental - () Completo () Incompleto
 () Ensino Médio – () Completo () Incompleto
 () Ensino Superior – () Completo () Incompleto
 () Especialização - () Completo () Incompleto

CURRÍCULO

1.1. Conheces o currículo de tua Escola? (o que a escola ensina)

- () Sim () Não

1.2. Pensas que tua Escola necessita reorganizar o currículo?

- () Sim () Não

Justifique: _____

1.3. Quanto ao Ensino Fundamental de 9 anos, pensas que o 1º ano deva alfabetizar?

- () Sim () Não

Justifique: _____

1.4. Assinale a alternativa que mais se assemelha com tua concepção de educação:

- () Educação é saber o conteúdo.
 () Educação é aprender a dominar a técnica
 () Educação é aprender na prática.
 () Educação é envolver o afeto na aprendizagem.
 () Educação é impor limites.
 () Educação é conscientizar.
 () Educação é preparar para a cidadania.
 () Educação é unir conhecimentos já estruturados com os novos.
 () Educação é estabelecer uma relação dialógica.

1.5. Para você o que é alfabetizar?

Justifique: _____

1.6. A tua Escola é inclusiva?

- () Sim () Não

1.7. Na tua escola, existem alunos com necessidades especiais ou com deficiência?

- () Sim () Não

1.8. Em relação à questão anterior, percebeste que o professor recebe apoio?

- () Sim () Não

1.9. Percebes que o projeto da Escola tem início, meio e fim?

- () Sim () Não

1.10. Participas no processo de desenvolvimento dos projetos da tua escola?

- () Sim () Não

Justifique: _____

1.11. Em relação à questão anterior, percebes que o professor recebe apoio?

- () Sim () Não

Justifique: _____

1.12. Assinale a tua opinião: (no máximo 2 alternativos)

Que situações sociais interferem diretamente no processo educativo?

- () Estrutura familiar
 () Falta de responsabilidade da família
 () Indisciplina
 () Professores em número insuficiente
 () Preparo dos professores
 () Falta de espaço físico
 () Situação de vulnerabilidade social
 () Falta de conhecimento curricular do aluno
 () Espaços de lazer para alunos e comunidade
 () Currículo inadequado

1.13. Para ti, é possível ter uma escola realmente de qualidade, que contemple as demandas atuais?

- () Sim () Não

Em caso afirmativo, assinale, no máximo, 2 alternativas.

***AÇÕES PARA QUALIFICAR A ESCOLA**

- () Qualificar o professor.
 () Discutir com a comunidade alternativas.
 () Mudar o currículo.
 () Mudar o Regimento Escolar.
 () Mudar a Proposta Pedagógica.
 () Participar dos movimentos da comunidade.
 () Mudar o Plano de Carreira.

- () Esclarecer e efetivar políticas de parceria de colaboração entre instituições que tratam do aluno.
- () Equipar e qualificar os espaços da escola.
- () Criar regras (princípios) de convivência.

2. VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

2.1. Em que sentido te sentes valorizado?

- () Remuneração
- () Plano de carreira
- () Reconhecimento profissional
- () Participação nas discussões da Escola
- () Ambiente de trabalho
- () Envolvimento na construção do processo educativo

2.2. Fazes cursos de qualificação periodicamente?

- () Sim
- () Não

2.3. Essa qualificação melhora, ou ajuda, a tua ação enquanto agente transformador?

- () Sim
- () Não

2.4. Caso responda afirmativamente, assinale no máximo duas alternativas que justifiquem a tua resposta.

- () Plano de carreira
- () Saída da Escola
- () Fazer pedagógico
- () Mudança de ação
- () Reencontros
- () Trocas de experiência
- () Realização profissional
- () Realizações interpessoais

2.5. Recebes informações sobre cursos?

- () Sim
- () Não

2.6. É oportunizado curso de formação?

- () Sim
- () Não

3. RECURSOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

3.1 Quais recursos faltam na tua escola, que, no teu entender, fazem-se necessários para qualificar o trabalho pedagógico?

- () Espaço adequado para laboratório de aprendizagem
 - () Cantina (bar)
 - () Biblioteca com acervo bibliográfico
 - () Sala de professores
 - () Sala de informática com computadores
 - () Refeitório
 - () Sala para funcionários
 - () Sala de SOE
 - () Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado)
 - () Sala da direção
 - () Secretaria em local acessível
 - () O conjunto de sanitários corresponde com o número de alunos
 - () Área de lazer para os alunos
 - () Quadra de esportes
 - () Salas arejadas
 - () Pracinha
 - () Ventiladores em sala
 - () Brinquedoteca
 - () Almoxarifado
 - () Despensa
 - () Salas adequadas por número de alunos
 - () Outros _____
-

4. RECURSOS FINANCEIROS NA ESCOLA

4.1. Participas efetivamente na discussão do Plano de Aplicação Financeiro da Escola?

() Sim () Não

4.2. Os recursos são suficientes para atender às necessidades?

() Sim () Não

4.3. Qual a participação do Círculo de Pais e Mestres – CPM?

Discute () Sim () Não

Sugere () Sim () Não

Aprova () Sim () Não

Participa da aplicação dos recursos () Sim () Não

Fiscaliza () Sim () Não

4.4. Sabes qual é o custo do aluno matriculado no ensino público?

() Sim () Não

5. PRINCÍPIOS DE AÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

5.1. Tua escola possui princípios (regras) de convivência?

() Sim () Não

5.2. Foram construídas de forma coletiva?

() Sim () Não

5.3. São cumpridas?

() Sim () Não

5.4. A Escola se envolve em ações organizadas pela comunidade?

() Sim () Não

5.5. A comunidade se envolve em ações organizadas pela escola?

() Sim () Não

5.6. A comunicação entre escola e comunidade é frequente?

() Sim () Não

5.7. A família entra em contato com a escola por iniciativa própria?

() Sim () Não

Justifique: _____

5.8. Qual a intenção do aluno ao concluir o Ensino Fundamental?

() Continuar estudando no Ensino Médio Técnico.

() Continuar estudando no Ensino de Jovens Adultos.

() Continuar estudando no Ensino Noturno Regular.

() Continuar estudando no Ensino Noturno e trabalhando de dia.

() Somente trabalhar.

5.9. Qual a intenção do aluno ao concluir o Ensino Médio?

() Continuar estudando cursando a faculdade.

() Inserir-se no mercado de trabalho.

() Realizar cursos de formação profissional.

() Realizar cursos livres (de inglês, de informática, de secretária, corte e costura...)

5.10. Tens alguma contribuição que não tenha sido contemplada neste questionário?

Escreva: _____

Questionário de pesquisa respondido pelos alunos

DIAGNÓSTICO PARA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Vila Maria-RS

Estamos em processo de construção do Plano Municipal de Educação. Para tanto necessitamos do perfil educacional do nosso município, e tua participação é de fundamental importância para uma educação de qualidade. Salientamos que todas as informações serão confidenciais preservando tudo identidade.

QUESTIONÁRIO DO ALUNO:

1. O que tu aprendes na escola está de acordo com a tua realidade?

() Sim () Não

2. Sabes que cursos queres para o futuro?

() Sim () Não

3. Tens atividades da escola fora da sala de aula?

() Sim () Não

4. Onde realiza estas atividades?

() Em casa () Casa do colega

() No local de trabalho () Na própria escola

() Vizinho

() Outros. Qual? _____

5. Que mais te agrada na escola?

() Recreio () Aulas de Educação Física

() Pracinha () Quadra de esporte

() Biblioteca () Aula do Professor

() Jogos () Colegas

() Merenda () Laboratório de Informática

() Outros. Qual _____

6. Recebes informação sobre o curso que desejas fazer no Ensino Médio?

() Sim () Não

7. Tu participas das decisões da escola?

() Sim () Não

8. Tu faltas à escola?

() Sim () Não

9. Caso afirmativo, assinale o motivo?

() Internet () Cuidar do irmão

() Trabalhar () Doença

() Não gosta da escola () Não gosta do professor

() Outros. Qual? _____

10. Gosta da escola em que estudas?

() Sim () Não

Por quê?

() Por causa do Transporte?

() Pelos amigos?

() Por causa do curso?

() Pela qualidade da escola?

() Outros. Qual? _____

11. Referente à questão anterior, em caso negativo, em qual escola gostarias de estudar e por quê?

Muito obrigado pela tua contribuição. Tenha certeza QUE TUAS IDEIAS serão importantes para a educação de nossa cidade.

Comissão do Plano Municipal de Educação.

ANEXO B - Decreto nº. 1568, de 13 de maio de 2014

DECRETO Nº 1568, DE 13 DE MAIO DE 2014

“Institui a Coordenação Geral e Comissões para elaboração do Plano Municipal de Educação e nomeia seus respectivos membros”.

OPrefeito Municipal de Vila Maria - RS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que a Prefeitura Municipal de Vila Maria, através da Secretaria municipal de educação, Cultura e Lazer, em parceria com o Conselho Municipal de Educação – CME desencadeou neste município debate acerca da política educacional, em um processo democrático e participativo visando à construção coletiva do plano municipal de educação, que deve projetar metas educacionais para um período de dez anos;

Considerando o que determina a Constituição Federal, artigo 206, inciso VI que estabelece o princípio constitucional da gestão democrática do ensino público, e o artigo 214 que estabelece o plano nacional de educação (PNE) plurianual;

Considerando a lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (IDBEN), determinando nos artigos 9º e 87, respectivamente, que cabe à união a elaboração do plano em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios e institui a Década da educação a partir de 2010;

Considerando a lei Federal nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o plano nacional de educação, com duração de dez anos e no artigo 2º determina a elaboração dos planos estaduais e municipais;

Considerando a lei nº 2.853, de 02 de agosto de 2011, que institui o Sistema municipal de ensino do município de Vila Maria, em seu art. 9º, inciso I, que determina a elaboração do plano municipal de educação;

Considerando a relevante importância da construção do plano municipal de educação com a participação da Sociedade Civil organizada;

Considerando o processo da construção do plano municipal de educação e início no ano de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas a Coordenação Geral e as Comissões Temáticas para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Vila Maria - PME.

Art. 2º - Ficam nomeados, para integrar a Coordenação Geral da construção do Plano Municipal de Educação de Vila Maria, os seguintes membros:

Hélio Antônio Barro– SMECL – Secretário Municipal de Educação;

Maira Iago de Castro – SMECL – Coordenadora pedagógica;
 Anardete Soliman Lorini – SMECL – Professora;
 Rogério Cristan – Presidente – Associação de Pais e Mestres (APM);
 Moisés Zaffari – Professor das escolas municipais;
 Sandra Cristan Toffoli – Presidente – Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Ficam nomeados, para integrar as Comissões Temáticas, abaixo relacionadas, do Plano Municipal de Educação, os seguintes membros:

Comissão de Educação Infantil

Coordenadora: Andreia Roso – EMEI Sementinha do Saber – Diretora;
 Redatora: Luciane Sgarbossa Tedesco – EMEI Sementinha do Saber – Professora;
 Relatora: Rosane Endrigo – EMEI Sementinha do Saber – Professora.

Comissão de Ensino Fundamental

Coordenadora: Margareth Poltronieri – EMEF Carmela Dutra – Segmento professor;
 Redatora: Andreia Comunelo – EMEF Carmela Dutra – Segmento professor;
 Relatora: Sabrina Bonissoni – Segmento aluno.

Comissão de Educação de Jovens e adultos

Coordenadora: Eliane Agostini – EMEF Carmela Dutra - Segmento Pais;
 Redator: Onorino Seben – Representante da SMECL;
 Relator: Antônio Isaias Arboit – EEVIMA – Segmento professor.

Comissão de Educação Especial

Coordenadora: Giseli Variani – SMECL; Psicóloga.
 Redatora: Sinara Gaio – EMEF Carmela Dutra – Segmento professor;
 Relatora: Andreia Claudia Vanzela Brunhera – CRAS.

Comissão do Ensino Médio, Ensino Superior e Ensino em Distância.

Coordenadora: Maura Colet Dalchiavon – EEVIMA – Professora
 Redator: Ricardo Tomasi Enderle – Presidente - AUVIMA
 Relator: Evandro Consalter – Professor Universitário – FABE

Comissão de Financiamento e Gestão.

Coordenadora: Tomás dos Santos Moraes – Secretário de Gestão Pública – Prefeitura
 Redatora: Aline Cláudia Scariot Casa – Representante da SMECL
 Relatora: Ivete De Carli Furlani – Representante dos professores

Art. 4º Compete a Coordenação Geral e as Comissões Temáticas de elaboração do Plano Municipal de Educação:

I - elaborar o Plano Municipal de Educação em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação, observando, entre outros, a erradicação do analfabetismo; a

universalização do atendimento ao ensino obrigatório; a melhoria da qualidade de ensino; a formação humanística, científica e tecnológica; a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola, do aluno de ensino fundamental;

II - propor e realizar debates junto a Sociedade, objetivando elaborar trabalho representativo dos anseios sociais;

III - elaborar cronograma de atividades, concluindo os trabalhos com dinâmica e celeridade;

IV - apresentar o Plano Municipal de Educação, na forma de projeto de lei, para que seja analisado pelo Chefe do Poder Executivo e, por ele, submetido à Câmara Municipal.

Art. 5.º O trabalho da Comissão constitui serviço público relevante, não implicando remuneração para qualquer dos seus Membros.

Art. 6.º A Coordenação Geral terá o prazo inicial de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para entregar ao Poder Executivo Municipal o anteprojeto do PME, podendo o mesmo ser prorrogado por 90 (noventa) dias a pedido da maioria simples dos integrantes da coordenação.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Maria - RS, 13 de maio de 2014.

MAICO SERAFINI BETTO
Vice-Prefeito no exercício do cargo
de Prefeito Municipal de Vila Maria

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DELONEI CARLOS PERIN
Secretário Municipal de Governo

Aprovação do PME

LEI XXXX

Aprova o Plano Municipal de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015 a 2024 e da outras providências.

A prefeita Municipal de Vila Maria, estado do Rio Grande do Sul

Faz saber que a câmara municipal de vereadores decreta e eu em nome do povo sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação de Vila Maria-RS para o decênio de 2015 a 2024 constantes no documento anexo.

Parágrafo único. O documento anexo, onde constam as diretrizes, objetivos e metas do Plano Municipal de Educação é parte integrante dessa Lei.

Art. 2º. São diretrizes do Plano Municipal de Educação 2015 à 2024

I – Erradicação analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar;

III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – Melhoria da qualidade de educação;

V – Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – Promoção do princípio da gestão democrática da educação;

VII – Promoção humanística científica cultural e tecnológica do país;

VIII – Estabelecimento de meta da educação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto – PIB que assegure o atendimento as necessidades de expansão, como padrão de qualidade e equidade.

IX – Valorização dos (as) profissionais da educação;

X – Promoção dos princípios dos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º. A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Lazer – SMECL
- II- Conselho Municipal de Educação – CME
- III- Conselhos Escolares de Educação – CEE
- IV- Associação de Pais e Mestres das Escolas - APME

Art. 4º. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência dessa lei e as demais a cada 2 (dois) anos, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer e o Conselho Municipal de Educação com a participação dos entes públicos e da sociedade civil.

Art. 5º. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes orçamentárias do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Art. 6º. Os poderes Executivo e Legislativo Municipal, bem como o sistema Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Lazer e do Conselho Municipal de Educação incumbir-se-ão da divulgação do Plano Municipal de Educação para que toda a comunidade de Vila Maria o conheça amplamente e acompanhe a sua implementação.

Art. 7º. As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições encontradas.